

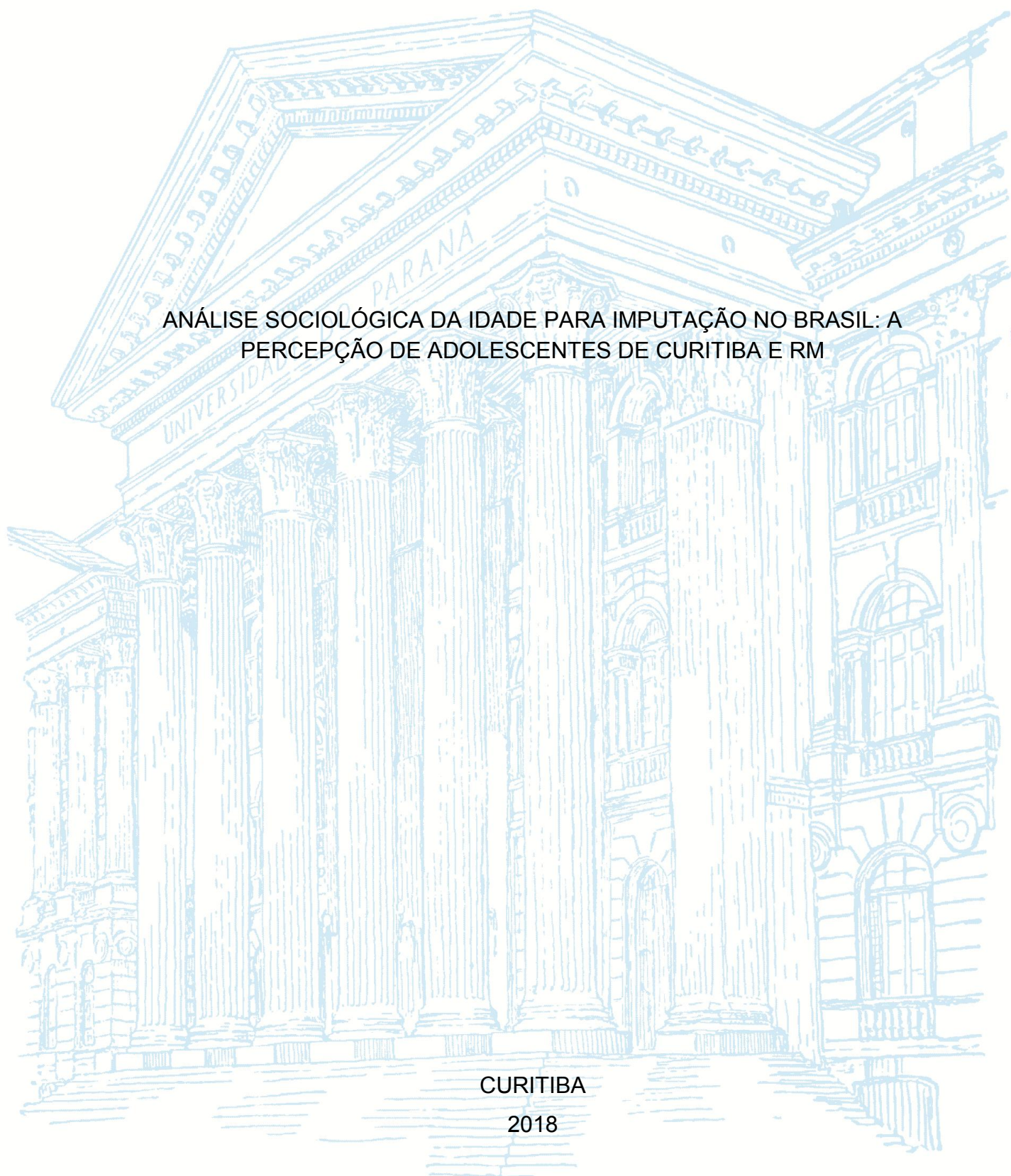
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EMANOELE DE DEUS SAVAGIN

ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA IDADE PARA IMPUTAÇÃO NO BRASIL: A
PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES DE CURITIBA E RM

CURITIBA

2018



EMANOELE DE DEUS SAVAGIN

ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA IDADE PARA IMPUTAÇÃO NO BRASIL: A
PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES DE CURITIBA E RM

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS,
BIBLIOTECÁRIA: MARIA TERESA ALVES GONZATI, CRB 9/1584
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Savagin, Emanoele de Deus

Análise sociológica da idade para imputação no Brasil : a
percepção de adolescentes de Curitiba e RM / Emanoele de Deus
Savagin. – Curitiba, 2018.

135 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná . Setor
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
Orientadora : Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes.

1. Adolescente – Legislação – Brasil. 2. Adolescente – Valores
sociais – Curitiba (PR). I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 347.157



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **EMANOELE DE DEUS SAVAGIN** intitulada: **Análise sociológica da idade para imputação penal no Brasil: a percepção de adolescentes de Curitiba e Região Metropolitana.**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 19 de Março de 2018.

PEDRO RODOLFO BODÉ DE MORAES
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

ANA LUISA FAYET SALLAS
Avaliador Interno (UFPR)

ANDRÉ RIBEIRO GIMBERARDINO
Avaliador/Externo (UFPR)

Dedico mais essa etapa acadêmica ao meu pai
Eduilio Savagin (*In Memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço o Prof. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes por aceitar me orientar e estar presente em mais essa etapa da minha vida acadêmica, é sempre uma honra trabalhar com você.

Também agradeço aos professores presentes na banca de qualificação: Prof. André Ribeiro Giamberardino pelas indicações bibliográficas e reflexões da prática jurídica em consonância com os elementos sociais. Agradeço a Prof.^a Ana Luisa Fayet Sallas pelas indicações do campo e da bibliografia, elas me auxiliaram muito no acabamento final desta pesquisa.

Também sou grata aos colegas do CESPDPH, principalmente: Jessica de Carvalho, Marina Kurchaidt e Edna Bravo Luis que me ajudaram diretamente na construção do questionário. Um agradecimento especial à Mariana Corrêa de Azevedo pela vastidão da literatura indicada e por ter me ajudado no questionário.

Obrigada aos amigos professores e professoras que divulgaram o questionário e me ajudaram na marcação das entrevistas, em especial ao Prof. Marcio P. Ribeiro. Agradeço aos adolescentes que responderam à pesquisa, sem vocês e as suas percepções não seria possível a conclusão deste trabalho.

Por último agradeço aos meus familiares: minha mãe Rose M. de Deus Savagin por sempre me apoiar para que eu consiga realizar os meus objetivos pessoais. Gratidão a minha irmã Camila Savagin que me ajudou diretamente ao longo de toda a pesquisa. Também agradeço ao meu companheiro Marcus Zerma por me apoiar ao longo de mais essa etapa da vida.

RESUMO

A redução da maioridade penal é um tema recursivo em diversos espaços no cenário nacional, como: em políticas institucionais via Projetos de Emenda à Constituição, campanhas em períodos eleitorais, nos debates cotidianos e nas agendas midiáticas. Partindo desta temática temos como intuito central apreender a opinião de um conjunto de adolescentes de Curitiba e RM sobre o assunto. As ferramentas de coleta das percepções consistiram em um questionário veiculado pelas redes sociais e respondido por 90 adolescentes com idades entre 14 a 18 anos, já em uma segunda etapa da pesquisa realizamos doze entrevistas individuais. A partir desses instrumentos temos o intuito de captar as percepções e o tipo de discurso evocado para sustentar os posicionamentos. Tendo por base uma sociologia de cunho reflexivo levantamos a hipótese de que o tema está inserido em diversos campos e possui jogos de disputas jurídicas, políticas e morais inscritas nas representações sociais. No interior desta perspectiva realizamos um levantamento de materiais jurídicos ao longo da história do Brasil tendo como recorte a idade biológica para imputação e também a análise das PEC'S, principalmente a 171/1993 e a 33/2012, que tramitaram de 1993 até o período atual que têm o intuito de alterar o Art. 228 da Constituição Federal acerca da inimputabilidade dos adolescentes.

Palavras-chave: Redução da Maioridade Penal; Percepção de Adolescentes; Moral e Legal; Campos jurídicos e políticos.

ABSTRACT

The reduction of the criminal majority is a recursive theme in several spaces in the national scene, such as: institutional policies through Proposed Amendments to the Constitution, campaigns in electoral periods, daily debates and media agendas. Based on this theme, we have the central intention to learn the opinion of a group of adolescents from Curitiba and metropolitan region on the subject. The tools for collecting the perceptions consisted of a questionnaire sent by social networks and answered by 90 adolescents between the ages of 14 and 18 years, and in a second stage of the research we conducted twelve individual interviews. From these instruments we intend to capture the perceptions and the type of discourse evoked to support the positions. Based on a reflexive sociology we raise the hypothesis that the theme is inserted in several fields and has sets of legal, political and moral disputes inscribed in the social imaginary. Within this perspective, we carried out a survey of legal materials throughout the history of Brazil, taking as a cut the biological age for imputation and also the analysis of the PECs, mainly 171/1993 and 33/2012, which processed from 1993 to the current period which are intended to amend Article 228 of the Federal Constitution regarding the inimputability of adolescents.

Keywords: Reduction of the Penal Majority; Perception of Adolescents; Moral and Legal; Legal and political fields

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Favoráveis à redução da maioria penal (quantificação dependendo do crime)	29
--	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – Bairros de Residência dos Respondentes	26
QUADRO 2 – Favoráveis à redução (questões discursivas nº 19 e 21)	32
QUADRO 3 – Contrários à redução (questões discursivas nº 19 e 21)	37
QUADRO 4 – Depende do crime (questões discursivas nº 19 e 21)	38
QUADRO 5 – Entrevistas opinião sobre a redução da maioria penal	47
QUADRO 6 – Levantamento de Leis, Decretos e Códigos no Brasil (recorte idade biológica para imputação penal)	93
QUADRO 7 – Levantamentos das PEC's sobre redução da maioria penal de 1993-2018	104
GRÁFICO 1 – Opinião sobre a redução da maioria penal	29
GRÁFICO 2 – Infográfico de mortes violentas em 2015	118

LISTA DE SIGLAS

CF – Constituição Federal

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

PEC – Projeto de Emenda à Constituição

PL – Projeto de Lei

PPJ – Política Pública para Juventude

PRONASCI – O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

RM – Região Metropolitana

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O INTERESSE PELA TEMÁTICA E OS RECORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	17
1.1 Construção do interesse pela temática na trajetória acadêmica.....	17
1.2 Influências metodológicas e teóricas.....	20
1.3 Explicações dos instrumentos de coleta.....	21
2 PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA SOBRE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	24
2.2 Apresentação do questionário e dados gerais e socioeconômicos	25
2.2 Opinião sobre a redução da maioridade penal	28
2.2.1 Análise das questões discursivas e a categorização de uma demanda por punição.....	30
2.3 Apresentação e Análise das entrevistas.....	44
3 A CONSTRUÇÃO DAS CONCEPÇÕES DE ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE.....	53
3.1 Indicações históricas do contexto europeu	54
3.2 Contexto histórico brasileiro	59
3.3 A tematização social da adolescência e da juventude: algumas linhas de pesquisa e marcos jurídicos e políticos.....	63
4 A MORAL E O LEGAL ATRAVÉS DA ÓTICA DURKHEIMIANA	74
4.1 A Moral em Émile Durkheim e suas contribuições	75
4.2 Produções jurídicas como objeto sociológico.....	80
4.3 O campo jurídico como representação social: análise da idade biológica para imputação penal nas Leis no Brasil	84
4.3.1 Arrolamento de dispositivos legais no Brasil tendo como recorte a idade biológica para imputação penal	87
4.4 Disputas Pela Ordem E As Demandas Por Punição: Análise Das PEC's Sobre Maioridade Penal.....	96
4.4.1 Exposição das PEC'S 171/1993 e 33/2014.....	98
4.4.2 Reflexões sociológicas acerca da demanda pela ordem a partir de bases punitivas.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	121

APÊNDICE A – Questionário aplicado sobre a Percepção da Redução da Maioridade Penal.....	130
APÊNDICE B – Roteiro das entrevistas.....	134

INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil a idade biológica demarcada na legislação para que um indivíduo possa responder por crimes via Código Penal é de 18 anos de idade (BRASIL,1940), abaixo desta idade o dispositivo legal que regulamenta casos de crimes e delitos é a Lei nº 8.069 de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entretanto, constantemente a temática da necessidade da redução da maioridade penal adentra no cenário nacional via agendas midiáticas, nos debates de cunho político institucional: seja através das pautas de campanhas eleitorais ou nas instâncias Federais via Projetos de Emenda à Constituição (PEC's) para alterar o Art. 228 da CF e em Projetos de Lei (PL's) com o intuito de alteração de dispositivos do ECA, ou ainda nos diálogos cotidianos do senso comum, nas redes sociais, em organizações não-governamentais, dentre outros espaços. Em suma, constantemente os debates sobre esta temática se fazem presentes de forma generalizada no cenário nacional.

Este assunto geralmente é polemizado e gera discursos favoráveis e contrários contendo um conjunto de argumentos. A partir do teor da temática deste trabalho há a necessidade de apontar que não pretendemos colocar um posicionamento valorativo militante acerca do assunto, ou seja, não há o intuito de defender um ponto de vista prescritivo, pois conforme nos ensinou Weber (2005) precisamos ter atenção enquanto cientistas sociais acerca dos mecanismos dos juízos de fato e os de valor, não queremos construir um trabalho de indicação de que há uma idade “certa” para que um indivíduo responda via Código Penal por crimes e delitos. Entretanto, também há a ciência de que não existe uma neutralidade una e fixa, na medida em que nada é neutro, todos carregam uma bagagem e cabe a nós tornar estes elementos mais explícitos possíveis para que não haja dúvidas sobre a experiência, a trajetória e a seriedade da pesquisa,¹ pois: “toda experiência é subjetiva.” (BATESON, 1986, p. 37). A partir disso que realizamos a interlocução entre diferentes técnicas, costurando elementos de campos distintos, contextualizando historicamente e explanando a trajetória da escolha do tema e do objeto, conforme indicou Becker (1999, p.20):

Ao invés de insistir em procedimentos mecânicos que minimizam o julgamento humano, podemos tentar tornar as bases destes julgamentos tão explícitas quanto possível, de modo que outros possam chegar a suas próprias conclusões.

¹ Na primeira parte deste trabalho discorreremos acerca da trajetória da pesquisa, o posicionamento sobre o tema, e os passos de condução do estudo sobre a temática, este será o exercício para tornar o mais claro possível os caminhos da pesquisa.

O objetivo central desta dissertação é problematizar a temática supracitada através da concepção de um conjunto de adolescentes de Curitiba e RM acerca do assunto. Partimos da necessidade de ruptura com marcadores biológicos e indicamos uma interpretação por vias sociais, culturais e históricas, desta forma, fundamentada no contexto.

As discussões sobre a redução da maioria penal constantemente adentram o cenário político institucional como um tipo de ferramenta para melhorar a situação da segurança pública no país, isso representa um tipo de *problema social*². Conforme exposto por Lenoir (1998): precisamos tomar cuidado com as representações que demarcam estes problemas, na medida em que categorias são construções sociais e ao longo do processo histórico incorporam delineamentos distintos:

Entre essas representações, a que aparece sob a forma de um “problema social” constitui, talvez, um dos obstáculos mais difíceis de ser superado. Com efeito, os “problemas sociais” são instituídos em todos os instrumentos que participam da formação da visão corrente do mundo social, quer se trate dos organismos e regulamentações que visam encontrar uma solução para tais problemas, ou das categorias de percepção e pensamento lhes correspondem. Isso é tão verdadeiro que das particularidades dos problemas sociais é que, em geral, estes se encarnam, de forma bastante realista, nas “populações” que apresentam “problemas” a serem solucionados. Muitas vezes, tais populações, chegam a ser determinadas segundo critérios “fisiológicos” (“mulheres”, “jovens”, “velhos”, “excepcionais”, certas categorias de doentes ou deficientes físicos, etc.) (LENOIR, 1998, p.62).

A temática abordada possui ramificações, entretanto, procuramos trabalhar com alguns eixos condutores: 1) Percepção de um conjunto de adolescentes sobre a redução da maioria penal; 2) A idade para imputação está no corpo da problematização da desnaturalização da idade biológica, assim a adolescência enquanto um marcador social em disputa; 3) Essa disputa opera em um conjunto de campos conforme o contexto social e histórico. Recortamos os campos jurídico e político no interior do *metacampo* estatal. No núcleo da perspectiva legal levantamos a hipótese dos aspectos morais através da ótica durkheimiana, na medida em que as leis são construídas na coletividade.

Partindo deste bojo o interesse central deste trabalho é analisar a opinião sobre a redução da maioria penal através da ótica de um conjunto de adolescentes de Curitiba e Região Metropolitana com idades entre 14 e 18 anos. O recorte destes atores foi feito, pois apesar de este assunto ser corrente em cenários diversos há pouco espaço que dê voz aos próprios adolescentes para falarem sobre a temática. Desta forma, partimos do princípio de que os nossos respondentes são seres ativos, heterogêneos, que manejam recursos discursivos

² Para que um “problema” seja um problema social não basta que haja um conjunto de vozes especialistas adentrando nele, temos também que ter um interesse público que constitua debates assinalando a constituição de um emaranhado de realidade social e identidade do grupo em questão. (LENOIR, 1998)

ricos, possuem opiniões e são sujeitos sociais. Ainda, indicamos que vamos tratar de um assunto “problemático”, entretanto, não queremos olhar para a categoria dos adolescentes de forma monolítica e pejorativa, pelo contrário, ao longo do trabalho adentraremos em um apanhado de pesquisas que questionam a perspectiva desta categoria de forma homogênea e também de como um conjunto de conhecimentos e conceitos pré-definidos demarcaram a adolescência enquanto a representação de um problema social e até mesmo biológico na medida em que há marcadores corporais que a colocam em estatutos de incompletude, impulsividade e paradoxalmente como indefesas e ao mesmo tempo perigosas.

Os instrumentos utilizados para captação das percepções foram: na primeira etapa da pesquisa desenvolvemos um questionário (contendo 21 questões mescladas entre os tipos fechadas e abertas) foi desenvolvido no *google formulário* e o seu link foi divulgado nas redes sociais, desta forma, por adesão 90 adolescentes responderam anonimamente e individualmente via internet. A pesquisa é de cunho qualitativo, mas não excluimos dados numéricos e quantitativos do corpo do trabalho, entretanto, ele é usado para organização dos dados apreendidos e não para uma generalização quantitativa de situações e atores. Destes adolescentes que responderam o questionário apresentaram as seguintes opiniões sobre a redução da maioridade penal: 46 pessoas (51,1%) se demonstraram favoráveis, 7 pessoas (7,8%) indicaram serem contrárias, 29 pessoas (32,2%) marcaram que sua posição favorável, entretanto dependendo do crime cometido e 8 pessoas (8,9%) selecionaram a opção “não tenho opinião formada/não pensei a respeito³”.

Já em uma segunda etapa utilizamos entrevistas individuais. As entrevistas foram realizadas entre os dias 05 e 10 de fevereiro de 2018 com 12 adolescentes de idades entre 14 e 18 anos em dois bairros localizados na região norte da cidade de Curitiba e em duas cidades da RM, sendo elas Pinhais e Araucária. Foi elaborado um roteiro de entrevista contando com cinco questões centrais e abertas. Neste instrumento a maioria dos respondentes também indicaram serem favoráveis à redução (11 respondentes).

Não temos o intuito de tratar os posicionamentos sobre a redução de forma dicotômica e fechada, os instrumentos de coleta foram utilizados para levantamos as seguintes perguntas centrais: 1) Como estes adolescentes manejam o seu recurso discursivo para sustentar o seu ponto de vista sobre a redução da maioridade penal: seja ele favorável,

³ Além desses elementos centrais também procuramos saber por que meios esses adolescentes foram informados sobre o Projeto de Emenda à Constituição que versa sobre a redução da maioridade penal e também se eles já tiveram ou conhecem alguém que já teve conflito com a lei via abordagens policiais.

contrário, dependendo da situação? 2) Quais as mudanças ou permanências eles pensam que haverá caso haja a aprovação da redução da maioridade penal para 16 anos de idade?

A análise dos materiais coletados via questionários e entrevistas operará através da abordagem qualitativa, realizamos uma reflexão constante das apreensões quanto às diferenças e as similaridades das narrativas. Classificamos as percepções a partir da recursividade dos apontamentos, utilizando tabelas e quadros para maior sistematização dos resultados que serão apresentados no segundo capítulo desta pesquisa.

Quanto à organização deste trabalho indicamos que inicialmente abordaremos a trajetória da pesquisa, a escolha da temática e do objeto e os percursos metodológicos e teóricos, isso a partir da visão de que todos esses elementos caminham em conjunto. Este exercício de externalização é fundamental para situarmos o leitor no universo de construção do interesse do pesquisador e da condução do seu trabalho.

No terceiro capítulo, através de coleta de material bibliográfico, trataremos do marcador histórico⁴ da construção das concepções de criança, adolescência e juventude, sendo estes dois últimos mais abordados devido a temática deste trabalho. Indicamos a ruptura com um marcador biológico uno e pensamos por vias socioculturais e históricas que conceberam estas categorias fruto de um contexto e de dinâmicas de sociabilidade. Desta forma, abordaremos primeiramente a conjuntura do contexto europeu do final da Idade Média. Não temos o intuito de homogeneizar o processo histórico e sabemos que a realidade brasileira possuiu dinâmicas distintas (PRIORE, 2010), entretanto este comparativo histórico não valorativo pode auxiliar em desnaturalizar elementos e captar semelhanças e diferenças. (MILLS, 2009).

Ainda no interior do terceiro capítulo adentraremos na realidade brasileira e de como a categoria da adolescência teve um forte recorte de raça e classe no seu tratamento, também do papel *simbólico* do trabalho como um tipo de moralidade “necessária” na constituição desses sujeitos. No núcleo da tematização nacional indicaremos algumas abordagens institucionais e acadêmicas acerca da adolescência e da juventude e de como a sua tematização ao longo do processo histórico esteve atrelada a paradoxos da visibilidade e da invisibilidade (ABRAMO, 1997) ou ainda como indefeso e perigoso (BODÊ DE MORAES; PESCAROLO, 2008). Além desses binômios há a reflexão de mecanismos jurídicos e políticos que inseriram a

⁴ O levantamento histórico é primordial na medida em que seus elementos são fontes extremamente ricas para compreensão sociológica de representações sociais, há o apontamento de marcadores que desnaturalizam um conjunto de práticas e discursos que estão arraigadas no imaginário e não são percebidas em um primeiro momento, há a necessidade de ir além do marcador biológico e pensarmos em vias de *representação*.

categorização dos adolescentes enquanto “sujeitos de direitos”, como o ECA de 1990 e a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) em 2005.

No último capítulo discutimos a temática enquanto um elemento moral (através da ótica durkheimiana) e de que há dispositivos nos campos jurídicos e políticos que são objetos sociológicos ricos para compreensão de elementos sociais.

Através da ótica durkheimiana discorreremos sobre a moral como fruto da coletividade e feita para ela, a moral nos indica caminhos, papéis sociais, elementos aceitáveis ou não e assim demarca o indivíduo e a coletividade. (DURKHEIM, 1999;2012). Do outro lado temos os mecanismos legais como um braço do Estado, a lei não é sinônima de moral e nem superior a ela, na medida em que um tipo de moralidade vigente influencia nas bases de construção legal. (DURKHEIM, 2006).

Os dispositivos legais e políticos estão inseridos no Estado que é um *metacampo* (BOURDIEU,2014) onde há jogos políticos na construção de ordenamentos e toda uma estrutura burocrática legítima e simbólica.

Os materiais coletados que serão expostos à luz das concepções principalmente de Bourdieu (1999;2003;2004;2008;2010;2014), Durkheim (1999;2002;2012;2015) e Foucault (1970;1997;2008) para pensarmos nos mecanismos de controle social no interior do aparato jurídico e político são: 1) arrolamento das principais Leis, Decretos e Códigos no cenário brasileiro a partir do período Imperial sobre imputação penal tendo como recorte de pesquisa a idade biológica para captarmos as mudanças e permanências documentadas em letra de lei; e 2) Levantamento das PEC’S de 1993 até o período atual sobre a redução da maioria penal tendo como foco as PEC’s nº 171/1993 e a 33/2012.

Os documentos escritos são uma fonte extremamente rica para o cientista social, na medida em que estão conectados à memória e nos auxiliam em um tipo de compreensão do social conectados ao marcador do tempo. Entretanto, não podemos olhar para o documento em si mesmo, pois: “[...]embora tagarela, o documento permanece surdo e o pesquisador não pode dele exigir precisões suplementares. ” (CELLARD, 2008, p. 96). Ou seja, não temos o intuito de colocar estas leis publicadas em um estatuto de serem verdadeiras ou falsas, pois, conforme apontou Foucault (2008): leituras dicotômicas de documentos históricos são errôneas na medida em que há complexidades via captação de relações, identificações de elementos distintos ou de unidades. Desta forma, a partir das indicações de Cellard (2008) temos o intuito de questionar os elementos postos singularmente em um primeiro olhar e contextualizar historicamente o pano de fundo em que os textos foram produzidos.

Assim, os *campos jurídico e político* (BOURDIEU, 2010;2011) não serão tratados de forma reificada, eles não são autossuficientes, apesar de possuírem um conjunto de lógicas internas de práticas e discursos posicionados enquanto um campo de produção da verdade. O conceito de *campo* consiste em um espaço social contendo um conjunto de relações objetivas e subjetivas. Neste espaço há relações observáveis, porém, também temos relações construídas em estruturas de poder que não são percebidas em um primeiro olhar. A teoria do campo rompe com uma perspectiva economicista e utilitarista acerca das ações, vai pela perspectiva de que há uma diversidade de campos sociais e cada um possui relativa autonomia, porém, a construção das relações, práticas e discursos podem influenciar e serem influenciados por outros campos. Assim,

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU,2010, p. 69).

Esses espaços não são neutros, são carregados em sua constituição de capitais e de jogos de poder. As produções escritas desses campos serão abordadas enquanto um tipo de *representação da realidade social*⁵, desta forma, objeto sociológico que devidamente contextualizado e problematizado pode nos indicar situações e marcadores construídos socialmente.

Já em conclusão pontuaremos os elementos captados no interior da perspectiva de campos múltiplos. Ela terá três eixos norteadores: Em um primeiro momento discorreremos acerca da percepção dos adolescentes que responderam o questionário e foram entrevistados e de como manejaram o seu recurso discursivo para explicar o ponto de vista sobre a redução da maioria penal. Apreendemos que os respondentes majoritariamente são favoráveis à redução da maioria penal externalizando um conjunto de opiniões condizentes com textos legais do período Imperial, com discursos de figuras políticas ao longo do processo histórico, coincide também com as pesquisas de opinião veiculadas pelos meios de comunicação utilizadas nesta pesquisa e pelas PEC's. Há apontamentos de que os adolescentes já possuem discernimento e consciência de seus atos e que a mudança no dispositivo legal diminuiria a criminalidade.

⁵ A chave de leitura da *representação* está presente ao longo de todo o corpo deste trabalho, nós partimos da concepção de Becker (2009) de que as representações são um tipo de externalização de elementos sociais que foram construídos nas relações e nas dinâmicas estruturais, entretanto, ela indica uma parte dos elementos e nunca o todo.

Há a percepção de uma impunidade generalizada, desta forma havendo necessidade de punição via sistema carcerário sem distinção dos adultos, uma reivindicação pela ordem ou ainda, conforme a indicação de dois respondentes do questionário: a redução é necessária para que a sociedade “fique mais limpa”.

Em um segundo momento indicaremos as apreensões do arrolamento do material legal publicado a partir do período Imperial até o momento atual, assim, esta listagem nos auxiliou em problematizar quatro elementos centrais ao longo do processo histórico nacional das representações sociais sobre o adolescente, sendo eles: a indicação de um perigo do ócio e o trabalho como valorização moral; a construção do termo *menor* como uma subcategoria de adolescentes, sendo estes os meninos em situação de rua, os que cometeram delitos e os que foram abandonados; a subjetividade nas abordagens legais (também nas práticas policiais) legitimando a tutela de adolescentes pobres e assim a intervenção em suas vidas sendo justificada com base em uma previsibilidade institucional; e por fim, a supressão do termo *menor* no ECA que abarca os chamados sujeitos de direito.

Por último indicaremos as PEC’S analisada que também apontaram a perspectiva de que há impunidade, pois o ECA é muito brando. Os Deputados e Senadores indicaram em suas justificativas uma visão de que os adolescentes são extremamente perigosos ao mesmo tempo em que são vulneráveis e a intervenção Estatal via Código Penal poderia ser um elemento chave para conter a criminalidade e a impunidade.

Esses três pontos coletados foram articulados a partir da perspectiva de um tipo de demanda por manutenção da ordem com bases punitivas. A tensão entre indivíduo e sociedade foi indicada em todos os materiais coletados, seja via apontamento do discernimento e da consciência, concomitantemente a perspectiva de cuidar da sociedade. Esses elementos não são indicações unilateralmente subjetivas, são inscrições demarcadas na coletividade. Conforme indicou Bourdieu (2010) ao mesmo tempo em que o agente é estruturado ele também é estruturante, estão inseridos em jogos de poder.

1. O INTERESSE PELA TEMÁTICA E OS RECORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

1.1. Construção do interesse pela temática na trajetória acadêmica

O interesse pela temática sociológica que desnaturaliza como o “jovem” ou o “adolescente” é representado socialmente por um viés problemático e pejorativo tornou-se objeto da minha atenção no meu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais apresentado no final do ano de 2014⁶. A monografia versou sobre uma intervenção policial: a primeira Unidade Paraná Seguro (UPS) situada no bairro Uberaba em Curitiba⁷. Por meio da análise de material jornalístico, uma das apreensões levantadas a partir do relato dos moradores da região foi de que os meninos ociosos na rua representavam um perigo para o bairro, assim, a base policial instalada no local poderia ser um tipo de solução para excluir estes adolescentes do espaço urbano por estarem atrelados monoliticamente à criminalidade na região.

Outra ponta do meu interesse reside em um acontecimento no ano 2015 (ano em que escrevi o pré-projeto de dissertação para o processo seletivo de mestrado em sociologia da UFPR⁸), foi a votação extremamente conturbada da PEC 171/1993, que gerou uma série de matérias jornalísticas e debates nas redes sociais e no cotidiano: na medida em que este projeto propunha à redução da maioridade penal para 16 anos.

⁶ Há mais um conjunto de elementos na minha trajetória acadêmica que me influenciaram, sou integrante do Centro de Estudos de Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH-UFPR) desde 2012, espaço em que pesquisamos acerca de recortes diversos sobre a conjuntura atual da segurança pública e dos direitos humanos no cenário nacional. Há colegas que pesquisam a temática da juventude e este tema corriqueiramente adentra nas discussões em nossas reuniões e nos artigos produzidos pelos membros. Também, conforme aponte na introdução não tenho o intuito de defender um ponto vista favorável ou contrário à redução enquanto pesquisadora, entretanto, acredito ser importante apontar que possuo convicções políticas e ideológicas contrárias à redução e acredito que o debate seja complexo e envolve dinâmicas e desigualdades sociais e no sistema de acesso à justiça que criminalizam um conjunto de grupos sociais: negros, jovens e pobres, desta forma, conforme apontou Becker (1999), ao invés de ignorarmos os julgamentos que possuímos, devemos deixá-lo o mais explícito possível, para que não haja dúvidas quanto à qualidade e as conclusões de pesquisa.

⁷ O recorte dos respondentes do questionário e das entrevistas teve como demarcação espacial adolescentes de Curitiba e Região Metropolitana, fiz esta escolha inspirada na minha monografia na medida em que captei este indicador do ócio exposto por moradores da capital paranaense.

⁸ No pré-projeto de pesquisa havia o intuito de articular os discursos de adolescentes com o material jornalístico do jornal *Folha de São Paulo* no ano de 2015 (erupção dos debates devido a PEC 171/1993) entretanto fui orientada pela banca de avaliação do processo seletivo a desconsiderar um dos dois objetos na medida em que o tempo disponível para conclusão do mestrado seria insuficiente para tratar com qualidade tal articulação. Desta forma, ao longo do trabalho utilizamos alguns materiais jornalísticos, entretanto não coletamos extensivamente e sistematicamente, mas levantamos trabalhos que trataram desta temática através do arrolamento de veículos de comunicação que nos auxiliarão nesta articulação. Pois, o objeto central aqui é a opinião de um conjunto de adolescentes e análise de materiais jurídicos.

A forma como PEC 171/1993 foi votada, retomada diversas vezes ao longo de sua existência, diz muito sobre a complexidade e conflitos acerca do tema. Assim, o Presidente do Congresso Nacional na época, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) no dia 1º de Julho de 2015 colocou em votação a PEC 171/1993: uma proposta sobre a redução da maioridade penal de 18 anos para 16 anos em casos de crimes hediondos⁹.

No mês de abril do mesmo ano, o portal eletrônico *Folha de São Paulo* veiculou a seguinte notícia “87% querem a redução da maioridade penal; número é o maior já registrado”, o título faz referência a uma pesquisa de opinião feita pela Datafolha¹⁰ colocando que a maioria da população almeja que a idade penal seja estabelecida, segundo a média calculada de todos os entrevistados para 15,2 anos de idade. Segundo Bourdieu temos que problematizar este tipo de pesquisa, pois, segundo ele “a opinião pública não existe” (BOURDIEU, 1973, p.11), pois ela é um tipo de artefato, construído a partir de uma demanda subordinada a interesses políticos.

Ainda, no mês de maio do ano de 2015 (um mês antes da votação da PEC) houve um caso no Rio de Janeiro que foi extremamente veiculado pelos meios de comunicação: o médico Jaime Gold foi esfaqueado em um assalto na Lagoa Rodrigo de Freitas por um menino de 16 anos de idade¹¹. Há uma conexão entre os campos midiáticos e da política institucional, há pesquisas que abordam a perspectiva de que os Projetos sobre a redução da maioridade penal são diretamente proporcionais às notícias midiáticas que exaltam algum crime que envolva adolescentes, utilizaremos estas pesquisas na composição deste trabalho através de Budó (2013) e Campos (2009).

Retornando à votação do dia 1º de julho, a proposta foi rejeitada, tendo 303 votos favoráveis e 184 contrários, haveria a necessidade de no mínimo 308 votos para o projeto continuar tramitando¹². Apesar desta negativa, através de manobras políticas e institucionais, o Presidente do Congresso colocou nova proposta apenas 24 horas depois da rejeição, semelhante à primeira, mas com algumas alterações em votação. O projeto foi aprovado tendo 323 votos favoráveis. Conforme o prosseguimento regimental houve uma segunda votação na Câmara no dia 19 de agosto de 2015 que novamente foi aprovada para os casos de crimes

⁹ Houve uma série de conflitos nesta sessão, como: manifestantes contrários à redução foram proibidos de entrar no Congresso para acompanhar as votações.

¹⁰ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1616762-87-querem-reducao-da-maioridade-penal-numero-e-o-maior-ja-registrado.shtml>> Acesso em [04 jul. 2017].

¹¹ TORRES, Livia. Adolescente de 16 anos foi quem esfaqueou o médico: diz delegada. G1. Rio de Janeiro, 27 de maio de 2015. Disponível em: [\[http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/policia-diz-que-2-menor-apreendido-acusa-o-1-de-ter-esfaqueado-medico.html\]](http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/policia-diz-que-2-menor-apreendido-acusa-o-1-de-ter-esfaqueado-medico.html)> Acesso em [4 jul. 2017].

¹² Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/camara-rejeita-reducao-da-maioridade-penal-7021.html>> Acesso em [04 jul. de 2017].

hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, desta forma tramitou para o Senado¹³.

Atualmente a PEC 171/1993 consta no portal eletrônico da Câmara dos Deputados¹⁴ com a seguinte situação: “aguardando apreciação do Senado Federal”. Ao acessar o portal do Senado¹⁵ os mecanismos de busca preenchido por “PEC 171/1993” leva à Proposta de Emenda à Constituição nº 115/2015 e sua situação consta “em tramitação¹⁶” e a última marcação do seu local foi no dia 15 de outubro de 2017 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O último projeto acerca da temática que tramitou foi a PEC 33/2012, que entrou na pauta de discussão no Senado através de uma reunião da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania no dia 06 de setembro de 2017, ela está aguardando Audiência Pública para o ano de 2018¹⁷. Esta PEC propõe que nos casos de crimes cometidos por menores de 18 anos e maiores de 16 caberia ao Ministério Público propor procedimentos de apuração para verificar a possível desconsideração de inimputabilidade. Esta PEC está tramitando em conjunto com outras (conforme verificação da pauta da reunião supracitada) como: a PEC 74/2011¹⁸ que propõe a redução da maioria penal para 15 anos em casos de crimes hediondos, a 21/2013¹⁹ que propõe à redução para menores de 15 anos e a 115/2015²⁰ os maiores de 16 anos podem responder penalmente, entretanto cumprir pena em locais separados dos adultos em casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.

Outro elemento que despertou o interesse no processo de levantamento dos dados sobre a temática foi a falta de apontamentos sobre o que os adolescentes pensam sobre as propostas de redução. Desta forma, temos como intuito apreender a opinião de um conjunto de adolescentes sobre o assunto, entretanto, devido ao teor da temática há outras atenções necessárias na medida em que há a necessidade de uma desnaturalização do marcador

¹³ Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1671019-reducao-da-maioridade-penal-e-aprovada-na-camara.shtml> > Acesso em 04 jul. 2017.

¹⁴ Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493> Acesso em [14 fev. 2018]

¹⁵ Disponível em < <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122817> > Acesso em [14 fev. 2018].

¹⁶ Há um conjunto de PEC’S que versam sobre a redução da maioria penal, variando acerca da idade ou dos tipos de crime. Ao consultar a PEC 171/1993 no Senado verificamos que outros projetos passaram a tramitar em conjunto por ter o teor semelhante.

¹⁷ Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=106330> > Acesso em: [14 fev 2018]

¹⁸ Disponível em < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/101484> > Acesso em [07 set.2017]

¹⁹ Disponível em < <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/112420> > Acesso em [07 set. 2017]

²⁰ Disponível em < <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122817> > Acesso em [07 set. 2017]

biológico para imputação penal. A reflexão embasada nos conceitos de *campos jurídico e políticos*, assim como das contribuições de Durkheim da correlação entre a moral e o legal foram as chaves de leitura que guiaram este trabalho, na medida em que essas representações são capilares e indicam um tipo de demanda pela ordem através de alicerces punitivos.

1.2. Influências Metodológicas e teóricas

Somos estatutários a partir dos apontamentos de Bourdieu (2010) de que a separação entre método e teoria empobrece a pesquisa, pois ambos andam juntos ao longo da trajetória do trabalho. Pretendemos “costurar” (BECKER, 1999, p.20) materiais diversos e pesquisas diferentes sobre a temática abordada na hipótese. As bases desta pesquisa se fundamentam em um tipo de análise qualitativa e conectamos diversas técnicas e inclinações teóricas para constituição de um tipo de sociologia de cunho *reflexivo*, ou seja, na objetivação constante da análise dos objetos e dos limites, exercitar o aprofundamento em elementos não perceptíveis em um primeiro olhar, articular perspectivas teóricas e da prática da pesquisa em si. (BOURDIEU, 2010).

Seguimos uma orientação pluralista acerca do apanhado teórico e de técnicas, conforme perspectiva colocada por Feyerabend (1997) de que precisamos romper com metodologias rígidas, pois apreendendo as pluralidades da forma de “fazer” e de “compreender” ao longo da pesquisa proporcionam aberturas que enriquecem a compreensão dos elementos. Entretanto, a nossa inclinação pluralista não tem o intuito de operar em um sentido generalista, universalista e de supressão de métodos. Diante desta pluralidade precisamos realizar uma vigilância constante (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2000) que nos auxilia na ruptura com uma percepção de métodos e técnicas passados como receitas culinárias e pensamos por um estatuto que verifica condições, limites e exclusões no procedimento. Precisamos colocar toda a prática científica em reflexão constante.

Mesclamos os procedimentos de pesquisa a partir de levantamentos históricos, coleta de documentos jurídicos e institucionais, pesquisa bibliográfica, questionários e entrevistas. Ao longo do trabalho haverá as conexões e rupturas acerca da problemática tendo como pano de fundo, conforme indicou Mills (2009), a importância da *imaginação sociológica* no exercício de transitar por perspectivas diversas que em um primeiro olhar passariam despercebidas, entretanto a combinação de concepções e articulações podem auxiliar na compreensão de um conjunto de elementos conforme o recorte do trabalho.

1.3.Explanações dos instrumentos de coleta

A articulação entre a representação social do adolescente sendo inerentemente problemático e dos debates que de tempos em tempos são inseridos nas agendas política, midiática e do senso comum sobre a redução da maioridade penal como uma medida para melhoramento da segurança pública no Brasil são temáticas que se articulam.

O objetivo central deste trabalho é apreender de que forma um conjunto de adolescentes de Curitiba e Região Metropolitana reverberam os seus discursos sobre a proposta de redução da maioridade penal. O instrumento de coleta inicial foi um questionário e posteriormente para adensar o campo da pesquisa incluímos doze entrevistas individuais. A condução da pesquisa tem caráter qualitativo (entretanto não negamos indicações numéricas) e realizamos o recorte da população da pesquisa em idades entre 14 a 18 anos²¹ residentes em Curitiba e RM.

O questionário²² foi desenvolvido no *google formulários* tendo o seu link divulgado via redes sociais no período entre 15 de maio a 6 de julho de 2017, a pesquisa foi por adesão, ou seja, os adolescentes que tiveram conhecimento dela a responderam de forma voluntária, também foi anônima e individual²³. Desta forma, desenvolvemos um questionário contendo 21 questões mescladas entre os tipos abertas e fechadas, sendo as 13 primeiras de caráter geral e socioeconômico, as demais questões versaram sobre a redução da maioridade penal e as formas de conhecimento da PEC.

Já as entrevistas em profundidade foram realizadas entre os dias 05 e 10 de fevereiro de 2018 com 12 adolescentes com idades entre 14 e 18 anos em dois bairros localizados na região norte da cidade de Curitiba e em duas cidades da RM, sendo elas Pinhais e Araucária. Foi elaborado um roteiro de entrevista estruturada em profundidade contando com cinco questões centrais e abertas.

²¹ Realizamos este recorte de idade a partir de dois elementos, sendo que primeiramente o ECA demarca o adolescente como o indivíduo entre os 12 a 18 anos de idade. Também, partindo da análise das PEC's há uma predominância na proposta de reduzir a idade para imputação penal para 16 anos de idade (há 17 PEC's com este recorte de idade (CAMPOS, 2009), em segundo para 14 anos (PEC 169/1999 e 242/1004). Assim, realizamos este recorte para verificar se há divergências de opiniões daqueles que estariam na idade das propostas de redução e daqueles que já se encontram na marcação que adentra no Código Penal e não no ECA.

²² Realizamos um pré-teste do questionário, que foi respondido por 20 adolescentes, através dele foi possível realizar ajustes no questionário final, principalmente quanto aos termos utilizados.

²³ Optamos por este instrumento de coleta pela sua facilidade de divulgação e preenchimento no sentido de captar certa diversidade, na aplicação piloto foi verificado que o tempo para responder foi de aproximadamente de 3 minutos. Também o caráter individual e anônimo deixa os respondentes mais confortáveis para expressarem suas opiniões. Quanto à segunda a segunda fase o instrumento foi a entrevista individual para captarmos os elementos com maior profundidade.

A partir da sistematização das percepções dos respondentes temos como intuito responder duas questões centrais: 1) Como estes adolescentes manejam o seu recurso discursivo para sustentar o seu ponto de vista sobre a redução da maioridade penal: seja ele favorável, contrário, dependendo da situação? 2) Quais as mudanças ou permanências eles pensam que haverá caso haja a aprovação da redução da maioridade penal para 16 anos de idade?

Desta forma, a partir da organização das categorizações expostas pelos respondentes procuramos problematizar pelo viés sociológico a demanda pela redução no cenário nacional, conforme indicou Gaskell (2003, p.68): “A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão.” Além das diferenças também há a captação de regularidades, na medida em que os métodos qualitativos com instrumentos via questionários e entrevistas são um tipo de meio de captar pontos de vista de atores sociais, assim como considerá-los para interpretar um recorte da realidade social. (POUPART,2008). Entretanto, os discursos não falam por si, a conexão com o contexto e os exercícios de reflexão da prática e da teoria são fundamentais nas estratégias de compreensão:

Só a reflexividade, que é sinônimo de método, mas uma reflexividade reflexa, baseada num "trabalho", num "olho" sociológico, permite perceber e controlar no campo, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza. Como pretender fazer ciência dos pressupostos sem se esforçar para conseguir uma ciência de seus próprios pressupostos? Principalmente esforçando-se para fazer um uso reflexivo dos conhecimentos adquiridos da ciência social para controlar os efeitos da própria pesquisa e começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis das perguntas. (BOURDIEU, 2008, p. 694)

Também demos atenção a realização de um levantamento da conjuntura histórica das concepções de adolescência, assim como dos marcadores teóricos e legais na demarcação desses sujeitos. Este capítulo está fundamentado na necessidade de realização de uma história social da problemática exposta.

Visto que o tema da imputação penal é relevante em diversos cenários sociais (não diz respeito apenas a um grupo em específico), além das percepções dos adolescentes que participaram da pesquisa há outros fios condutores que foram essenciais à construção do campo deste trabalho. Partindo desta pluralidade coletamos material jurídico (Leis, Decretos e Códigos tendo como recorde a idade para imputação ao longo da história do Brasil) e as PEC’S (principalmente a 171/1993 e a 33/2012).

O ponto analítico desses materiais foi fundamentado nas concepções de *campo jurídico* e *político*, da conexão entre moral e legal pela ótica durkheimiana e finalmente faremos uma reflexão acerca do ordenamento social a partir do conceito de controle social. A

temática da redução está em uma multiplicidade de campos e em concepções arraigadas nas representações sociais que vão além de um recorte biológico ele é moral, os jogos e disputas em diversos espaços são representativos para balizarmos os elementos inerentes ao assunto.

O material jurídico e os materiais institucionais enquanto objeto sociológico indicam um tipo de representação da realidade. Ou seja, o intuito não é reificar esses materiais na medida em que eles não são produzidos em si mesmos, são frutos de marcadores morais, legais e institucionais inscritos em um contexto e possuidores de uma bagagem histórica.

2. PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA SOBRE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

A partir das reflexões feitas através do apanhado teórico que será exposto: da articulação entre a moral pela ótica durkheimiana e dos campos jurídicos e políticos problematizaremos os debates pela redução da maioridade penal na conjuntura brasileira.

O ponto central deste trabalho é a percepção de um conjunto de adolescentes de Curitiba e RM sobre o assunto. Tal abarcamento foi proposto para captarmos as representações desses atores, não pelo fato de tentar categorizá-los como problemáticos (no sentido pejorativo) e sim de que são sujeitos que têm opiniões, fazem intercâmbio de informações, ou seja, indivíduos ativos. (ABRAMO,1997a).

Segundo os últimos dados do censo demográfico há mais de 51 milhões de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil (IBGE, 2010). Isso em um quadro geral populacional de mais de 201,5 milhões de pessoas, em que 59,7 milhões têm menos de 18 anos de idade, sendo que os adolescentes brasileiros entre 12 e 18 anos de idade totalizam em média 21,1 milhões. (PNAD, 2013).

A capital do Estado do Paraná possui uma população de 1.751.907 habitantes, entretanto, a cidade é um polo da Região Metropolitana e o seu primeiro anel metropolitano é composto por 29 municípios onde vivem 3.218.109 habitantes. O número populacional formado pela faixa etária de 0 a 14 anos representa 20% da população; os jovens de 15 a 29 anos representam 27% da população. (IBGE, 2010: CURITIBA,2013).

Ou seja, a dimensão populacional dos adolescentes é extremamente expressiva, entretanto, não temos o intuito de realizar um apanhado quantitativo, as bases desta reflexão são qualitativas. As opiniões aqui apresentadas serão articuladas com um apanhado teórico e de discursos proferidos nas instâncias institucionais que em alguns pontos apresentarão semelhanças. Essa similaridade não opera porque há uma homogeneidade, há resistências em diversos seguimentos sociais.

Utilizamos dois instrumentos de coleta (questionários e entrevistas) para captar a percepção de um conjunto de adolescentes e levantamos duas questões centrais em ambos: 1) Como estes adolescentes manejam o seu recurso discursivo para sustentar o seu ponto de vista sobre a redução da maioridade penal: seja ele favorável, contrário, dependendo da situação? 2) Quais as mudanças ou permanências eles pensam que haverá caso haja a aprovação da redução da maioridade penal para 16 anos de idade?

Além desses elementos centrais, através do questionário também procuramos saber por que meios esses adolescentes foram informados sobre o Projeto de Emenda à Constituição que versa sobre a redução da maioridade penal e também se eles já tiveram ou conhecem alguém que já teve conflito com a lei via abordagens policiais.

As entrevistas operaram em uma segunda etapa da pesquisa. Nos focamos nessas duas questões centrais levantadas, entretanto, visto que nos questionários a linguagem de que há uma impunidade generalizada dos crimes cometidos por adolescentes, procuramos nas entrevistas realizadas entrar na percepção acerca do ECA.

2.1. Apresentação do questionário e dados gerais e socioeconômicos

O questionário foi desenvolvido no *google formulários* tendo o seu *link* divulgado via redes sociais no período entre 25 de maio de 2017 a 6 de julho do mesmo ano, desta forma, os adolescentes que tomaram conhecimento acerca da pesquisa e demonstraram interesse (pesquisa por adesão): a responderam voluntariamente, anonimamente e individualmente. O instrumento de coleta foi composto por 21 questões mescladas entre tipos abertas e fechadas.

As 13 primeiras perguntas foram de caráter geral e socioeconômico²⁴ e 8 questões acerca da temática da redução da maioridade penal, contando com 6 questões fechadas e duas abertas discursivas. As questões abertas são as mais significativas à construção deste trabalho, isso pelo seu caráter qualitativo e de captarmos discursos acerca da temática para além da dicotomia “contrários *versus* favoráveis”, pois, embora tenhamos utilizado questões fechadas o intuito não é dicotomizar a leitura da temática, bem pelo contrário, o interesse crucial é no tipo de reverberação do discurso tanto para os adolescentes contrários, favoráveis, ou ainda os favoráveis dependendo do crime.

O questionário final foi respondido por 90²⁵ adolescentes de Curitiba e RM com idades entre 14 e 18 anos, sendo: 45 pessoas (50%) com 14 anos²⁶, 5 pessoas (5,6%) 18 anos,

²⁴ As perguntas gerais e socioeconômicas também nos colocam em um patamar de ir além do recorte da idade biológica e em adentrar em outros elementos, como: se são estudantes e bairro de moradia por exemplo.

²⁵ Não foi extensiva porque não é quantitativa, apesar de trabalhar com dados quantitativos a título de organização. Também, estamos cientes de que não é possível realizar uma generalização monolítica, ou seja, não quero dizer que todos os jovens pensam de determinada forma e sim de captarmos algumas regularidades e discursos frutíferos para discussão elencada no apanhado teórico.

²⁶ Apesar desta diferença no quantitativo das idades, sendo a maioria de 14 anos, acreditamos não haver problemas devido ao cunho da pesquisa, desta forma não procuramos trabalhar com numerações estatísticas que necessitam de rigidez na criação de uma amostra que tenham quantidades iguais no recorte da idade. Também, ressaltamos que esta quantidade de jovens de 14 anos ocorreu porque solicitei auxílio de amigos

16 pessoas (17,8%) de 17 anos, 13 pessoas (14,4%) com 16 anos e 11 pessoas (12,2%) de 15 anos.

Destes adolescentes, metade se declararam de gênero masculino e metade feminino, quanto à cor da pele 43 pessoas (47,8%): brancos; 5 pessoas (5,6%): indígena; 6 pessoas (6,7%): oriental e 36 pessoas (40%): negros. A maioria 86,7% (78 adolescentes) estudam em escola pública, apenas 8,9% (8 adolescentes) em escola privada e 4,4% (4 adolescentes) não estudam. Em sua maioria não exercem atividade remunerada (70 adolescentes).

A prevalência da composição familiar é de mais de 4 membros (35 pessoas - 38,9%) e até 4 membros (33 pessoas - 36,7%), com a preponderância da renda de até 3 salários mínimos (48 pessoas - 55,2%), apenas 9 pessoas (10,3%) vivem com renda acima de 6 salários mínimos e esta mesma quantidade (9 pessoas - 10,3%) possuem renda familiar de até 1 salário mínimo.

Quanto ao local de moradia 73 indicaram residirem em Curitiba e os demais na Região Metropolitana e Mesorregião. Quanto aos bairros em que residem houve um preenchimento em abundância dos bairros Boa Vista e Santa Cândida, pelo mesmo motivo da quantidade de respondentes de 14 anos, uma das escolas em que obtive auxílio de um professor que leciona na 8ª série fica no bairro Boa Vista, entretanto os demais bairros apresentam diversidade:

QUADRO 1 – BAIRROS DE RESIDÊNCIA DOS RESPONDENTES DO QUESTIONÁRIO

Cidade	Bairro	Quantidade
Curitiba	Boa vista	20
	Santa Cândida	17
	Bairro Alto	11
	Atuba	4
	Sítio cercado	2
	Bacacheri	2
	Butiatuvinha	1
	Hauer	1

professores na divulgação da pesquisa, desta forma, um professor que leciona na 8ª série contribuiu em demasia na divulgação e incentivo para que seus alunos respondessem.

Cidade	Bairro	Quantidade
Curitiba	Barreirinha	1
	Boqueirão	1
	Água Verde	2
	Alto boqueirão	1
	Tanguá	1
	Tingui	1
	Sítio Cercado	3
	Vila Fanny	1
	Alto boqueirão	1
	Santa Felicidade	1
	Taboão	1
	Portão	1
Araucária	Capoeira Grande	1
	Fazenda Velha	1
	Sabiá	1
Itaperuçu	Jardim Itau	1
São José dos Pinhais	São Marcos	2
Colombo	Rio Verde	1
	Jardim Monza	1
	Vila Izabel	1
	Canguiri	1
	Santa Úrsula	1
	Campo Pequeno	2
	São Gabriel	1
	Jardim Osasco	1
Campina Grande do Sul	Lageado	1

Cidade	Bairro	Quantidade
Piraquara	Araçatuba	1
TOTAL		90

FONTE: A autora (2018).

A questão que abordou a religião contou com 61 respostas, a maioria declarou-se católica (21 pessoas), 18 adolescentes se autodenominam cristãos, 13 evangélicos, 10 não possuem religião, 1 declarou-se ateu, 3 da umbanda e 2 adventistas.

2.2. Opinião sobre a redução da maioridade penal²⁷

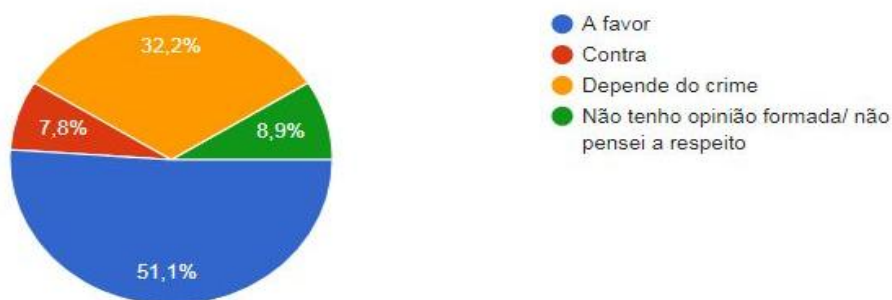
Nas perguntas complementares captamos que 78 entrevistados nunca sofreram abordagens policiais ou conflitos diretos com a lei, porém, 46 conhecem algum adolescente do seu círculo de amizades que já foi abordado ou coisa do gênero. A maioria (82,2% - 74 entrevistados) sabe qual é a idade biológica para imputação penal no sistema jurídico brasileiro. Também, um número preponderante de entrevistados sabe da existência de projetos que almejam reduzir a idade para imputação penal (60 pessoas, sendo em porcentagem 66,7%) e ainda apontaram que tomaram conhecimento desta medida via televisão e internet (através de redes sociais) e de forma menos expressiva através de outros meios, como: círculo familiar e de amizades, jornais e revistas impressas e portais de jornais eletrônicos.

Também apontamos que para facilitar a leitura das questões discursivas desenvolvemos quadros das questões nº 19 e 21 e codificamos cada questionário, desta forma, nos referimos do A1 ao A90 para abordar os posicionamentos constantes nos quadros nº 2 e 3. A questão de número 18: “Qual é a sua opinião sobre a redução da maioridade penal de 18 anos para 16 anos?” era fechada dando quatro opções de marcação e resultou nos seguintes apontamentos: 46 pessoas (51,1%) se demonstraram favoráveis, 7 pessoas (7,8%) indicaram serem contrárias, 29 pessoas (32,2%) marcaram que sua posição depende do crime cometido e 8 pessoas (8,9%) selecionaram a opção “não tenho opinião formada/não pensei a respeito”.

²⁷ Os discursos dos respondentes quando aparecem no corpo do texto estão entre aspas, já o conteúdo das tabelas não utilizamos aspas, porém, são as respostas originais, desta forma, não utilizaremos o indicador: [sic] para os erros gramaticais.

GRÁFICO 1 - Opinião sobre a redução da maioria penal

90 respostas



FONTE: A autora.

NOTA: Gráfico gerado pelo *google formulários*.

O complemento desta questão foi por vias discursivas que solicitou a justificativa para o posicionamento na questão 19²⁸ que trataremos de forma aprofundada conjuntamente com a questão de número 21 que também é discursiva, entretanto, vale apontar os resultados da questão de nº 20 antes do aprofundamento das questões descritivas.

A questão de nº 20 foi destinada aos adolescentes que responderam que são favoráveis à redução dependendo do crime, que totalizou 29 (20 pessoas de 14 anos, 5 adolescentes de 15 anos, quanto a representatividade de 16 e 17 anos de idade teve uma marcação de cada e concernente aos de 18 anos 2 marcaram), a questão era de caixas de seleção, desta forma, poderiam marcar mais de uma opção, indicamos sete opções fixas e uma aberta podendo ser indicado outro crime que não constasse na relação: a marcação do crime de homicídio foi a maior, totalizando 28 indicações, em segundo lugar estupro com 27 marcações e em seguida sequestro com 25 marcações, seguem os dados na tabela 1:

TABELA 1 - FAVORÁVEIS À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL (QUANTIFICAÇÃO DEPENDENDO DO CRIME)

Crime	Quantidade de marcações
Homicídio	28
Estupro	27
Sequestro	25
Tráfico de Drogas	19

²⁸ Foi gerada a questão de nº 19 como justificativa à questão de nº 18 pois o *google* formulário não tem a opção de elaborar um “justifique a sua resposta” quando já há caixas de marcação na questão.

Crime	Quantidade de marcações
Assalto/Roubo/Furto	18
Consumo de Drogas	11
Depredação de Patrimônio	10
Outro	0

FONTE: A autora (2018)

Nota: respondido por 29 adolescentes - caixas de marcação múltiplas.

2.2.1. Análise das questões discursivas e a categorização de uma demanda por punição

● Análise da questão discursiva nº 19:

A chave de leitura desta análise de dados conta com as contribuições da perspectiva construtivista-estruturalista de Bourdieu (2010) que nos auxilia em romper com um subjetivismo monolítico e nos coloca no estatuto de pensar em agentes inseridos em uma estrutura social responsável por introjetar elementos práticos e discursivos.

Para melhor compreensão dos elementos organizamos as apreensões em categorias a partir das regularidades encontradas nos discursos, conforme indicou Gaskell (2003, p. 71):

Embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências não surgem das mentes individuais; em alguma medida, elas são o resultado de processos sociais. Neste ponto, representações de um tema de interesse comum, ou de pessoas em um meio social específico são, em parte, compartilhadas.

Assim, contamos com sete percepções que foram construídas ao longo da análise das respostas da questão nº 19 que justifica o posicionamento sobre a opinião da redução da maioria penal:

1- Representação individual e social: a justificativa do posicionamento favorável à redução da maioria penal indicou que a grande maioria elegeu elementos de cunho individual na prática dos crimes, como: já há consciência, maturidade e discernimento para saber o que é certo e errado, essas expressões foram encontradas em 16 questionários, em contraposição apenas 1 indicou uma perspectiva mais geral, no sentido de indicar o elemento “todos” (A7). Já os contrários à redução indicaram em sua totalidade justificativas de cunho mais estrutural, apontando as deficiências de bem-estar social, problemas no sistema de justiça criminal e o papel da escola como uma das instituições socializadoras.

2 - Demanda pela punição: o indicativo direto de uma demanda por punição apareceu em 14 sentenças dos favoráveis à redução, a expressão “pagar” apareceu em 7 sentenças.

3 - Exposições genéricas: estes elementos foram representados por expressões como “tem que ser assim”, “é importante”, “vai ser bom para todo mundo” e se demonstraram presentes em 6 sentenças dos favoráveis.

4 - Comparação com outras sociedades: este elemento esteve presente apenas no questionário A3 que indica que em outros países a redução já funciona.

5 - Gravidade diretamente proporcional à pena: este elemento foi colocado apenas no questionário A80 dos que marcaram serem favoráveis, entretanto, se mostrou presente na totalidade dos que indicaram que são favoráveis dependendo do tipo de crime.

6 - Impunidade: Esta indicação despontou explicitamente em 10 sentenças dos favoráveis, ou seja, de que há uma impunidade generalizada e que a alteração da idade para imputação penal resolveria estes elementos. Nos que marcaram “depende do crime” a perspectiva da impunidade esteve presente no questionário A62.

7- Redução de Crimes e maior sensação de segurança: apareceu em apenas uma sentença (A73) na tabela dos favoráveis.

Através da análise das questões foi possível apreender elementos fundamentais nas respostas dos indivíduos favoráveis à redução ou daqueles que são favoráveis dependendo do crime: há um almejo por punição via “pagar o preço”, assim, quando entram nessas indicações evocam a perspectiva de consciência e de ações isoladas e individuais. As expressões “pagar o preço”, “maior justiça” e “punição” aparecem em 10 sentenças dos adolescentes favoráveis à redução, por exemplo o adolescente A2 de 16 anos ao justificar a sua posição favorável à redução da maioridade penal coloca a seguinte frase: “*Tem que pagar pelo seus atos*” ou o A4 que coloca a perspectiva: “*Eu acho que com 16 anos a pessoa já não é mais inocente, já sabe que pra toda ação a uma reação ele quis tentar uma vida fácil, ele sabia que existiam consequências, agora tem que pagar*”. Esse discurso de responsabilização foi corrente conectado a perspectiva de “capacidade” (consciência, maturidade, discernimento²⁹, já sabem distinguir entre o certo e errado).

Também notamos a utilização de expressões genéricas para justificar o ponto de vista como o apresentado pelo A31 “*uma sociedade melhor*”, e sentenças semelhantes como “*tem que ser assim*” ou “*vai ser bom*” mostraram-se presentes em cinco sentenças deste primeiro

²⁹ A perspectiva de que já há “discernimento” é uma defesa corrente em textos de lei desde o Código Imperial brasileiro e na República via indicação da “capacidade de discernimento”. “A definição mais corrente pregava: “o discernimento é aquela madureza de juízo que coloca o indivíduo em posição de apreciar com retidão e critério, as suas próprias ações.” (VIEIRA, 1906, apud, SANTOS, 2010, p. 217).

quadro. Há orações que colocam que o caminho do crime é muito fácil ligado a uma visão da existência de impunidade.

QUADRO 2 – FAVORÁVEIS À REDUÇÃO (QUESTÕES DISCURSIVAS Nº 19 E 21)

Código	Idade	Questão 19: Justificativas da opinião sobre a redução	Questão 21: Percepção de possíveis resultados
A2	16	Tem que pagar pelo seus atos.	Nenhuma.
A3	18	A maioria penal com 16 anos já funciona em outros países.	Os jovens tendo que se responsabilizar pelos seus atos, iram repensar antes de fazer o errado.
A4	17	Eu acho que com 16 anos a pessoa já não é mais inocente, já sabe que pra toda ação a uma reação ele quis tentar uma vida fácil, ele sabia que existiam consequências, agora tem que pagar.	Não sei.
A5	16	Todos devem pagar pelo crime que cometeu.	Sim, os adolescentes diminuirão seus crimes por medo.
A7	17	Se o adolescente comete o crime, deve estar ciente de que é errado e deve haver punição.	Haverá muitas mudanças, assim faz com que esses adolescentes pensem bem antes de cometer qualquer coisa.
A8	17	Olha a questão de ser diminuída, faz com que realmente menores pagam pelo crime que cometeram.	Muitos pelo fato de estarem sujeitos a pagar pelo que realmente cometeram.
A10	17	Porque se faz errado tem que pagar.	Vão pensar antes de fazer as coisas.
A11	16	Muitos adolescentes são usados como ferramenta para criminosos maiores de idade devido à impunidade e rápida liberação após cometerem crimes. A garantia de punição pode reduzir esses abusos.	Espero os jovens, entre eles meus amigos, parem de se envolver em atividades criminosas.
A12	15	Pagar pelo que fez.	Em muita coisa, ficara mais limpo.

Código	Idade	Questão 19: Justificativas da opinião sobre a redução	Questão 21: Percepção de possíveis resultados
A13	17	Acredito que se algum menor for capaz de cometer um crime ele tem capacidade para responder por ele.	Acho que a diminuição da maioria penal acarretaria em uma diminuição na criminalidade, acho que os jovens pensariam antes de cometer algum crime.
A14	17	Maior responsabilidade sobre os atos, e com 16 anos já sabe o que faz.	Em muita coisa, ficara mais limpo.
A15	16	Se tem capacidade pra matar pode ser preso também.	Os menores infratores seriam presos e ajudaria na construção de uma justiça mais severa.
A16	16	Pois acredito que com 16 anos já se possa ter responsabilidade e arcar com as consequências de ações errôneas.	Não tenho certeza, mas acho que poderiam ocorrer mudanças como a diminuição de adolescentes envolvidos no crime, e consequências mais justas para os crimes exercidos pelos mesmos.
A18	16	Como não é possível marcar duas alternativas, acho a respeito, que depende muito da situação ocorrida, adolescentes de 16 anos, já são muito cientes do que estão fazendo, porém, cabe a ele já saber o que é o certo e o errado, então cabe a ele que atitude tomar. O adolescente já está ciente das consequências, então sou a favor pelo fato de que, querendo ou não, temos a consciência e a chance de escolher e fazer o que bem entendemos, do que bem queremos! E é claro, não podemos esquecer do quanto prejudica a sociedade do mal feito, porque querendo ou não, se você faz algo errado uma vez e não é corrigido por isto, pode ter certeza que mais de uma vez haverá o mesmo fato ocorrido, ou até pior.	Sim. Acredito que a sociedade em si, se sentirá mais segura, e iluminará menos tragédias como há hoje em dia!
A19	14	Minha opinião é que se um indivíduo independente da idade, tem a "capacidade" de cometer um crime também tem a "capacidade" de ser preso e pagar pelos seus atos.	Talvez no começo haja um pouco de "revoltas" por parte de quem é contra, mas eu acho que desta forma os indivíduos menores de idade vão parar de cometer crimes achando que nada vai acontecer.
A20	16	Jovens sentiram o peso da responsabilidade mais rápido.	Sim, talvez mais jovens presos. Porém mais responsáveis.

Código	Idade	Questão 19: Justificativas da opinião sobre a redução	Questão 21: Percepção de possíveis resultados
A21	16	É importante.	Muitas mudanças.
A23	17	Vai ser bom.	Vai ser ótimo para todos.
A24	17	Se a pessoa foi capaz de cometer um crime ela é capaz de responder por ele.	Poderá diminuir a criminalidade do país.
A25	18	Tem que ser assim.	Tudo vai melhorar com isso.
A29	16	Pois se tem consciência do que faz tem consciência que pode ser preso.	Sim, pois aí os morenos não vão querer mais apronta pois sabe que agora pode ser preso.
A31	16	Uma sociedade melhor.	Uma sociedade melhor.
A32	16	Pois hoje em dia, os jovens com 16 anos já possuem consciência de seus atos. Se eles tem a capacidade de roubar, também sabem que precisam responder pelos seus atos.	Sim, pois agora os jovens vão pensar mais antes de fazer algo de errado.
A33	17	Porque os adolescentes tem que ter maturidade.	Sim, pois não vamos ter muitos jovens nas esquinas vendendo drogas ou fazendo coisa desnecessário.
A34	17	Tem muito menor infringindo a lei e não sendo punido por isso.	Positivo. Pois haverá justiça para aqueles que sofreram com esses menores.
A35	15	A capacidade do indivíduo de distinguir o certo de errado é formada aos 11 anos se eu não me engano, sendo assim, adolescentes de 16 anos sabem os crimes que cometem.	Obviamente, provavelmente maior lotação nos presídios, talvez diminua a quantidade de menores envolvidos com crimes como assaltos e tráfico.
A38	17	Bandido bom e bandido morto.	Não importa a idade, se sabe roubar e matar, sabe que vai ter consequencia.

Código	Idade	Questão 19: Justificativas da opinião sobre a redução	Questão 21: Percepção de possíveis resultados
A41	16	<p>Dês de que somos pequenos somos criados com os famosos "não faça isso", "não quebre isso", etc. Mas infelizmente tem gente que não, que não acha seu caminho ou o caminho certo. Até mesmo gente que tem isso, mas está cansado desse pequeno inferno em que o Brasil se encontra, pois roubar está saindo mais fácil e mais gratificante do que ter um trabalho honesto, com um salário baixo e seu psicológico abalado. Acho que poderíamos começar mudando nossa expectativa de vida por aí. Acho que sim, eles devem ser presos com menos de 16 anos e blablabla, mas ter uma área específica, pois com 16 anos é quando a cabeça está atormentada, está pensante e ao mesmo tempo não, é quando ideias de um futuro bom estão em volta mas não são ouvidas. Ninguém escuta o jovem, ninguém sabe o que ele passa, o que seu coração sente. "Mas eu já fui jovem, sei como é", tá, idai? Você é ele? Você tem a mente dele? O corpo dele? A alma dele? Não chamaria de prisão ao que sou a favor. Chamaria de recomeço adolescente. Onde ouviriam ele. Onde tentariam entendê-lo, e assim, quem sabe mudariam sua mente, seu futuro é seu presente.</p>	<p>Sim, avarão bastante, mas não do tipo "crimes diminuíram 50% depois dá blablabala", mas sim: "Revolta do povo, redução dá blablabala". Ninguém olhará para o lado bom da coisa. Eles julgaram sem antes saber do porque, como e o que seria essa prisão. Mas "verás que um filho teu não foge a luta", e nessa Luta de tornar o Brasil um país melhor eu não sairei, e todos um dia verão como realmente é, com esta luta. Pátria amada, Brasil!</p>
A43	15	Pelo fato dos jovens estarem com muita liberdade e acham que podem fazer o que quiser	Haverá menos crimes para sociedade e Ordem quanto menos crime melhor
A49	14	Acho que todo tipo de violência é um crime a maioria dos presos já praticaram algum ato Fora da Lei quando eram jovens os jovens que praticam violências não são totalmente punidos e acabam voltando para o mundo do crime.	Não tenho pena certa mas acho que vai diminuir os números de violência também podemos ver um futuro para eles.
A52	14	Depende do crimes por que varios adolescentes cometem crimes fortes e não são punidos.	sim, pois vai influenciar varios adolescentes que pensam em cometer crimes por que eles podem ser punidos.
A53	14	Fez algo fora da lei tem que ser preso, pois pode fazer novamente.	Sim, porque a pessoa foi presa é pq fez algo de errado então isso impedira a pessoa de fazer crimes.

Código	Idade	Questão 19: Justificativas da opinião sobre a redução	Questão 21: Percepção de possíveis resultados
A56	14	Pois tem muitos adolescentes com menos de 16 anos fazendo crimes.	Sim, pois haveria menos crimes pois os adolescentes terão medo de ser preso.
A59	14	Não quero opinar.	Sim, pois acho que irá mudar e diminuir essas coisas.
A64	14	Na maioria das vezes os jovens são menores de idade e por isso fazem isso.	Sim, eles não seriam bobos de assaltar do que poderiam ser presos.
A67	14	Porque se você erra você tem que pagar as consequências deve ter Justiça.	Sim melhores condições para as pessoas justas não acabaram 100% alguma coisa Lima na idade mas com certeza vai reduzir muito.
A69	14	Pois a pessoa tem que entender com um erro se recuar e tem que pagar o preço.	sim é provável que tenha um aumento de presos com 16.
A70	14	Não tem opinião formada.	Acho que a baixaria o crime.
A72	14	Porque o crime não tem não tem violão da Di crime é crime a partir de 12 anos já sabe o que é certo e errado.	Por exemplo o Zé do Zé droguinha não se aperta e para de ser Folgado.
A73	14	Reduzindo o crime e deixaria as ruas seguras.	Sim a sua se queriam mais seguras horários menos.
A79	14	Por que é muito jovens assaltando e roubando pessoas muito jovem.	Sim muitos jovens serão presos por furtos e assaltos .
A80	14	Na minha opinião é melhor mais não é por que a pessoa tem que ser presa direito.	Sim. Por que vai ser bem melhor para a sociedade.
A82	15	Pq tem que ser assim.	Todos iam amar pagar pelos seus atos.
A83	14	Por que muitos adolescentes cometem crimes mas ainda estão por aí e eu acho isso ridículo tem ser preso sim.	Não.
A84	14	Por que terá menos presos mais experientes.	Não.
A89	17	Pessoas tem que ser presas.	Ia mudar muito pessoas iam se por no seu lugar.

FONTE: A autora (2018).

Por outro lado, o quadro elaborado a partir dos discursos dos contrários à redução há uma evocação corrente da perspectiva estrutural do problema das prisões superlotadas e da falta de elementos de bem-estar social destinados aos jovens pobres e negros e problemas no sistema judiciário. Conforme apontado no questionário A30 da adolescente de 17 anos:

Acredito que não seria a melhor maneira para resolver a criminalidade cometida por menores, esses crimes são consequências de um problema, no caso a falta de estrutura, educação e oportunidades, que muitos jovens não tem acesso. E outro ponto seria: a partir do momento em o jovem esteja preso, o mesmo aprenderá mais como efetuar certos crimes, e também sairá de lá deslocado socialmente, dificultando sua vida fora da prisão, o que aumenta suas chances de voltar para a vida do crime.

QUADRO 3 –CONTRÁRIOS À REDUÇÃO (QUESTÕES DISCURSIVAS Nº 19 E 21)

Código	Idade	Questão 19: Justificativas da opinião sobre a redução	Questão 21: Percepção de possíveis resultados
A30	17	Acredito que não seria a melhor maneira para resolver a criminalidade cometida por menores, esses crimes são consequências de um problema, no caso a falta de estrutura, educação e oportunidades, que muitos jovens não tem acesso. E outro ponto seria: a partir do momento em o jovem esteja preso, o mesmo aprenderá mais como efetuar certos crimes, e também sairá de lá deslocado socialmente, dificultando sua vida fora da prisão, o que aumenta suas chances de voltar para a vida do crime.	As prisões ficaram mais lotadas, as escolas mais vazias, criminalidade aumentara, e crianças mais jovens ainda desempenharam os crimes que as de 16 efetuavam
A36	17	Na minha opinião jogar mais pessoas na cadeia não é nenhum progresso e sim um regresso.	Sim, a mudança será pra pior, o que precisamos são mais escolas, e não cadeias. O primeiro passo pra diminuir a criminalidade é parar de limitar uma boa educação apenas pra quem tem dinheiro. Antes de jogarmos crianças na cadeia, vamos tentar dar um caderno a elas e não um fuzil.
A37	15	nao é certo prender adolescentes junto com adutos, seria como uma "escola" para o crime. O certo seria a ressocialização.	Com certeza nao será bom. Os adolescentes sairiam pior do que entraram. Isso nao faria os crimes pararem. Do contrário, poderia até aumentar.

Código	Idade	Questão 19: Justificativas da opinião sobre a redução	Questão 21: Percepção de possíveis resultados
A39	17	Pois o judiciário do Brasil não da conta nem dos que estão na maioridade penal, aumentar o número de pessoas não faz o menor sentido, tanto que a grande maioria da população carcerária é negra e pobre, e não o infrator da lei no geral, devemos ver a causa do problema e tratá-lo, para depois impor regras e consequências, no entanto existem diversos fatores a serem discutidos, com ênfase na desigualdade social.	Os únicos que vão sofrer com o mesmo serão os com pouca condição social, ou pelo menos pela cor/raça, como da maioria das vezes, sem ao menos ter cometido tal crime.
A68 Nós	14	Que precisamos estar não ser presos.	Sim terá melhores e mais piores ou seja em lugares de colégios teríamos prisões em seus lugares.
A76 NAÕ ENTYE NDI	14	Preciso saber mais.	Se um assalto vai sumir o e***** vai sumir eu tráfico vai
A81	15	Por que depende da situação .	Sim, muitos adolecentes de colegio publico seram presos pr causa das duas brincadeiras.

FONTE: A autora (2018).

O quadro dos que optaram pela alternativa “depende do crime” sustentam sua posição através do tipo de gravidade do crime, através de expressões como “perigo”, “gravidade” e “coisas terríveis”, 20 expressões contemplaram essas ideias, conforme consta no Quadro 5:

QUADRO 4 –DEPENDE DO CRIME (QUESTÕES DISCURSIVAS Nº 19 E 21)

Código	Idade	Questão 19: Justificativas da opinião sobre a redução	Questão 21: Percepção de possíveis resultados
A40	17	Pq dependendo do crime	Ah várias
A42	14	Eu acho que tem crimes mais perigosos	Sim, vai melhorar
A44	14	Eu acho que depende do crime porque a crimes que não são tão grávida e não teria necessidade de prisão	Sim haverá uma diminuição dos crimes com tanto que a justiça brasileira funcione de maneira correta
A45	14	Porque tem alguns crimes que são exagerados eu outros que sim	Sim acho que vai ter menos pessoas contendo crime uma grande parte são adolescentes e a outra são adultos

Código	Idade	Questão 19: Justificativas da opinião sobre a redução	Questão 21: Percepção de possíveis resultados
A47	14	Às vezes tem crimes que não precisa e tem uns que não tem nada a ver	Não porque pede ter eu tenho menores do que 16 fazendo coisas grandes e pode piorar a situação
A50	14	tem crimes baixos e altos e tem que depender do grau dos atos das pessoas	menos delírios de crimes na sociedade. Sim melhora a condições da vida
A51	14	pois se for furto de um objeto pequeno	diminuir os crimes cometidos pelos menores
A55	14	Eu acho que depende do crime há crimes que tem que ter uma punição	diminuir os crimes cometidos pelos menores
A57	14	Por que a pessoa oide ter feito coisas terríveis ou não etc.	Sim, porque deve haver muitos adolescentes podem fazer coisas terríveis ou não então vai sim melhorar
A58	14	Eu acho que um adolescente de 16 anos não aguentaria ser preso e saber lidar as consequências acabaria com a vida dele ao invés de ajudar alguém a melhorar	Acho que não mudaria, a maioria das pessoas que cometem esses crimes são maiores de 18 anos.
A60	14	Depende do crime a pessoa pode ser assassina	Mais o menos
A61	14	Se matar sim	Mais pessoas preças
A62	14	Tipo se um adolescente de 17 anos matar a família ele vai ser soute no mesmo dia	Mais presos, mais rebeliões mais mortes e mais desemprego poe eubar o proprio emprego
A63	14	se for crime grave tem que ser preso na hora asalto furto acho que não	mudaria as atitudes dos jovens e adolescentes eles aprendem a mudar com seus atos
A66	14	Se cometer um crime muito sério que dá ir para a prisão	Eu acho que eu não afetaré em nada não população
A71	14	Depende porque tem coisa grave é coisa leve	Eu acho que eu não afetaré em nada não população
A75	15	Se não for um crime tão ruim não precisa ser preso	Não vai ser a mesma coisa b***** não tem medo da lei
A77	14	depende do caso polícia	Sim menos roubo com crianças
A78	15	Sou a favor de ser preso crimes mais sérios como homicídio	Acho que é virar menos violência em que os adolescentes irão pensar em melhorar antes de cometer um crime

Código	Idade	Questão 19: Justificativas da opinião sobre a redução	Questão 21: Percepção de possíveis resultados
A85	14	tem crimes intensos tipo assassinato	Sim
A86	14	como se for grave como assassinato	vai melhorar bastante mais não 100%
A88	18	Todos devem pagar pelo seus atos.	Não vai mudar tanta coisa mais vais ser melhor.
A90	14	Tem crimes mais pesados e outros não.	Eu acho que não vai melhorar em nada mais não custa tentar.

FONTE: A autora (2018).

A seguir pontuamos algumas apreensões levantadas a partir da análise da questão 19 dos questionários:

- Uma regularidade notável em todas as tabelas foi a perspectiva de que apenas os questionários A41 e A68 há o preenchimento do discurso em 1ª pessoa do plural. A predominância da pessoa do discurso é em 3ª pessoa do singular ou do plural;
- **Visão de que há impunidade generalizada:** independentemente da opinião há inclinações que apontam para a impunidade dos adolescentes que cometem crimes e atos infracionais. Um exemplo disso é no questionário A62: *“Tipo se um adolescente de 17 anos matar a família ele vai ser solto no mesmo dia”* ou no A34: *“Tem muito menor infringindo a lei e não sendo punido por isso”*. Apesar de captarmos esse marcador da “impunidade” não lançamos indagação específica no questionário sobre o ECA. Este é instrumento que indica elementos de proteção e direitos de crianças e adolescentes, entretanto, também regulamenta a aplicação de medidas para as pessoas que cometeram ato infracional que leva em conta a gravidade e as circunstâncias da infração, há um conjunto de medidas, como a privação da liberdade via internação que não pode ultrapassar três anos disposta no Art. nº 121, entretanto após este prazo pode haver a aplicação dos regimes de semiliberdade ou da liberdade assistida.
- Outro marcador notável foi de que os favoráveis evocam constantemente uma perspectiva individual, da importância da consciência e do discernimento dos próprios atos. Por outro lado, os questionários dos adolescentes que marcaram serem contrários à redução da maioria se utilizam de um discurso voltado à estrutura social.
- Termos utilizados para fazer referência hipotética a pessoa adolescente que comete crimes: marcaram favorável: Os jovens (12), a pessoa (7), os/esses adolescentes (14),

menor os (6), indivíduo (2), indivíduos menores (1) e Zé droguinha (1); marcaram contrários: menor (1), crianças (2), jovens, pessoa (2), adolescente (3); marcaram depende do crime: pessoas (6), menor (3), adolescente 5, jovens (1) e crianças (1).

Os marcadores “jovens” e “adolescentes” estão mais presentes do que o termo “menor”. Ao longo da trajetória histórica este termo foi conectado a crianças e adolescentes de forma pejorativa³⁰ (inicialmente os meninos de rua, posteriormente atrelado a conjuntura de desvios, crimes e delitos), este termo foi abolido de documentos oficiais de cunho jurídico, o ECA discorre sobre sujeitos de direitos e não mais de menores. Através dos discursos apreendidos nestes questionários foi possível captar o declínio desta tendência classificatória do crime e do menor no discurso.

- **Análise da Questão discursiva nº 21:**

“Se aprovarem a redução da maioridade penal para 16 anos de idade qual tipo de resultado você acha que haverá na sociedade, você acha que haverá alguma mudança? Quais?”

Nesta questão também trabalhamos com sete categorias para organizar o levantamento das percepções:

1- Permanência (nada mudará): os que marcaram serem favoráveis à redução 3 indicaram o elemento da permanência. Quanto aos que indicaram que depende do crime houve 5 marcações;

2- Diminuir crimes: para 12 respondentes favoráveis os crimes vão diminuir. Já para os que marcaram depende do crime 8 expressaram essa concepção

3 - Melhorar a sociedade: 5 respondentes do quadro dos favoráveis indicaram este posicionamento alegando elementos como: maior justiça e segurança.

4- Pior para a sociedade: os contrários marcaram em 4 sentenças indicando elementos de criminalização da pobreza e investimento em prisões em vez de outras instituições. O A47 da tabela depende do crime também demarcou esta posição

5 - Expressões genéricas: esses apontamentos apareceram em 9 sentenças dos favoráveis indicando “ *muitas mudanças* ” ou que tudo ficaria “ *mais limpo* ”. Quanto aos que marcaram que depende do crime: 6 indicaram esta expressão;

³⁰ Abordaremos este recorte histórico do termo “menor” no Capítulo nº 4, subseção 4.3.1.

6 - Aumentará o número de prisões: os favoráveis marcaram 5 vezes, os contrários 2 e os depende do crime 2;

7- Diminuirá a impunidade: os favoráveis demonstraram esta posição em 11 sentenças e o depende do crime em uma.

Preponderantemente houve o apontamento de uma perspectiva de que os jovens vão “*pensar melhor/ terão medo/ou parar/vai mais aprontar de cometer crimes*”. Assim, a punição via Código Penal despertaria medo e contenção de possíveis crimes. É notável que há indicação de previsibilidade, ela não está presente apenas em discursos mas também em práticas concretas institucionais no cenário nacional, Vianna (1999) ao analisar documentos policiais no Rio de Janeiro no período de 1910 a 1920 capta um dos elementos centrais de identificação dos *menores* era a previsibilidade dando estímulo ao nome do livro “*O mal que se adivinha*”, assim, mesmo sem ações criminosas concretas havia um receio no que estes meninos de rua poderiam acabar se transformando, desta forma, um perigo iminente que precisava ser vigiado, controlado e punido. Esse medo de um perigo próximo aparece no questionário de forma mais genérica na medida em que há a necessidade de controlar via aparato jurídico penal as possibilidades de que o “adolescente” cometa crimes.

Outra abordagem de melhoramento que nos chamou atenção foi apontada em dois questionários (A12 e A14) há a colocação de que a sociedade melhorará e “*ficará mais limpa*”.

Estes elementos de “limpeza” e tentativa de ordem podem ser lidos à luz do que Mary Douglas (1991) discorre sobre ordenamentos em sociedades “primitivas³¹” fundamentados na pureza e no perigo em práticas rituais e cotidianas, entretanto neste trabalho conectamos esta perspectiva a elementos morais, na medida em que a impureza é substancialmente desordem e quando tentamos eliminá-la é em nome da tentativa de reorganização do meio em que vivemos. “Descobre-se assim que certos valores morais são protegidos e certas regras sociais definidas por crenças em contágios perigosos.” (DOUGLAS, 1991, p.7). Desta forma, há uma indicação de um contágio moral, e este é subproduto de um conjunto de classificações nos planos simbólicos e práticos que colocam pessoas e/ou grupos de pessoas em determinada catalogação, assim atrelados a um conjunto de atributos negativos (perigo).

Também há apontamentos de um caráter de melhoramento social na medida em que diminuiria a criminalidade, aumentaria a sensação de segurança e de que as coisas ficariam

³¹ Porém, a autora afirma que não quer colocar as sociedades primitivas em uma perspectiva estática, avessa à mudança. O mesmo impulso que desenha a ordem é aquele que opera na constituição de mudanças. “A reflexão sobre a impureza implica uma relação sobre a relação entre a ordem e a desordem, o ser e o não-ser, a forma e a ausência dela, a vida e a morte.” (DOUGLAS, 1991, p.9)

mais organizadas conforme consta no questionário A43: *“Haverá menos crimes para sociedade e Ordem quanto menos crime melhor”*.

Assim como na questão de número 19, a 21 também apresentou opiniões genéricas de melhoramento, como: *“muitas mudanças”*; *“Vai ser ótimo para todos”*; *“tudo vai melhorar com isso”*; *“Uma sociedade melhor”*.

Já quanto aos que são contrários à redução há novamente perspectivas estruturais e de que tal medida seria maléfica à sociedade, haveria um reforço da criminalização de jovens pobres e negros, investimento em prisões no lugar de outras instituições, como a escola, os adolescentes teriam contatos com adultos nas relações na prisão, ou ainda, a indicação de que a visibilidade seria dada aos adolescentes com menos de 16 anos que cometem crimes.

Os que optaram pela alternativa “depende do crime” indicaram semelhanças ao quadro dos favoráveis via perspectiva de que diminuirá a criminalidade, também há frases genéricas que indicam um possível melhoramento da sociedade, como: *“vai melhorar bastante”*. Também há elementos de descrença em alterações, ou seja, que nada mudará, conforme colocado no questionário A75: *“Não, vai ser a mesma coisa bandido não tem medo da lei”*.

Em suma, há uma demanda pela redução da maioria penal nos discursos destes adolescentes. Eles indicaram a existência de uma impunidade e da necessidade de pagar o preço pelos atos, essas colocações estão em consonância com o senso comum, que também é externalizado via pesquisas de opinião encomendadas por meios de comunicação ou dos projetos existentes na esfera Federal. Essa demanda pela ordem e estes posicionamentos que conectam pontos de vista legitimados pela estrutura social, é uma *doxa* (BOURDIEU, 2010): pontos de vista em conexão com os anseios dos “dominantes” sendo naturalizada no senso comum.

Não tivemos o intuito de negar as subjetividades, ou de supervalorizá-las na leitura dos questionários e sim pensarmos que esta temática está no interior de um campo múltiplo que possui um *habitus* (BOURDIEU, 2010), ou seja, toda uma estrutura que é incorporada que é adquirida ao longo da socialização, arraigado fruto de um processo classificatório, este processo nunca é neutro, há relações de poder em sua composição, há disputas e a forma como o imaginário social é organizado e estrutura as visões, as práticas e os discursos. Essas operações também estão no domínio do simbólico construindo um tipo de imaginário social.

O que chamo aqui de *imaginário social* vai além de um conjunto de ideias de forma monolítica, ele é complexo e ramificado, representado por uma gama de concepções e ações acerca de si e da relação com os outros, assim, há uma série de normatizações construídas e construtoras desses imaginários que lhe conferem relações comuns. O imaginário social

possui o pano de fundo das ideias compartilhadas, e ele tem o estatuto de dar legitimidade a ações. (TAYLOR, 2010). Ou seja, este capítulo atuou na abordagem de como estes adolescentes imaginam a temática de redução da maioridade e os discursos semelhantes indicam um tipo de compartilhamento de percepções.

2.3. Apresentação e análise das entrevistas

As entrevistas³² foram realizadas entre os dias 05 e 10 de fevereiro de 2018 com 12 adolescentes de idades entre 14 e 18 anos³³ em dois bairros localizados na região norte da cidade de Curitiba³⁴ e em duas cidades da RM, sendo elas Pinhais e Araucária. As questões foram do tipo estruturada, entretanto abertas (cinco questões).

No quadro nº 6 organizamos cada respondente em códigos do E1 ao E12 a título de organização e anonimato, também contém os dados gerais, como: sexo, idade, escolaridade, local de residência e as cinco questões abordadas estão enumeradas (o roteiro da entrevista está no apêndice b).

Dos entrevistados apenas um (E11) demonstrou ser contrário à redução da maioridade indicando a seguinte justificativa: *“Porque menor na cadeia vai só piorar. A cadeia é tipo uma escola do crime”*.

Essa diversificação das ferramentas no campo foi bem frutífera, já na primeira questão que indagou a opinião sobre a redução da maioridade penal para 16 anos, 9 dos 12 entrevistados conectaram a justificativa de suas posições antes mesmo de serem indagados (a questão nº2). Outro elemento notável foi que quatro (E1, E2, E4 e E5) dos respondentes que se demonstraram favoráveis utilizaram a conjunção “mas” logo em seguida, falando que são favoráveis, entretanto, pensando estruturalmente no cenário brasileiro tal medida seria

³² As entrevistas representaram uma segunda etapa deste trabalho. Adicionamos este instrumento de coleta para adensar os conteúdos captados. A banca de qualificação sugeriu grupos focais, entretanto, tive dificuldades em conseguir marcar esses grupos nas instituições que entrei em contato. Desta forma, a entrevista individual foi uma estratégia para captar as percepções além do questionário realizado via internet.

³³ Não fiz um recorte específico, realizei o convite aos adolescentes entre as idades de 14 a 18 anos. Encaminhei via redes sociais e em grupos de aplicativos de comunicação, contando com ajuda de amigos professores e dos próprios adolescentes que demonstraram interesse na pesquisa indicaram amigos. Desta forma, os adolescentes que demonstraram interesse em responder foram marcados data, horário e local para realização das entrevistas de forma individual. Elas foram documentadas em áudio para melhor desenvolvimento na transcrição.

³⁴ A banca de qualificação da dissertação sugeriu uma maior heterogeneidade dos respondentes para pensarmos também na chave de leitura da resistência. Entretanto, na trajetória do campo e através dos contatos realizados não obtive respostas, entramos em contato com representantes da juventude (segmentação secundaristas) de alguns movimentos sociais e de partidos políticos de esquerda, mas infelizmente não houve retorno para execução das entrevistas com esses atores sociais engajados com este tipo de viés político. Pela riqueza e densidade das informações no interior da temática da redução pensamos que o recorte desses atores pode ser um campo denso e frutífero para uma pesquisa futura.

complicada seja pelo sistema carcerário ou da utilização de adolescentes por adultos para cometerem crimes:

Acho uma boa reduzir ... mas... a estrutura do Brasil é muito ruim, a gente vê os menores de idade cometendo algum crime. Se todos fossem para a cadeia não ia suportar, mas por um lado seria bom pela responsabilidade e da consciência do que está fazendo.” (E1)

Acho bem importante, sou a favor ...mas... acredito que o Brasil é muito precário em questão de prisão, as pessoas ficam amontoadas, quanto mais gente pior. Mas vai ser bom porque o crime vai diminuir bastante, mas o problema é a questão da cadeia. (E4)

A entrevista possibilitou uma abertura no diálogo em que os adolescentes favoráveis demonstraram uma leitura mais estrutural do problema, assim, elementos que no questionário aplicado via internet não foram captados em demasia, as indicações favoráveis eram mais ligadas a individualidade de quem comete crimes e precisa ser punido e pagar o preço pelos seus atos. Não que este marcador não tenha existido nas entrevistas, entretanto a demanda pela “punição”, por “pagar o preço” e por ter “mais consciência” coexistiu com uma leitura do sistema prisional brasileiro.

A questão nº 2 “Por quais motivos você tem essa opinião? ” Contou com as justificativas semelhantes a do questionário, por exemplo: a externalização da representação do problema individual como de que o adolescente já possui consciência ou já sabe o que é certo e errado (E1, E7, E8, E9, E10 e E12). “ *Porque com 16 anos a pessoa já sabe o que é certo e o que é errado, hoje em dia muitos menores de idade estão cometendo crimes e saindo impunes só por causa da idade. Não dá né*”. (E7)

Ou ainda para sanar os problemas da impunidade (E2, E7 e E9): “*Porque quem é de menor acha que não vai dar nada*”. (E2). Além do mais, a demanda pela punição através do medo (E1) ou ainda pedagógica no sentido de “*aprender a lição*” (E3) e de “*pensar melhor*” antes de fazer (E4, E5, E10 e E11), também, pragmaticamente pela redução do índice de crimes (E4).

A questão nº 3 “Se aprovarem a redução da maioridade penal para 16 anos de idade qual tipo de resultado você acha que haverá na sociedade, você acha que haverá alguma mudança? Quais? ” Na entrevista E2 houve uma correlação entre Direito Penal com os atos da vida civil dos adolescentes: “*Acho que iria dar para tirar a carteira né? Acho que as outras partes da vida poderiam melhorar*”.

Mas a predominância das opiniões foi da diminuição dos crimes (E4, E5, E9 e E12) e da impunidade (E1, E3, E6 e E10), conforme a indicação: “*Acredito que os jovens de 16 e 17 anos cometeriam menos crimes, por medo de serem punidos.* ” (E9)

Também há a indicação do aumento do número de prisões (E4), ou ainda de que não aconteceria nada pela deficiência do cumprimento das leis no Brasil (E8), houve até mesmo a indicação de “revoltas” no questionário E1 no sentido que os pais de adolescentes que cometem crimes por não quererem seus filhos enquadrados via Código Penal.

Apenas o respondente E11 contrário à redução apontou que seria ruim para a sociedade: *“Sim, para pior porque prender quem não tem mentalidade vai piorar a situação.”*

No questionário respondido por 90 pessoas houve uma predominância na concepção de que há muita impunidade no cenário dos crimes cometidos por adolescentes, entretanto, não lançamos nenhuma pergunta acerca do conhecimento sobre o ECA. Desta forma, na entrevista procuramos adentrar no recorte da impunidade e lançar uma questão se os respondentes conhecem o ECA e o que pensam sobre ele, entretanto, apenas três (E5, E9 e E12) respondentes indicaram conhecer o ECA e dois emitiram uma opinião favorável:

Conheço o ECA e acho importante ter um estatuto que proteja os jovens, mas principalmente as crianças que não podem se defender sozinhas, principalmente de se defender de pais que abusam e de situações de perigo. (E9)

Um demonstrou uma opinião contrária ao ECA: *“ Sim e acho muito insuficiente, porque o tempo de ficar preso é muito curto para qualquer crime, isso causa indignação da gente, da população toda.” (E5)*

Os demais indicaram não lembrar do estatuto, ou que não conhecem o suficiente para emitir uma opinião sobre.

Já na última questão: “Você já foi abordado pela polícia? Ou conhece algum adolescente que já foi?” Apenas um foi abordado diretamente: *“Sim, já fui abordado, estava voltando de uma reunião a noite e foi em um ônibus.” (E5)* Sete dos respondentes indicaram que nunca foram abordados pela polícia, mas conhecem adolescentes que já foram, o entrevistado E3 de 14 anos já presenciou e falou com uma expressão de que é algo normal e não vê problema nisso, mas ele nunca levou o “enquadre”: *“Eu nunca fui. Mas conheço, eu sempre jogo bola na praça e os caras sempre levam enquadre só para ver se tá tudo certo. Só que em mim nunca encostaram.”(E3)*

QUADRO 5: ENTREVISTAS OPINIÃO SOBRE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Código	Dados Gerais	Questões (Apêndice B)
E1	Feminino 17 anos Bairro Alto Estuda em Colégio da rede Pública 3º ano	<p>1 - “Acho uma boa reduzir ... mas a estrutura do Brasil é muito ruim, a gente vê os menores de idade cometendo algum crime. Se todos fossem para a cadeia não ia suportar, mas por um lado seria bom pela responsabilidade e da consciência do que está fazendo.”</p> <p>2 - “Acho que eles, ou melhor, nós adolescentes, ficaríamos assustados. Eles teriam mais consciência, pensariam melhor no que estão fazendo.”</p> <p>3- “Difícil essa (...) acho que teria mudanças, mas teria muita revolta dos adolescentes e dos pais, acho que por estarem acostumados a passar a mão da cabeça.”</p> <p>4 - “ Já ouvi sim, estudei isso em 2016 no colégio, mas esqueci, não sei opinar.”</p> <p>5 - “Nunca fui e não conheço ninguém.”</p>
E2	Feminino 16 anos Bairro Alto Estuda em Colégio da rede Pública 3º ano	<p>1- “Eu sou a favor, mas, já discuti isso na escola em um debate e acho que os adultos usam muitos adolescentes para ajudarem crimes, então, os adultos iam pegar cada vez mais pessoas mais novas para cometerem crimes.”</p> <p>2 - “Porque quem é de menor acha que não vai dar nada.”</p> <p>3- “Acho que iria dar para tirar a carteira né? Acho que as outras partes da vida poderiam melhorar.”</p> <p>4- “Já ouvi falar na escola, mas não sei falar sobre, não sei o que achar.”</p> <p>5 - “Conheço alguém que já foi. Foi um primo meu que botou fogo na escola. [risos] Mas ele fez aquele negócio de ajudar os outros. Acho que é serviço comunitário o nome, aí ficou tudo bem depois.”</p>
E3	Masculino 14 anos Estuda na rede Pública 9ª série Atuba	<p>1 - “Sou a favor.”</p> <p>2- “Porque tipo, os pais sofrem muito por causa dos filhos que fazem muita besteira. Quanto mais jovem mais rápido vai aprender a lição.”</p> <p>3 - “Acho que vai mudar, os jovens vão ver que vai fazer diferença se cometer qualquer coisinha vai poder ser preso. ele vai ter mais consciência.”</p> <p>4- “Sim, já ouvi falar, mas nunca li, não sei falar disso.”</p> <p>5 - “Eu nunca fui. Mas conheço, eu sempre jogo bola na praça e os caras sempre levam enquadre só para ver se tá tudo certo. Só que em mim nunca encostaram.”</p>
E4	Feminino 17 anos Está no ensino superior (Direito) em Universidade Privada Fazenda Velha (Araucária) Faz estágio	<p>1 - “Acho bem importante, sou a favor, mas... acredito que o Brasil é muito precário em questão de prisão, as pessoas ficam amontoadas, quanto mais gente pior. Mas vai ser bom porque o crime vai diminuir bastante, mas o problema é a questão da cadeia.”</p> <p>2 - “As pessoas vão pensar melhor antes de cometer um crime, então vai ter diminuição.”</p> <p>3 - “sim, haverá mudanças, disse que é a mesma coisa da questão anterior, diminuir os crimes e ao mesmo tempo deixar as cadeias mais cheias.”</p>

Código	Dados Gerais	Questões (Apêndice B)
		<p>4 - “Ah! [Interjeição de surpresa] É o Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu sei por cima, não conheço bem. Mas não tenho opinião formada sobre o estatuto porque não conheço a fundo para falar alguma coisa sobre ele.”</p> <p>5 - “Não.”[risos]</p>
E5	<p>Masculino 17 anos Bairro Alto Concluiu o 3º ano em escola Pública Trabalha</p>	<p>1 - “A favor, mas isso poderia acelerar o processo do jovem entrar no crimes e no tráfico. Porém, em outros países essa redução deu certo e de que antes do jovem cometer algum crime ele pensa na consequência.”</p> <p>2 - “A educação vem de casa, mas sem a redução o jovem não vai dar ouvidos e vai cometer crimes sabendo que não será preso, tendo essa sensação de liberdade. Com a redução vai pensar melhor antes de cometer crimes e vai pagar por aquilo que fez. Mas eu acho que tem que ter cadeia separada e o governo tem que reformular as cadeias no Brasil.”</p> <p>3 - “sim. vai diminuir o roubo e o assalto, mas pode ser que isso demore para acontecer.”</p> <p>4- “ Sim e acho muito insuficiente, porque o tempo de ficar preso é muito curto para qualquer crime, isso causa indignação da gente, da população toda.”</p> <p>5 - “Sim, já fui abordado, estava voltando de um reunião a noite e foi em um ônibus.”</p>
E6	<p>Feminino 15 anos 2º ano Estuda na rede Pública Fazenda - Araucária Estágio</p>	<p>1 - “Sou a favor né.”</p> <p>2 - “Cada um pensa de um jeito. Eu penso assim.”</p> <p>3 - “ Espero que tenha alguma mudança, tomara... Acho que as pessoas vão pensar melhor antes de cometer crime.”</p> <p>4 - “Nunca ouvi falar.”</p> <p>5 - “Não e não conheço ninguém.”</p>
E7	<p>Feminino 17 anos Finalizou o 3º ano em rede Pública Bairro Weissópolis Pinhais</p>	<p>1 - “Sou a favor.”</p> <p>2 - “Porque com 16 anos a pessoa já sabe o que é certo e o que é errado, hoje em dia muitos menores de idade estão cometendo crimes e saindo impunes só por causa da idade. Não dá né.”</p> <p>3 - “A gente espera que sim, mas acho que não. As leis no Brasil dificilmente são cumpridas.”</p> <p>4 - “acho que deveria ser mais falado, porque só sei que existe.”</p> <p>5 - “ Nunca fui abordada mas tenho conhecidos que já foram.”</p>
E8	<p>Masculino 18 anos Finalizou o 3º ano em rede Pública Bairro Weissópolis Pinhais</p>	<p>1 - “Sou a favor.”</p> <p>2 - “Porque um adolescente de 16 anos já tem noção do que é certo e errado.”</p> <p>3 - “ Sim, pois os jovens vão pensar melhor em suas ações e isso é bom.”</p> <p>4 - “ Isso aí eu não sei não.”</p> <p>5 - “Um amigo meu já foi e ele não gostou da polícia.”</p>

Código	Dados Gerais	Questões (Apêndice B)
E9	Feminino 17 anos Iniciará os estudos no ensino superior (Direito) em Universidade Pública Bairro Alto	<p>1 - “Sou a favor.”</p> <p>2 - “Porque com 16 anos as pessoas já sabem o que estão fazendo, então, nada mais justo do que serem punidos caso façam algo fora da lei e também muitos jovens aproveitam que nada de grave vai acontecer com eles.”</p> <p>3 - “Acredito que os jovens de 16 e 17 anos cometeriam menos crimes, por medo de serem punidos.”</p> <p>4 - “Conheço o ECA e acho importante ter um estatuto que proteja os jovens, mas principalmente as crianças que não podem se defender sozinhas, principalmente de se defender de pais que abusam e de situações de perigo.”</p> <p>5 - “Não fui e não conheço ninguém.”</p>
E10	Feminino 16 anos 2º ano em escola privada Atuba	<p>1 - “Sou a favor.”</p> <p>2 - “Porque acho que todos devem pagar pelos seus erros, tudo tem uma consequência e acho que devem ser presos sim, pois se já tem atitudes erradas, já pode muito bem pagar pelos seus erros.”</p> <p>3 - “Sim, pois às vezes os menores fazem as coisas erradas com o pensamento de que irão para a cadeia, por isso eles fazem.”</p> <p>4 - “Não conheço não.” [risos]</p> <p>5 - “Eu nunca fui, mas conheço gente que foi.”</p>
E11	Masculino 17 anos Finalizou o 3º ano Bairro Alto	<p>1 - “Eu sou contra né.”</p> <p>2 - “Porque menor na cadeia vai só piorar. A cadeia é tipo uma escola do crime.”</p> <p>3 - “Sim, para pior porque prender quem não tem mentalidade vai piorar a situação.”</p> <p>4 - “Nem lembro o que o ECA faz, sei que te haver com os direitos das crianças e adolescentes, mas não sei como fazem as coisas então não sei opinar sabe.”</p> <p>5 - “Nunca fui abordado, mas conheço gente que já foi.”</p>
E12	Masculino 17 anos Iniciará o ensino superior (Engenharia Elétrica) em Universidade Pública Centro Araucária	<p>1 - “Sou a favor.”</p> <p>2 - “Eu acredito que uma pessoa que já é considerada hábil ao voto em eleições também possa ser responsabilizada pelos seus atos.”</p> <p>3 - “Sim, penso que o número de crimes cometidos por jovens possa reduzir.”</p> <p>4 - “Sim. Acho totalmente necessário e importante. Para cuidar das crianças.”</p> <p>5 - “Nunca fui abordado, mas conheço pessoas que já foram.”</p>

FONTE: A autora (2018).

Captamos nestes instrumentos de coleta uma demanda pela punição no sentido de que há impunidade e de que as transgressões representam um perigo à sociedade:

O criminoso aparece então como um ser juridicamente paradoxal. Ele rompeu o pacto, é portanto inimigo da sociedade inteira, mas participa da punição que se exerce sobre ele. O menor crime ataca toda a sociedade; e toda a sociedade - inclusive o criminoso - está presente na menor punição. O

castigo penal é então uma função generalizadora, coextensiva ao corpo social e a cada um de seus elementos. Coloca-se então o problema da ‘medida’ e da economia do poder de punir. (FOUCAULT, 1997, p. 76)

A inclinação teórica de Mannheim (1952) orientou a partir do seu conceito de geração que não podemos realizar leituras deterministas fundamentadas na idade, não é uma determinação inata que jovens tenham pautas libertárias enquanto os mais velhos sejam conservadores por exemplo. A construção do “eu” e dos “outros” está fundamentada em uma realidade social, nos instrumentos históricos disponíveis no momento. (ABRAMS,1985). As gerações distintas podem realizar trocas e conexões. (WELLER,2010). Veremos como há similaridades nos discursos tanto dos adolescentes que participaram dessa pesquisa, quanto em PEC’S ou nos códigos legais anteriores na história do país, pois a pauta da redução está no binômio punição-proteção arraigada nas representações fruto das dinâmicas históricas, lutas de poder e da forma como lidamos com os temas da violência, crime e segurança pública que estão inscritas em uma história punitivista e que criminaliza um conjunto de pessoas em nome da ordem. Entretanto, o corpo social é muito mais complexo e as agendas conservadoras e punitivistas não existem sozinhas, o seu oposto está neste terreno de disputas.

A captação de dados com inclinações punitivistas não pode ser uma chave de leitura de homogeneidade. Há sociabilidades construídas por jovens que podem reconfigurar o ordenamento social (FEIXA,2008), atualmente a perspectiva geracional abarca o conceito de cultura juvenil. Esta chave de leitura é fértil, pois, há várias formas de socialização a partir do contexto em que estão inscritas, desta maneira há elementos que os jovens apreendem ao longo da condução de suas vidas com caráter formativo inscritos em um contexto, mas do outro lado temos as influências que os jovens exercem enquanto atores na estrutura social. (PAIS,2003). O conceito de cultura juvenil atua nesta perspectiva de pensar em associações e estilos próprios, entretanto olhando também para as heterogeneidades. (FEIXA,2008). Essas contribuições nos auxiliam para pensarmos nos adolescentes enquanto atores sociais, há um conjunto de estratégias e percepções de mundo inscritos em sua trajetória, mas também eles deixam sua marca no tecido social. Os pontos de convergência em uma perspectiva geracional podem atuar em pontos específicos, entretanto influentes na estrutura social como em agendas participativas na prática institucional. Por exemplo as ocupações realizadas por secundaristas em 2016 em todo o Brasil, inclusive em Curitiba e RM que atuou a partir da coletividade e de uma base de resistência organizada contra projetos de cunho institucional do governo Federal

propondo alterações problemáticas no ensino médio e com a limitação dos gastos do governo nos próximos 20 anos³⁵.

As entrevistas e os questionários realizados nesta pesquisa indicaram a grande maioria como favoráveis à redução da maioridade penal, entretanto, há a necessidade de ponderar homogeneizações. Por exemplo o trabalho monográfico realizado na área do serviço social por Hoffman (2008) que procurou captar a opinião de 12 adolescentes de 16 anos que cumpriam medida socioeducativa no Programa Liberdade Assistida no município de São José em Santa Catarina no ano de 2008 sobre a redução da maioridade penal, ela indicou que a maioria reverberou elementos de individualização, na medida em que a redução da maioridade penal seria um problema de caráter individual e não coletivo, entretanto, metade dos entrevistados indicaram serem contrários à redução da maioridade penal por não representar uma solução efetiva.

Ou ainda, na época da votação da PEC 171/1993 periódicos online declaradamente voltados a concepções mais libertárias e de esquerda deram espaço para especialistas e até mesmo para que adolescentes colocassem os seus posicionamentos contrários à redução, por exemplo: o jornal eletrônico *Pragmatismo Político*³⁶ que reuniu 18 depoimentos de adolescentes contrários à redução da maioridade penal. Eles expressaram discursos voltado à estrutura social, de criminalização da juventude pobre e negra, deficiências no acesso à justiça, dentre outros:

Ontem eu estava conversando com a minha mãe, que disse que é a favor da redução. A gente começou uma discussão porque eles querem investir em cadeias quando nem nas escolas eles investem. Tinha que começar pelo básico. Vamos investir nas escolas e quem sabe depois começar a pensar em outra coisa. Os jovens de periferia seriam os principais afetados porque, por serem da periferia, não terão um bom advogado. Se for um adolescente com dinheiro, ele pode cometer qualquer crime que vai passar batido. Eu acho que se tentasse fazer o jovem querer estudar, aprender – não prender ele dentro da escola, mas fazer ele querer ficar na escola – se incentivasse mais, já faria muita diferença, porque estudando você consegue emprego. E, com emprego, não precisa cometer crimes. (Taís M., 17, estudante na Vila Albertina, zona norte de São Paulo).

Conforme indicações de Foucault (2005, p. 337): “Onde há poder, há sempre resistência, sendo um coextensivo ao outro”. Essas disputas operam em todas as dimensões sociais. A dissertação de Lucena (2016) na área de serviço social e direitos sociais teve como foco central analisar as estratégias de resistência política de um conjunto de segmentos no

³⁵ Mais de mil escolas estaduais foram ocupadas, assim como universidades.

Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento> Acesso em [10 fev. 2018]

³⁶ Disponível em: < <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/07/os-argumentos-de-18-adolescentes-contra-a-reducao-da-maioridade-penal.html> > Acesso em: [26 jan. 2018].

Brasil contra à redução da maioridade penal, seja por instituições dos direitos humanos, movimentos sociais, agentes políticos e de resistências de coletivos composta majoritariamente por jovens:

Em relação aos movimentos sociais de defesa dos direitos das crianças e adolescentes e contra à redução da idade penal, podemos citar o Movimento Nacional Contra a Redução da Maioridade Penal, a Frente Nacional Contra a Redução, o Amanhecer Contra a redução, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), o Levante Popular da Juventude, Frente Estadual Contra a Redução, de vários Estados, e movimentos em alguns municípios, dentre outros. Diante da dimensão dos movimentos sociais, destacaremos os principais, ou seja, os que obtiveram maior visibilidade devido à frequência, à dimensão das atividades e manifestações e à repercussão na mídia, especialmente, em jornais e nas redes sociais. (LUCENA, 2016, p.176)

O Movimento Nacional Contra a Redução da Maioridade Penal, possui um site³⁷ contendo informações e materiais vastos contrários à redução e esta iniciativa congrega segmentos institucionais importantes do direito das crianças e dos adolescentes, como: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). Assim como de juristas, coletivos, pesquisadores, dentre outros. O site possui infográficos, vídeos, vastas informações, funções de acompanhamento da tramitação dos projetos, compartilhamento de materiais de mobilização e também a função “pressione seu senador” que encaminha e-mail ao representante no senado expondo os elementos negativos da redução da maioridade.

Além do contexto de lutas nacionais tivemos segmentações nas cidades, como em Curitiba que no dia 16 de agosto de 2015 teve o evento PIPA “Festival Contra a Redução da Maioridade Penal” contando com artistas de diversas áreas contra a alteração nos dispositivos legais, o PIPA também contou com palestras e seminários com pesquisadores expondo os elementos sociais e históricos contra a redução³⁸.

Em suma, há um conjunto de movimentos de resistência política, incluindo coletivos de jovens que procuram mobilizar a população e os representantes na esfera política de que a redução da maioridade penal não é eficaz.

³⁷ Disponível em: <http://www.maioridadepenal.org.br/index.php> Acesso em: [26 jan.2018]

³⁸ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/artistas-se-reunem-contra-a-reducao-da-maioridade-penal-439eectkhg6jvgwrhevdi0tuu>> Acesso em [26 jan. 2018].

3. A CONSTRUÇÃO DAS CONCEPÇÕES DE ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE

A perspectiva histórica e social da construção dos conceitos de infância, adolescência e juventude, sendo os dois últimos mais abordados devido a temática do trabalho, são fundamentais à pesquisa ao ponto de desnaturalização dessas categorizações. Além do mais, este assunto transita entre terrenos de conhecimentos diversos: biológicos, psicológico, históricos, sociológicos, antropológicos, entre outros. Não temos o intuito de negar as particularidades que ocorrem no corpo através de mudanças biológicas, a chamada puberdade³⁹, porém, este fator sozinho não é explicativo de dinâmicas de sociabilidade, conforme apontou Mauss (1974) ao discorrer sobre técnicas corporais coloca que o homem é um ser bio-psíquico-social e os elementos psicológicos e a forma como conduzimos nossos corpos são engrenagens que estão em consonância com as configurações sociais. Ainda, a chave da homogeneização não é viável, pois temos multiplicidades culturais, históricas e sociais, apontamos isso, pois: “[...] juventude não é simplesmente uma categoria etária ou biológica.” (SALLAS,1999) Este período da vida não marca apenas os corpos, mas também elementos *simbólicos*, representações de cunho social e cultural, e em delimitações de políticas públicas destinadas a determinadas faixas etárias. Desta forma, conforme apontou Sallas (1999, p.24):

Ainda que saibamos que existiria um elemento biológico que participa de maneira fundamental na nossa percepção do que seria a juventude, este não resolve em absoluto o que diz respeito a uma definição consensual em torno do tema. Ou seja, questões socioculturais e políticas parecem ser determinantes muito mais que os processos biológicos próprios daquele período. A discussão acadêmica científica também varia e aqueles profissionais da área médica ou biológica dispõe de uma categorização, enquanto cientistas sociais de outra - muito embora pareça que as formulações feitas por estes últimos tenham dado o tom e influenciado de maneira significativa as percepções médicas e biológicas do fenômeno. De tal maneira que alguns autores, médicos, ao tratar do problema simplesmente não tocam nessa discussão de faixa etária e sim do problema da transformação bio-psicológica.

Ao longo do processo histórico um conjunto de manejos discursivos, práticos e simbólicos instituíram e ao mesmo tempo foram instituídos por um tipo de relação de poder, “[...] a juventude e a velhice não são dadas mas construídas socialmente, na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas.” (BOURDIEU, 2003, p.152). Partindo deste bojo este capítulo tem como intuito discorrer acerca deste marcador histórico da construção das categorias de adolescência e juventude.

³⁹ “Puberdade é o fenômeno biológico que se refere às mudanças morfológicas e fisiológicas (forma, tamanho e função) resultantes da reativação dos mecanismos neuro-hormonais do eixo hipotalâmico-hipofisário-adrenal-gonadal.” (EISENSTEIN,2005)

Primeiramente elencaremos uma perspectiva da história geral no cenário europeu, refletindo acerca das novas formas de sociabilidade e de instituições que tomaram formas mais definidas a partir do contexto do Estado Moderno transformando/construindo as esferas públicas e privadas, alterando as relações dos laços de família e do contexto escolar. Entretanto há a ciência de que a realidade europeia é diferente da brasileira, porém, as dinâmicas de outras sociedades pode auxiliar em uma perspectiva comparativa, não de valoração e sim de uma comparação para compreendermos a complexidades na construção de sociabilidades e de instituições, assim: “A historiografia internacional pode servir de inspiração, mas não de bússola.” (PRIORE, 2010, p.11).

Em um segundo momento abordaremos o cenário brasileiro de constituição social da adolescência que na sua composição incorporou heranças do período escravista e das repressões que estavam no bojo desta, ainda é notável conforme frisou Sallas (1999) que no contexto brasileiro sempre houve uma discrepância entre uma cidadania universalistas com as práticas realmente difundidas.

Por fim, a atenção será dada a uma tematização social que elegeu a juventude como objeto de pesquisa ou de atenção de instituições governamentais, desta forma, estes elementos serão fundamentais para problematizarmos perspectivas de que estes conceitos etários estão em constante disputa no cenário histórico seja no meio acadêmico, do senso comum e de mecanismos institucionais.

3.1. Indicações históricas do contexto europeu

A forma como o adolescente é representado socialmente e do marcador dos estágios da vida nem sempre foi estatutário de atenção tanto na esfera pública como na privada. Conforme apontou Levi e Schmit (1996) temos que nos atentar na medida em que a juventude não é uma fase fixa e sim um período de passagem⁴⁰(no sentido de que não é permanente), cada sociedade marca de uma forma este período. Na contemporaneidade Ocidental temos uma complexidade de sociabilidades e um conjunto de espaços operando como um amálgama na construção das identidades e relações. (ABRAMO, 1996; LEVI; SCHMIT, 1996).

No nível das práticas cotidianas, políticas e nas pesquisas acadêmicas não podemos ver a adolescência de forma imóvel e completamente evidente, justamente pelas alterações

⁴⁰ Atualmente as perspectivas dos Estudos Culturais com recorte da juventude apontam que precisamos pensar além do marcador “período de passagem”, (PAIS, 1990), pois há um conjunto de construções nos estilos de vida que perpassam este período e constituem as características pessoais e de sociabilidades da vida adulta. (SALLAS, 2013)

que o tratamento deste período tem em diferentes momentos históricos, em sociedades distintas e também no interior de uma mesma sociedade. Ou seja, há outros marcadores que influenciam na construção da representação social e nas questões práticas como os elementos de raça, classe e gênero (BOURDIEU,2003;LEVI;SCHMIT,1996) e tal distinção das dinâmicas internas esteve presente em outras épocas históricas, assim, a construção do cuidado, paparicação e do mimo das famílias com suas crianças operou primeiramente nas classes mais altas e nobres em um contexto de início da formação do Estado Moderno no cenário europeu, ou ainda, o acesso à instituição escolar que inicialmente era extremamente excludente. (ARIÈS,1986). Nas sociedades tradicionais as meninas ingressavam tardiamente no sistema escolar (ou não entravam), as mães tinham um papel fundamental na sua educação, conjuntamente com a igreja que ensinava a moral de Deus. (PERROT, 1991).

Ariès (1986) ao se aprofundar nos estudos acerca da história da criança e da família em um contexto europeu aponta que havia indiferença acerca do marcador da idade, não significa que ela não existia⁴¹, mas a atenção que damos a ela foi uma construção fruto de um conjunto de dinâmicas⁴² nas esferas sociais, culturais e institucionais, penetrando na constituição da intimidade e para além dela. Essas transformações ocorreram a partir de duas instituições fundamentais e suas configurações: novas relações na família e da emergência da escola. (ARIÈS,1986; LEVI;SCHMIT, 1996;PERROT,1991). No período Medieval não havia essa separação definida entre a infância e a vida adulta, a esfera familiar também não era separada das outras esferas da sociedade, desta forma, não havia destaque para fases de transição, o processo de socialização na Europa tradicional era uma miscelânea entre adultos e crianças no processo de sociabilidade de forma coletiva e não tendo fortes demarcações de diferenças entre os espaços. (ARIÈS,1986).

A sociedade tradicional europeia não considerava o período da infância e da adolescência algo significativo:

[...] a nossa velha sociedade tradicional [...] via mal à criança, e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquirir algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhavam de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que fossem praticados antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje. (ARIÈS, 1986, p.10)

⁴¹ As crianças sabiam a sua idade, porém, era um hábito de etiqueta não externalizá-la. (ARIÈS, 1986)

⁴² Na transição da Idade Média para o período Moderno houve a emergência do Estado e dos seus papéis em um conjunto de elementos de controle social e ordenamentos na esfera pública e na regulação de elementos “privados”, a expansão da alfabetização, desenvolvimento dos romances, emergência de novas religiões. O que antes estava no interior de laços comunitários adentra em uma perspectiva de laços afetivos na família. (ARIÈS, 1993)

Já a o marcador do que conhecemos por “juventude” na Idade Média residia na perspectiva se o indivíduo era casado ou solteiro (marcador mais forte para as mulheres), dada esta alteração poderia ter acesso às dinâmicas da vida “adulta”. A linha de corte para à vida adulta: “Uma outra figura se delineia com precisão: a dos adolescentes, antigamente ignorados pelas sociedades tradicionais. Entre a primeira comunhão e o bacharelado ou o alistamento militar para os rapazes, e o casamento para as moças” (PERROT, 1991, p.162).

A partir das novas dinâmicas na família, perante à igreja⁴³ e na educação formal o apontamento da juventude toma contornos dúbios, desta forma, ao longo da história um conjunto de papéis sociais foi atribuído a juventude: “alguns positivos (quando a juventude é exaltada como baluarte da nação), outros negativos (quando uma difusa hostilidade perante os jovens leva a ver neles a fonte de todo gênero de desordem e desvio).” (LEVI;SCHMIT,1996,p.12). Assim, essas “projeções simbólicas” (LEVI;SCHMIT, 1996, p.12) foram e são importantes na definição da representação da juventude.

No decorrer do século XVII, há uma polarização da vida social. A família⁴⁴ se coloca constitutiva da chamada esfera privada (anteriormente ela estava mesclada com todos os outros espaços de sociabilidade) e como formadora da moral, este também seria o local para a afetividade e o sentimento entre os membros, incluindo as crianças⁴⁵ da família, integrante desta esfera privada (ARIÈS, 1986). No século XVIII há maior evidência da constituição da intimidade e de como privatizamos elementos que eram públicos e as formas de pudor⁴⁶, esta privatização e a consolidação de um tipo de individualismo: “A Renascença marca o principal início do movimento de fundo que tem na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

⁴³ A igreja passou a reprovar declaradamente práticas de infanticídio no final da Idade Média. (ÀRIES, 1986).

⁴⁴ “[...] o pensamento político mostra uma preocupação em delimitar a fronteira e organizar os “interesses privados”. O mais novo deles é, sem dúvida, a importância conferida à família como célula de base. O doméstico constitui uma instância reguladora fundamental e desempenha o papel do deus oculto.” (PERROT, 1991, p. 93).

⁴⁵ No século XIX a configuração que a criança toma na família é de extrema importância e demanda investimentos emocionais, financeiros, educacionais, dentre outros, assim, a criança toma a forma de importante herdeiro e um mecanismo de enfrentamento do tempo e da morte que propagará as aprendizagens construídas no seio familiar. Porém, este estatuto da criança não representava que ela era respeitada em sua singularidade. Ou seja, o amor aos filhos não operava neles enquanto indivíduos e sim e sim como peça chave para dar continuidade à família. (PERROT, 1991)

⁴⁶ A mudança no processo que Elias (1993) chama de civilizador opera acerca do ordenamento do autocontrole e dos impulsos, isso não foi construído a partir de um cálculo de escolha racional e nem de uma sucessão de acasos sem ordenamento e sim através da interdependência estruturando a personalidade. Essas interligações entre as pessoas desencadearam processos, assim, atuando na reorganização dos relacionamentos. A forma como os indivíduos se portavam à mesa, em festas e nas relações do cotidiano foram tomando novos formatos com características de controle, ou melhor, autocontrole de suas ações.

uma espécie de carta magna. Mas leva muito tempo para que o indivíduo jurídico abstratos se tornem realidade.” (PERROT, 1991, p.10).

Elias (1993) o analisar o chamado *Processo Civilizador* no contexto da Europa no período de reformulação da monarquia, ascensão da burguesia e do Estado aponta os elementos novos de interdependência constituídos nesta nova configuração que atuava via costumes, relações e também de maneira psicológica.

A substituição da classe de cavaleiros pela classe de cortesãos é um exemplo de como as pulsões e os desejos foram a perspectiva de um autocontrole fundamentado na interdependência. Assim, na concepção elisiana a nova configuração social de maior divisão de tarefas fez com que as relações se tornassem mais recíprocas e dependentes. Esses mecanismos de controle não surgiram imediatamente, foram construídos ao longo do processo histórico moldando os sentimentos, costumes e comportamentos. Aqui reside a perspectiva do processo civilizador na medida em que o autocontrole não foi uma produção individual e sim fruto de um processo longo criado na interdependência derivada da dinâmica da própria sociedade, esse processo longo e complexo alterou o aparelho psíquico dos indivíduos, porém, não por uma perspectiva naturalista biologizada, Elias fala em termos de psicogênese⁴⁷, já as alterações sociais são a sociogênese, esses dois elementos não são sinônimos, porém, realizam trocas e esse câmbio ao longo do processo histórico que constituiu a emergência da chamada civilização via processo.

Além das novas dinâmicas da instituição familiar, temos também a constituição escolar, ambiente de separação/classificação e preparação para a vida adulta, atuando em um conjunto de distinções de faixa etária. “O desenvolvimento da instituição escolar é uma das principais características da evolução social na segunda metade do século XX.” (PROST, 1992, p. 81). Tal instituição teve papel fundamental na constituição do marcador da adolescência⁴⁸ como etapa distinta da infância, sendo que só apresentou formas mais visíveis apenas no século XX através da expansão, tempo e papel da instituição escolar e de uma nova subdivisão anterior a vida adulta de fato. (ARIÈS, 1986).

Ariès (1986) coloca que a construção da condição juvenil foi fruto da separação etária e social promovida pela escola, é no interior das mudanças das instituições que as alterações

⁴⁷ A partir de Freud Elias (1993) coloca a construção do Ego, Id e Superego que consistem em uma estrutura fruto de um do controle e da repressão externas que moldam o interior

⁴⁸ A condição de jovem e de sua constituição varia de sociedade para sociedade e também no interior de uma mesma sociedade, por exemplo, a perspectiva de construção da infância e da necessidade de dedicação apenas à escola era elemento das classes ricas, já nas abastadas os jovens não tinham condições de entrada ou prolongamento dos estudos, a entrada nos elementos da vida adulta, como o trabalho por exemplo ocorria mais cedo. (ARIÈS, 1986)

vão operando. Inicialmente a escola era apenas para filhos de burgueses e em certa medida da nobreza, a extensão atingiu depois as classes trabalhadoras. Desta forma, no século XVIII havia um sistema de ensino curto (para as classes pobres) e o liceu (que necessitava de mais tempo de dedicação, assim, destinado aos filhos dos burgueses), destarte, esta elaboração de uma condição juvenil teve um marcador de classe, na medida em que os filhos dos nobres e burgueses estavam inseridos nesta circunstância atrelada ao prolongamento escolar. No século XIX há outro marcador importante que “retardou” essa condição juvenil dos pobres: a alta demanda da sua mão de obra nas indústrias têxtil, desta forma, a passagem para a vida adulta operava de forma súbita devido ao ingresso ao trabalho. (ARIÈS, 1986).

Porém, já neste contexto do século XIX é notável a construção de um caráter dubio despendido às crianças e adolescentes como uma área de limite não apenas entre as fases da vida, mas também entre público e o privado, por exemplo a lei de 1841 no contexto francês sobre diminuição do tempo de trabalho nas fábricas abarcava as crianças, não que ela tenha sido efetivamente eficaz, porém, teve um papel simbólico de um marcador jurídico atuando em um tipo de direito social destinado às crianças no âmbito do trabalho. (PERROT, 1991).

No cenário de espaços destinados a determinada faixa etária (escola) que é construída a disputa de poderes e conjuntamente de saberes, estes se desenvolveram sobretudo no último terço do século XIX, com o esforço conjunto da medicina, da psicologia e do Direito. Esses saberes surtem efeitos contraditórios. Produtores de controle, também geram conhecimentos que convertem nossa infância num mistério insondável.”(PERROT, 1991, p. 148). A intervenção do Estado atuou na constituição de uma esfera de mediações da sociedade no deslocamento não apenas da educação como função familiar, assim, conforme apontou (PROST, 1992, p. 86):

(...) a intervenção pública na educação dos filhos não se limita à escolaridade; ela se fortaleceu em outros domínios. Mal é concebida, a criança já interessa ao Estado, e o serviço de atendimento materno e infantil submete a mãe a três visitas médicas antes do parto, caso ela queira se beneficiar dos subsídios previstos. Tem-se o mesmo acompanhamento médico durante a amamentação e o período de lactação. As vacinas são obrigatórias. Em suma, com a generalização dos abonos-famílias, da lei de 1932 ao Código da Família de 1939 e à lei de 1946, acompanhamento médico da gravidez e da infância se fortalece.

Esses mecanismos de controle através do saber legitimado socialmente e cientificamente persistiram no século subsequente e colaboraram diretamente para um conjunto de pré-noções que carregamos até os dias atuais acerca da adolescência como um momento inerentemente difícil:

Essa noção de ‘momento crítico’ é retomada ao longo do século XIX, notadamente pelos médicos que, entre 1780 e 1840, escreveram dezenas de teses sobre a puberdade dos meninos e meninas, e os remédios a serem ministrados. A adolescência, além de ser um perigo para o indivíduo, é também um perigo para a sociedade. Em busca de si mesmo, o adolescente é narcisista: ele procura sua imagem moral e física. Sente-se fascinado pelo espelho. (PERROT, 1991, p. 162-163).

Já no século XX o marcador da adolescência enquanto uma fase de preguiça e indisciplina toma outro contorno se comparada a do período posterior, já que as duas grandes guerras mundiais indicaram a demanda pela participação ativa dos jovens.

Na década de 1920 em contexto norte-americano a antropóloga Margareth Mead (1973) desenvolveu um trabalho importante que colocou em cheque a equação adolescência e turbulência como um estatuto de naturalidade. Ao etnografar os indivíduos no período da passagem da infância para vida adulta em Samoa na Polinésia foram apreendidos a inexistência de impactos profundos em um sentido negativo, os elementos eram calmos e graduais e contando com rituais de passagens bem demarcados.

Já nas décadas de 1950 e 1960 tanto na Europa quanto nos Estados Unidos há os indicativos de uma juventude conectada aos estilos de vida, da arte, da música, exemplo o movimento *hippie* e também as contestações dos movimentos estudantis. (GROSSMAN, 2010). “Esse movimento transformaria a juventude em um grupo, com um novo foco de contestação. Surgiu um termo novo: contracultura.” (FERREIRA; FARIAS, 2010).

3.2. Contexto histórico brasileiro

Há a necessidade de atenção quanto às teses europeias acerca da demarcação de um tipo de representação da infância e da adolescência, na medida em que a realidade brasileira ao longo do processo histórico possui um conjunto de particularidades. Assim, segundo Priore (2010) a história desta categoria no contexto brasileiro foi construída à sombra dos adultos no sentido de que também se mescla com a perspectiva das crianças “misturadas” (indicado no cenário europeu), ou seja, sem marcadores de necessidades inerentes como conhecemos atualmente.

No período colonial o que chamamos de infância não era vista como um elemento de personalidades e particularidades e sim uma fase apenas de passagem, entretanto, também um tipo de representatividade de esperança, assim, eram vistos os chamados “‘meúdos’, ‘ingênuos’ e ‘infantes’.” (PRIORE, 2010a, p.84).

Na realidade brasileira também era notável desde o período colonial a perspectiva do “mimo⁴⁹”, havia um tipo de carinho e afeto devotado às crianças, seu estatuto era semelhante a um brinquedo ou a um animal de estimação querido, entretanto, para que não houvesse mimo em demasia havia lugar para os castigos físicos, na medida em que este representava a chave de uma boa educação. (PRIORE, 2010a).

A construção da intimidade e os desenhos das esferas públicas e privadas ocorreram de formas distintas no Brasil, ainda na medida em que no século XIX houve o aumento de moradias, como: cortiços e no século XX as chamadas favelas, com disposições espaciais peculiares, descaso do poder público no fornecimento de elementos básicos, como: saneamento, saúde e educação formal institucional de qualidade. Quanto ao contexto escolar, já no período colonial as poucas escolas jesuítas atendiam uma parcela ínfima da população. Na segunda metade do século XVIII o ensino público foi formado no Brasil (Governo do Marquês de Pombal), porém, ainda sendo precário e excludente. O mesmo delineamento educacional persiste no século XIX na medida em que as crianças pobres tinham suas trajetórias de vida traçadas pelo trabalho. Com bases fortes de valorização da labuta, tendo a capacidade de educar essas crianças para a vida, para serem cidadãos úteis, porém, do outro lado, nas classes ricas o ensino das crianças era valorizado, mas primordialmente através da contratação de professores particulares. (PRIORE, 2010).

Segundo Priore (2010; 2010a) na história do Brasil houve esta grande discrepância entre as crianças pobres e ricas no que concerne ao estilo de vida (e não a falta de afeto), assim, as crianças pobres eram desde muito cedo colocadas na esfera do trabalho (agrícola e para as meninas além do agrícola havia o doméstico) e também de outro lado as crianças escravas que a partir dos 12 anos seu valor monetário subia por já estarem habituadas e com condições físicas boas para o trabalho, ou seja, esta realidade estava fundamentada no trabalho, má alimentação, castigos físicos diversos, doenças, dentre outras. Já no século XX em um contexto de início do processo de industrialização e elaboração de dinâmicas na cidade estes meninos frutos da realidade escravocrata (ou filhos dela) agora perambulavam pelas ruas.

As crianças pobres no cenário brasileiro sempre estiveram atreladas a perspectiva do trabalho, seja nas lavouras, minerações, trabalho doméstico, já no contexto de industrialização

⁴⁹ Há relatos de viajantes e professores europeus nos períodos Colonial e Imperial demonstrando-se “horrorizados” não apenas com o clima tropical e com os costumes de forma geral, mas com as crianças no Brasil como indisciplinadas e mimadas. (MAUAD, 2010) Entretanto: “O castigo físico em crianças não era nenhuma novidade no cotidiano colonial. Introduzido no século XVI, pelos padres jesuítas, para horror dos indígenas que desconheciam o ato de bater em crianças, a correção era vista como uma forma de amor.” (PRIORE, 2010a, p. 97)

tardia estavam nos ambientes fabris, ou seja, acompanharam as dinâmicas econômicas e sociais de uma “necessidade” condizente com a época. (PRIORE,2010). Desta forma, a inserção no trabalho não era apenas uma necessidade material, pois, ele tinha um caráter educacional contra a ociosidade e na idealização de adultos corretos. (PRIORE, 2010; SANTOS, 2010).

Na trajetória brasileira concernente à adolescência, já no final do século XIX há uma “preocupação” com os ditos meninos de rua que vai perdurar em ações ao longo do século XX por vias de criação de instituições pela ótica do aparato jurídico e policial. (SANTOS, 2010). No espaço da cidade de São Paulo houve a disseminação de estatísticas acerca de crimes cometidos: “Entre 1900 e 1916, o coeficiente de prisões por dez mil habitantes era distribuído da seguinte forma: 307,32 maiores e 275,14 menores.” (SANTOS, 2010, p.214). Entretanto os apontamentos acerca da criminalidade eram diversos, na medida em que de 1904 a 1906 40% das prisões dos menores de idade eram motivadas por terem cometido “desordem” e 20 % “vadiagem”, os dados também apontam prisões por embriaguez e apenas 16% por furto ou roubo, já quanto aos homicídios a taxa era de 6,9% em contraposição aos adultos que tinham uma taxa de 93,1% de homicidas. Ainda, há as discrepâncias entre campo e cidade⁵⁰, dado que esta última desde o século XIX apresentou índices bem mais altos de criminalidade e prisões. (SANTOS,2010).

Marco A. Cabral dos Santos (2010) através de uma pesquisa histórica levanta a perspectiva da criminalidade e da juventude na cidade de São Paulo no final do século XIX até meados do século XX em um contexto de construção do regime republicano e alteração do código do Império para o Código Penal (maiores dados e reflexões acerca dos adolescentes nestes códigos podem ser vistos no capítulo 4 desta pesquisa). Como pano de fundo há o rápido crescimento da cidade no que diz respeito aos habitantes, industrialização e comércio e em contraposição altos níveis de desigualdade social e pauperização de grande parte da população. Também, a partir das novas complexidades da cidade aumentaram os índices de criminalidade, porém, a tentativa de contenção desta realidade foi calcada em bases de preconceito e autoritarismo, afetando diretamente as classes pobres e as crianças e adolescentes inseridos nela.

⁵⁰ Tal diferença entre os índices de criminalidade entre campo e cidade gerou um conjunto de discursos equivocados, até mesmo proferido por juristas, na medida em que realizam uma romantização do campo e atrelaram a cidade monoliticamente por desejos de vícios, por pouco trabalho (em contraposição ao trabalho duro do campo), ao preço dos bens de consumo, levando jovens a “gatunagem, e embriaguez, a mendicância, as rixas, etc.” (SANTOS, 2010, p.214) .

No contexto do Rio de Janeiro, Vianna (1999) a partir da ótica da antropologia social discorre acerca de como as crianças e adolescentes que residiam nas ruas nos períodos entre 1910 a 1920 foram categorizados enquanto *menores*⁵¹. Assim, a autora levanta a hipótese de que este termo veio antes do Código de Menores (categoria jurídica), primeiramente adentrou nos discursos e práticas da rotina policial de abordagem destes meninos. Fruto de uma sociedade que no final do século XIX desenhava bases via vigilância na tentativa de construção de uma nação, esta disciplina almejava a ordem e/ou separação de determinados grupos sociais, entre estes grupos estavam as crianças pobres e em situação de rua. Assim, este instrumento fundamentado em hierarquia indicou que o marcador do menor não dizia respeito apenas a idade e sim ao tipo de população que se encaixam nesta classificação.

Desta forma, a infância era vista, inclusive por juristas e legisladores, como um projeto de futuro, assim, diante do aumento da criminalidade cabia a interferência na infância para frear estes acontecimentos. (SANTOS, 2010). Os apontamentos de jornais, juristas, políticos, e das pessoas comuns indicava que um dos grandes problemas era a ociosidade dos jovens e problemas familiares como desorganizadoras da ordem social e em contrapartida a solução destes problemas estaria na família e no trabalho e de imediato na elaboração de um aparato policial nas ruas que resolvesse rapidamente a delinquência. (SANTOS, 2010).

Ao analisar relatórios policiais do ano de 1904 Santos aponta que a “vadiagem” que estava prevista no Código Penal nos artigos 399 e 400 era o crime cometido em grande maioria por meninos de rua que não tinham como comprovar ofício e desta forma através de denúncias de civis, das abordagens dos praças da Força Pública ou por membros da Guarda Cívica eram aplicadas penas fundamentadas na pedagogia do trabalho. (SANTOS, 2010).

Também temos a tradição de violências oficiais (fruto de um período longo de escravidão) que perduraram refletindo na punição, contenção e repressão das classes populares. Na medida em que a cidade tentava se alinhar a esta nova lógica da industrialização e da produção os mecanismos oficiais tentavam a todo custo reprimir tudo que fosse contra a lógica aparente do trabalho (mendicância, prostituição, a chamada vadiagem, dentre outros) e os jovens, principalmente aqueles que habitavam o espaço urbano de forma reprovadora pelas autoridades e habitantes. Este tipo de lógica pode ser ilustrada pela frase proferida em 1906 pelo primeiro secretário de Segurança Pública de São Paulo Washington Luis: “A questão social é uma questão de polícia.” (SANTOS, 2010, p.228).

⁵¹ Através da análise de relatórios policiais no início do século XX no Rio de Janeiro Vianna (1999) aponta o papel importante que o policial teve enquanto um tipo de poder de recolhimento, tipificação e identificação de um conjunto de categorias que eram vistas como fora deste projeto de construção de uma nação, os “outros” assim este personagem social.

Do outro lado da moeda temos um outro tipo de atenção aos jovens, mais especificamente no período entre 1930 a 1970 havia uma visibilidade juvenil no Brasil atrelada aos integrantes do movimento estudantil, porém, a visão perante a um conjunto de setores era negativa: como se fossem pessoas baderneiras, inconsequentes e com o intuito de romper a ordem social, estes jovens eram em sua grande maioria de classes burguesas o que colocava o estatuto de negatividade da juventude para além da classe social, como se fosse intrínseco a ela os elementos de desordem.(ABRAMO, 1997). Visto que este trabalho problematiza a perspectiva legal e moral tendo como temática da idade biológica para imputação penal daremos mais atenção a primeira perspectiva apontada, pois ela ilustra as bases de criminalização e institucionalização da juventude pobre e negra.

3.3. A tematização social da adolescência e da juventude: algumas linhas de pesquisa e marcos jurídicos e políticos

As representações concernentes às etapas da vida acompanham as dinâmicas das realidades sociais e culturais e também possuem recortes internos inerentes à posição de classe, raça e gênero que se alteram ao longo do processo histórico. Há classificações para fins penais, civis, estatísticos, de políticas públicas e ainda, aqueles marcadores construídos nas representações sociais que fazem e são feitos ativamente pelas dinâmicas da coletividade. A adolescência e a juventude são conceitos em disputa e na conjuntura atual⁵², segundo o ECA adolescente é aquele que possui entre 12 a 18 anos de idade, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) corresponde entre 10 a 19 anos (EISENSTEIN, 2005), quanto ao marcador da juventude o Estatuto da Juventude (BRASIL,2013) demarca no Art 1º jovem a pessoa entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

Pais (1990) coloca que o conceito de juventude encapsula um conjunto de concepções distintas. Apesar dos conceitos nos auxiliarem na externalização da percepção em âmbito prático há muitas concepções com elementos perversos. Assim, há a necessidade de que miremos nos conceitos e ideias para compreensão da complexidade dos seus significados. Partindo disto, o autor supracitado propõe que olhemos para o conceito de juventude a partir

⁵² “A Assembleia Geral das Nações Unidas define como “juventude” o período entre 15 e 24 anos de idade, e como “jovens” aqueles que têm entre 10 e 24 anos de idade. Essas definições foram adotadas durante o Ano Internacional da Juventude em 1985 e vêm sendo normalmente utilizadas pelas agências das Nações Unidas e outros parceiros. Em geral, a utilização sobreposta dessas definições é reconhecida, e os termos “adolescentes” e “juventude” frequentemente são usados indistintamente com “jovem” Além dessas definições estabelecidas pelas Nações Unidas e suas agências, cada governo nacional estabelece sua própria definição e o limite de idade para crianças, adolescentes, jovens e juventude..” (UNICEF, 2011, p.78)

de dois eixos semânticos: unidade (marcador de determinada fase da vida) e da diversidade (há uma variedade de marcadores sociais que atuam na distinção dos jovens).

Quanto ao cenário de pesquisa há uma diversidade de abordagens acerca da temática que variam conforme a linha teórica e o contexto histórico, porém, há pontos em comum na maioria das abordagens, como: a transitoriedade, ou seja, a juventude é vista como um período de transição social e biológica para a vida adulta. Nessa fase há um conjunto de dicotomias apontadas, por exemplo: a passagem da família de orientação para a de procriação, da dependência para a independência, a fase em que se aprende será substituída pela fase em que se produz, dentre outros. Essa característica de transitoriedade sustenta a perspectiva da relatividade quando olham para a juventude como uma fase de “ambiguidades” (ABRAMO, 1996, p.11).

O marcador da juventude enquanto uma fase da vida carrega elementos para além do senso comum, conforme aponta Pais (1990, p. 146):

Proceder à explicação das transformações que têm afetado a juventude quando referida a uma fase de vida, ou seja, quando referida a um processo que se desenvolve num período determinado de tempo, isto é, que se inscreve numa duração, é um dos desafios que se colocam à sociologia. A juventude, quando aparece referida a uma fase de vida, é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo.

A concepção construída na modernidade acerca da juventude tem os elementos de delinquência, rebeldia e revolta em contraposição aos jovens ditos “normais”, porém, até mesmo estes correm um risco iminente de terem esses elementos externalizados, como se essas características fossem inerentes a este período da vida. (ABRAMO, 1996).

No contexto do século XIX para o XX tendo como pano de fundo contestações das condições de trabalho e de problematizações da forma de transmissão das normativas sociais que há o interesse temática para a sociologia e demais áreas do conhecimento. (ABRAMO, 1996; PAIS, 1990). Ou seja, há uma visibilidade social destinada aos jovens como possuidores de comportamentos que vão contra a padrões de socialização ditos “normais”. Segundo Perrot (1991) esse interesse operou em diversas áreas como as médicas e na criminologia, como os escritos de Duprat que publicou em 1909 a obra “*A criminalidade na adolescência. Causas e remédios de um mal social atual*” atrelando ao estatuto de uma natureza adolescentes: preguiçoso e egoísta e com inclinações para criminalidade. Ou ainda as concepções do médico italiano Cesare Lombroso (2007) que é de extrema importância na antropologia criminal do final do século XIX e início do XX é representativo para essas concepções de medicina e crime nas representações sociais, na medida em que atrelava

crianças e jovens como inclinados ao delito, a sensibilidades, a paixões, a vícios e fortemente influenciáveis.

No contexto Ocidental há um conjunto de elementos construtores de contestações dos jovens ao longo da história, como: os movimentos estudantis, ou o cenário das grandes Guerras Mundiais em que os jovens eram os que mais morriam por estarem na linha de frente em contraposição aos mais velhos que ficavam na retaguarda, gerando um conjunto de ressentimentos e apontamentos. Também no período entre guerras há uma espécie de mudança no paradigma dos valores que acaba marcando a juventude de forma “nilista”(FIITNER, 1968, apud, ABRAMO, 1996). Em meados do século XX a juventude se constitui de fato enquanto uma espécie de categoria a parte reivindicando suas próprias roupas, músicas, estilo de vida. (PERROT, 1991).

Neste cenário do período entre guerras do contexto europeu o conceito de geração ganhou bases sociológicas mais concretas através de Mannheim (1952) que a partir da ruptura com as abordagens do século XIX, como os positivistas franceses (Comte e Hume por exemplo) e os histórico-românticos alemães (como Dilthey, apesar de ter demonstrado predileção por esta abordagem), o autor indicou a necessidade de supressão de leituras deterministas na compreensão acerca da geração, os aspectos biológicos ou unilateralmente indentitários não dão conta de compreender a realidade social.

As gerações não podem ser vistas como uma sucessão quantitativa e qualitativa inerente a data de nascimento. As posições, conexões e unidades firmadas inter e intra gerações são fruto de uma realidade social-histórica, que indicará ou não a constituição de grupos geracionais concretos, ou ainda, as trocas realizadas entre gerações distintas, o sentimento de pertencimento ou não. (MANNHEIM, 1952). Assim, as permanências e mudanças nas estruturas sociais fazem e são feitas de forma ativa nas relações de pertencimento e exclusão fruto do contexto. Desta forma, através da ruptura com binarismos existentes na tentativa de compreender as gerações Mannheim apresenta: “uma proposta de superação da oposição existente entre objetivismo e subjetivismo. A necessidade de se construir uma esfera intermediária.” (WELLER, 2010, p.218).

A biografia é cruzada pela história de uma geração e este pano de fundo vai influenciar nas ações entre gerações distintas e no papel das mudanças e rupturas sociais de determinados grupos concretos, ao contrário do que os positivistas franceses indicaram as gerações jovens não são inerentemente inclinadas às mudanças sociais, o perfil conservador não é intrínco às gerações dos mais velhos, o debate é mais complexo, e biologização e determinismos não dão conta de compreender as mudanças e permanência da realidade social.

(MANNHEIM, 1952). “Nesta perspectiva, gerações é o lugar em que dois tempos diferentes – o do curso da vida, e o da experiência histórica – são sincronizados. O tempo biográfico e o tempo histórico fundem-se e transformam-se criando desse modo uma geração social.” (FEIXA; LEOCCARDI, 2010, p.191). As demandas e os problemas da juventude são reflexo da sociedade em que vivem, desta forma, em gerações distintas os panos de fundo se alteram. (NOVAES,2015)

O sociólogo inglês Abrams (1985) estendeu o conceito geracional de Mannheim o conectando a perspectiva da identidade, assim, a temporalidade individual e a social estão inscritas em um processo histórico que constitui tanto o “eu” como o “nós”. Olhar para as conexões e divergência entre as externalizações individuais e coletivas, assim, definindo a identidade como: “[...] consciência do entrelaçamento da história individual e da história social.” (FEIXA; LECCARD, 2010, p.190).

A identidade e a geração são construídas a partir do contextos social e histórico em que estão inscritas, as novas gerações têm um papel de criação de novas identidades e da ação social: *“New styles of identity can be made only within the specific historically constructed possibilities of the world entered by any given biological generation.”* (ABRAMS,1985, p.255). Os eventos históricos auxiliam na construção da identidade e dos tipos de relações estabelecidas na coletividade.

Não é possível realizar previsões ou mensurar o ritmo de uma geração, dado que a sua “gênese” ou “fim” em si não existem, são frutos de processos inerentes às dinâmicas sociais, econômicas, históricas, políticas e culturais, seja quando emergem, quando permanecem ou quando desenham rupturas. (FEIXA;LECCARDI, 2010).

Feixa e Leccard (2010) a partir do contexto espanhol, indicam que a teoria da geração desde a década de 1980 está retomando os seus caminhos e atualmente podemos indicar três recortes de campo, mesmo que ainda não haja uma solidificação teórica e metodológica atualizada, que auxiliam na renovação das problematizações do conceito: 1) estudos que abordam a passagem da infância para a vida adulta; 2) Protagonismos de movimentos juvenis através de movimentos sociais; e 3) as relações definidas a partir do conceito de sociedade em rede.

Outra perspectiva acadêmica central construída nos Estados Unidos (entre 1920 a 1950) e que influenciou outros países da perspectiva contraposição ao sistema dominante é a criminalidade no cenário urbano. Assim, a Escola de Chicago se interessou pelas *street gang boys* em um contexto de desigualdades sociais e crescimento das cidades, na qual:

[...] rapazes de bairros de imigrantes que vivem a maior parte do seu tempo nas ruas, fora dos espaços institucionais adequados a uma socialização “sadia”, e que acabam por desenvolver comportamentos “em desconformidade com as normas sociais”, muitas vezes inspirados ou vinculados ao mundo da criminalidade. (ABRAMO, 1996, p.10).

O interesse por este “período da vida” que desde o século XIX aparece em uma perspectiva educacional, cada vez mais vai tomando o interesse da medicina e é neste campo do conhecimento que o estigma da adolescência enquanto uma fase perigosa e de tensões é apresentado de forma mais forte e com caráter de legitimidade social, atrelando esses atores à natureza, à impulsividade e até mesmo em suas bases iniciais a uma subcategorização evolucionista:

Em relação às publicações especializadas sobre a temática, o primeiro livro referido no Index Medicus abordando o tema adolescência data de 1904, a obra de G. Stanley Hall, intitulada. Adolescência: sua psicologia e relação com fisiologia, antropologia, sociologia, sexo, crime, religião e educação. O autor propunha que o ser humano em desenvolvimento passaria por estágios correspondentes aos que ocorreram na evolução da espécie humana, desde o primitivismo animal até a vida civilizada, que caracterizaria a maturidade. As etapas de desenvolvimento descritas em sua teoria obedeceriam a um padrão universal, inevitável e imutável, de forma independente do ambiente, controladas exclusivamente pela hereditariedade. Apresentava a adolescência como um período de *sturm und drang* (tempestade e tensão), de turbulência e transição ao status adulto final, em que os indivíduos oscilavam entre vigor e letargia. Assumiu que essa fase perigosa e trabalhosa demandava proteção. (GROSSMAN, 2010, p.48-49).

Conforme apontou Abramo (1996): no período pós Segunda Guerra Mundial há alterações tanto no interesse de pesquisa quanto nos projetos de vida dos indivíduos devido ao Estado de bem-estar social, este gerou mudanças nas relações de trabalho, nos meios de comunicação, o prolongamento da escolaridade obrigatória tanto relativo ao tempo quanto às classes sociais, abertura no mercado de trabalho e aumento do consumo⁵³ (assim, há interesse em produtos destinados a adolescentes). Essas novas dinâmicas auxiliaram para que as pesquisas apontando uma subcultura juvenil fossem além do desvio (criminalidade e drogas) e da vivência escolar. “No período que se abre depois da Segunda Guerra Mundial ocorrem mudanças significativas na configuração e problematização da juventude centradas na sua ampliação e a vinculação a espaços de lazer, à indústria cultural e aos meios de comunicação.” (ABRAMO, 1996, p.28).

No cenário brasileiro, conforme indicação de Abramo (1997) também operou uma concepção de que a juventude é uma fase complicada (fruto de categorizações do século retrasado) e intensa, desta forma, há legitimidade para que os adultos atuem na condução das

⁵³ Na consolidação do estado de bem-estar social e nas novas dinâmicas sociais houve a construção da concepção de uma cultura juvenil, na medida em que terrenos de consumo, entretenimento foram se abrindo para esses jovens na perspectiva de certa autonomia monetária. (ABRAMO, 1996).

trajetórias socialmente aceitas, assim, um auxílio para frear indivíduos que estão em um período da vida que “naturalmente” há predisposições à delinquência e transgressões.

Há uma tradição de um “medo” coletivo da juventude na história brasileira, este receio tem um englobamento geral, como: contestações de jovens abastados e brancos contra o regime militar (vistos como baderneiros sem propósito) e do outro lado o seu oposto vislumbrado pela “delinquência juvenil”, ou ainda os grevistas em contexto fabril. Todos eles precisavam ser salvos para que a sociedade contasse com adultos “corretos” no futuro. Era necessário controlar essa “natureza” impulsiva. (ABRAMO, 1997). Esse estatuto de natureza foi indicado por Foucault (1997) acerca dos ditos “anormais”, assim, necessitando de intervenção direta através de um conjunto de dispositivos. “ Vale a pena lembrar que tal medo gerou, aqui, respostas violentas de defesa dessa ordem: os jovens foram perseguidos pelos aparelhos repressivos, tanto pelo comportamento (o uso de drogas, o modo de se vestir etc.) como por suas ideias e ações políticas.” (ABRAMO, 1997, p.31).

Mas na década de 1980 no cenário brasileiro há uma inversão concernente aos jovens e política nas representações sociais: a juventude é tematizada como sendo apática e individualista. (ABRAMO, 1997). Esta perspectiva passa a ser um dos ingredientes do binômio da visibilidade versus invisibilidade que perpassa a década de 1990. Assim, ao longo do processo histórico um conjunto de adjetivações foram introjetadas nas abordagens acerca dos adolescentes, influenciando nas percepções e também na constituição de políticas públicas, muitas vezes focadas em elementos dicotômicos e estigmatizantes.

Esses discursos binários e contraditórios coexistem: o discurso de medo e de compaixão e a justificativa de que precisamos salvá-los. E tal ideia barra um efetivo caminho de entendermos como sujeitos com ações complexas e como interlocutores de questões sociais práticas. (ABRAMO, 1997).

De um modo ligeiro e quase caricatural, podemos retomar o modo como a juventude veio sendo tematizada durante a segunda metade desse século para verificar como acabou sendo sempre depositária de um certo **medo**, categoria social frente à qual se pode (ou deve) tomar atitudes de contenção, intervenção ou salvação, mas com a qual é difícil estabelecer uma relação de troca, de diálogo, de intercâmbio. (ABRAMO, 1997, p.30, grifo nosso)

Nesta articulação de representações tanto do senso comum como de trabalhos acadêmicos houve um conjunto de abordagens que simplificaram a categoria jovem, a naturalizaram e os colocaram no estatuto de “problema social” de forma determinista,

segundo Abramo⁵⁴ (1997) apenas na década de 1990 que começam a elaborar trabalhos que vão além de uma visão unia e adentraram em elementos de representatividades, relações e apreensões acerca dos adolescentes enquanto sujeitos. Entretanto, na conjuntura atual do Brasil há heranças históricas que demarcam um conjunto de jovens por vias discriminatórias conforme distinções de raça, classe, gênero e local de moradia por exemplo, e essas demarcações são produtoras de diferentes graus de instabilidades sociais influenciando nas ações públicas para esse conjunto. (NOVAES,2015).

No final da década de 90 a tematização da juventude no Brasil foi remodelada e pesquisas foram financiadas por instituições para compreensão e execução de políticas públicas. Por exemplo, a UNESCO encomendou pesquisas a partir de 1997 em cidades como: Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba, isso a partir do contexto de um fato que foi extremamente noticiado no ano de 1997 e que despertou um conjunto de debates na opinião pública: o assassinato do índio Galdino⁵⁵ em Brasília por cinco jovens (dentre eles havia um de 16 anos de idade) de classe média. Eles atearam fogo em Galdino enquanto dormia em um ponto de ônibus. “Tal evento chocou a opinião pública, pois, além do fato em si, marcado pela gravidade da ação, trazia para o centro do palco jovens bem nascidos, com educação formal condizente e de famílias prestigiosas da sociedade.” (SALLAS;BEGA, 2006).

Em conjunto com as demandas de maior conhecimento acerca desta faixa-etária possuindo particularidades há a construção de marcos jurídicos calcados no discurso dos sujeitos de direito.

O Brasil não tem uma tradição de Políticas Públicas concretas e efetivas que trate dos jovens, foi apenas na década de 1990 que esses elementos foram tomando formas, assim, anteriormente às investidas do governo outras instituições já se interessavam por isso (ONG’S, associações, etc.) e esses projetos em grande medida eram destinados aos adolescentes em situação de rua e envolvimento com drogas. (ABRAMO, 1997).

⁵⁴ O tratamento de problemáticas sociais não nos coloca em reforçar monoliticamente o “problema”, não temos este intuito, pois pensamos que há recortes de pesquisas e estes estão em consonância com o pano de fundo do momento em que são construídos. Mas temos a ciência de que um conjunto de preconceitos já foram reverberados em trabalhos acadêmicos em diversas áreas das ciências. Conforme apontou Coelho (2005) acerca de uma tendência nos estudos da criminalidade nas ciências humanas em associar crime à pobreza. Desta forma, não temos o intuito nesta dissertação em reafirmar estigmas, e sim compreender os processos na conjuntura sócio-histórica que demarcaram os adolescentes em elementos punitivos. Temos a ciência de que há outros segmentos de cultura dos jovens e suas práticas, ainda, a necessidade de não homogeneizarmos a categoria, pois as instituições e relações são complexas e diversificadas, dessa forma, precisamos tomar cuidados com generalizações, mas ao mesmo tempo a generalização é uma ferramenta de articulação dos problemas da pesquisa.

⁵⁵ MORRE ÍNDIO ATACADO POR ADOLESCENTES. Folha online, Brasília, 21 abr. 1997. Disponível em<<http://www1.folha.uol.com.br/fol/geral/ge21041.htm>> Acesso em [20 ago. 2017]

A consolidação de Políticas Públicas de Juventude (PPJ) no Brasil é um fenômeno recente e foi fruto de um longo processo das dinâmicas do contexto. Apesar de já haver indicação no ECA a incorporação do vocabulário “juventude enquanto sujeito de direito” só teve maior aceitação no cenário brasileiro a partir do ano de 2005 com a criação de Secretarias e Conselhos Nacionais específicos. (NOVAES,2015).

No cenário construído até o final dos anos de 1980 não havia um recorte específico de demandas da juventude, a ótica do Estado estava fundamentada apenas enquanto o período de passagem e o seu investimento foi concentrado na educação (não foi um sucesso qualitativo real, entretanto, a ampliação do acesso foi notável). Entretanto, para Novaes (2015) não é o intuito negar as demandas participativas como a expostas entre as décadas de 1970 e 1980 de uma crescente participação da juventude em sindicatos (seja na esfera da cidade e do campo) e também reivindicações concernentes à liberdade sexual, elementos ecológicos e igualdade racial.

A Constituição de 1988 assim como o ECA no início da década de 1990 foram importantes parâmetros para mudanças de paradigmas e construção de ações governamentais destinadas a crianças e adolescentes e sendo uma abertura às novas demarcações da juventude posteriormente. (NOVAES, 2006).

No final da década de 1990, conforme indicou Novaes (2015) através da disseminação e início da popularização das ferramentas da tecnologia da informação o pano de fundo foi desenhado de forma distinta, na medida em que demandas dos coletivos com um discurso voltado aos anseios e problemas da juventude foram se articulando e desenvolvendo diálogos, assim, neste período emerge uma demanda real para a construção de “políticas públicas de juventude”. Neste cenário há a construção de espaços institucionais, como a criação dos “Centros de Referência da Juventude” contando com coordenadores e assessoria (assim, há a solidificação dos chamados gestores da juventude), também, há a popularização e até mesmo a valorização de elementos como o hip hop, *brake* e grafite olhada pela perspectiva das ONG's e de espaços governamentais institucionalizados. Há uma soma de fatores que prepararam o cenário: aumento populacional da juventude, os discursos acerca da violência da criminalidade no cenário urbano, o desemprego, tecnologias da informação corroboraram na construção da demanda de políticas públicas que tivessem como marcador a “juventude”.

O ano de 2005 foi basilar às PPJ's, neste período houve a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ - Lei nº 11.129, de 30/06/2005) ligada à Secretaria Geral da Presidência da República tendo como principal função supervisionar e articular os programas destinados aos jovens, do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) fomentadora de

estudos para articulação e criação de ações pública voltadas à juventude, também o Programa de Inclusão de Jovens (Projovem) voltado aos jovens que não tiveram acesso à escola e dificuldades de inserção do mercado de trabalho, assim, oferecendo capacitação via escolarização, profissionalização e prática cidadã.(BRASIL, 2014; NOVAES, 2015). As criações de secretarias e conselhos em 2005 foram um marco legal para ampliação de demandas específicas da juventude e de articulação com a sociedade civil nas esferas do país.

Há uma intersecção entre as categorias nos instrumentos legais. No ano de 2013 emerge um novo instrumento regulador intitulado Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) para regulamentar as políticas públicas e os direitos e garantias destinadas aos jovens de idade entre 15 e 29 anos, conforme consta no Art. 1º da Lei supracitada § 2º : Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se o ECA, assim, o estatuto atua de forma excepcional para esta faixa quando não houver conflito com as normas estabelecidas na legislação específica.

Segundo Novaes (2015) a ampliação da terminologia da juventude enquanto sujeitos de direitos atuou e foi atuada em um espaço que ajudou a articular elementos universais de direitos com demandas internas nacionais da juventude, seja atrelado a programas governamentais no diálogo com a sociedade civil, seja consagrando necessidades específicas ou elaborando pontos a serem consagrados. Novaes (2015) indica que apesar de isso representar uma conquista ainda há um caminho a ser percorrido para chegar na eficácia efetiva. Desta forma, há a necessidade de maior comunicação entre os mecanismos institucionais das esferas Federais, Estaduais e Municipais para efetivamente atender a demandas específicas seja via educação ou ainda da proteção no mercado de trabalho que carrega em seu bojo precariedade e inseguranças. Também, a solidificação de suas bases para além dos governos situacionais, ou seja, em alterações de gestões com as eleições há a ruptura constante com planos a médio e longo prazo. Ou ainda, se pensarmos em investimentos diretos destinados às segmentações governamentais voltados à juventude que precisam ser expandidas.

A tradição de intervenção governamental destinada a crianças e adolescentes em situação de pobreza ainda coexiste com os novos discursos mais amplos de sujeitos de direitos.

Numa primeira visão panorâmica, pode-se verificar que a maior parte dos programas desenvolvidos por estas instituições dividem-se em dois grandes blocos, todos eles visando dirimir ou pelo menos diminuir as dificuldades de integração social desses adolescentes em desvantagem: programas de ressocialização (através de educação não-formal, oficinas ocupacionais, atividades de esporte e “arte”) e programas de capacitação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho (que, muitas

vezes, não passam de oficinas ocupacionais, ou seja, não logram promover qualquer tipo de qualificação para o trabalho). É necessário notar, porém, que em parte considerável desses programas, apesar das boas intenções neles contidos, o que se busca, explícita ou implicitamente, é uma contenção do risco real ou potencial desses garotos, pela seu “afastamento das ruas” ou pela ocupação de “suas mãos ociosas”. (ABRAMO, 1997, p.26).

É notável que boa parte da tentativa de elaboração de políticas públicas no cenário nacional para adolescentes pobres está atrelada a uma criminalização da pobreza, na medida em que coloca bases policiais de atuação em projetos que seriam sociais. Por exemplo, uma pesquisa atual desenvolvida por Kulaitis (2017) acerca da visão sobre a juventude em Políticas de Segurança Pública no Brasil, ao analisar os documentos institucionais do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) coloca como a equação pobreza, juventude e crime estão atreladas no discurso que prega uma previsibilidade de carreiras criminosas, assim, a legitimidade da ação policializada na abordagem de jovens. Ou ainda, olhando para o passado se recortarmos a construção do termo *menor* há a indicação da sua representatividade para abordarmos um dos pontos de tratamento de crianças e adolescentes no Brasil, que paradoxalmente, conforme apontou Bodê de Moraes e Pescarolo (2008) na medida em que cria uma categoria interna da juventude ao mesmo tempo a nega.

Não temos o intuito de realizar um levantamento extensivo das tematizações acerca da adolescência, pois demandaria até mesmo a entrada em outros campos como o da psicologia, da medicina e da pedagogia, entretanto refletir acerca do pano de fundo a partir do ano 2000 é importante, pois há um conjunto de discussões seja do prolongamento da adolescência no seu “começo” e no seu “fim” (GROSSMAN, 2010) fruto de marcas da contemporaneidade, de valorização do consumo, precarizações trabalhistas, deficiências em políticas de bem-estar social, dentre outros pontos. Entretanto levantamos a hipótese de que as dicotomias construídas em décadas passadas permanecem, como: conforme apontou Abramo (1997a) acerca da juventude desviante por vias da exclusão social ligados com crime, drogas e abandonados: aqui há o fortalecimento da dicotomia do jovem que ao mesmo tempo é indefeso por ser fruto da conjuntura excludente em que vive e do outro lado representar um perigo como promotores pragmáticos da dissolução social.

Atualmente possuímos uma gama de pesquisas importantes nas ciências humanas que exploram os elementos da adolescência da juventude de forma complexa e heterogênea em suas relações e enquanto sujeitos, sociabilidades que vão além das instituições escolares e

familiares⁵⁶. Reconhecemos a importância destas abordagens, entretanto, devido ao recorte da dissertação nos focamos em uma discussão de problematização de estigmas paradoxais da visão acerca dos adolescentes e dos jovens, ainda marcamos como um dos objetos os campos jurídico e político para pensarmos nos marcador via idade biológica para imputação penal, entretanto, somos estatutários de que os adolescentes são ativos e estão inseridos em um conjunto de sociabilidades e possuem opiniões ricas para recortamos um tipo de compreensão da realidade social.

⁵⁶ Por exemplo as abordagens etnográficas de contextos múltiplos desenvolvida por José Machado Pais “Lazeres e sociabilidades juvenis — um ensaio de análise etnográfica - Ensaio publicado em 1990. No contexto brasileiro podemos indicar também a Helena Wendel Abramo *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Editora Scritta, 1996. Também a pesquisa a pesquisa comparativas de culturas e sociabilidades juvenis de diferentes locais, como a desenvolvida por SALLAS (2014) entre jovens do Brasil e do México. Há vastos exemplos que podem ser elencados dependendo do recorte, seja relacionado à saúde, trabalho, sexualidade, relações e construção de identidades.

4. A MORAL E O LEGAL ATRAVÉS DA ÓTICA DURKHEIMIANA

Levantamos o pressuposto de que a idade biológica definida para imputação penal está no tocante de diversos *campos*. Neste capítulo recortamos o campo jurídico como um dos espaços produtores e reprodutores de um conjunto de dinâmicas sociais, entretanto, não temos o intuito de reificar o direto, pois, as leis em si não são autossuficientes, a sociedade é muito complexa. Pensamos em vias do direito enquanto um tipo de *fato social* e assim, objeto sociológico. Além do marcador jurídico queremos discorrer acerca do marcador moral em consonância com os códigos. Desta forma, abordaremos via análise sociológica a questão da idade biológica para imputação penal em termos do campo legal e da reflexão via Durkheim da articulação entre Direito e moral.

Partiremos de uma discussão acerca das distinções e conexões entre estes dois elementos, adotamos a ótica Durkheimiana⁵⁷, pois, segundo Weiss (2011) às contribuições de Durkheim acerca do conhecimento sobre a moral, representaram uma *revolução copernicana*⁵⁸, porque adentrou na moral de forma diferente de todos os outros, apontando que ela é um emaranhado complexo que advém da coletividade e se a reduzirmos a individualismos, idealismos e materialismos acabamos tendo um conhecimento ilusório.

Durkheim viveu entre o período de 1858 a 1917 na França e vivenciou um conjunto de elementos históricos profundos, como a Primeira Guerra Mundial, alterações políticas, sociais e culturais, dinâmicas industriais, os planos familiares e religiosos passaram a ocupar espaços distintos na sociabilidade e a partir destes novos elementos o Estado buscava promover uma reforma moral baseada em um Estado laico via educação pública. (ALBUQUERQUE, 2011). Ao discorrer sobre a moral também a conectou a necessidade das novas dinâmicas no contexto escolar que estava em larga expansão na França do século XIX, no sentido de que esta instituição teria um papel fundamental na integração das crianças à sociedade (DURKHEIM, 2015) e também indicava a necessidade de uma moral laica no contexto escolar (DURKHEIM, 2012), assim, moral e educação andam juntas:

⁵⁷ Temos a ciência de que o contexto de produção de Durkheim era outro e não queremos realizar um anacronismo histórico. Entretanto, suas contribuições o constituíam em um clássico, fornecendo chaves de leituras para elementos que ainda são discutidos no âmbito sociológico. Ainda, consideremos que o contexto histórico em que viveu estava em consonância com a edificação mais visivelmente demarcada das categorias criança e a da adolescência a partir da ótica do sistema escolar, como espaço classificatório.

⁵⁸ A discussão da moral permeou toda a trajetória de Émile Durkheim de forma direta e indireta e ele travou um conjunto de debates complexos com os pensamentos acerca da moral vigentes na época: como os utilitaristas que apontavam elementos de ações guiadas por gozos individuais de ascensão material e simbólica. Também debateu com os elementos vigentes do kantismo que davam ênfase elevada a um idealismo que acabava produzindo um conhecimento errôneo e esquemas gerais que não davam conta da realidade (WEISS, 2011).

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que não estão ainda maduras para a vida social. Tem por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais, que requerem dela, tanto a sociedade política em seu conjunto, quanto o meio especial ao qual ela é mais particularmente destinada... Resulta da definição acima que a educação consiste em uma socialização metódica da jovem geração” (DURKHEIM, 2015, p. 14).

A moral é um bem e ao mesmo tempo um dever que possui um conjunto de elementos que a tornam tão complexa, a conexão entre ambos é realizada no plano da coletividade, que nos coloca no estatuto de ser parte de um todo muito maior, a sociedade. Não há uma sociedade que possa viver sem moral, ela é substancial e obrigatória (DURKHEIM, 1999), porém, não são universais e únicas, pois há situações sociais que são conduzidas por determinada regra moral que a compõe. Durkheim (2012) conecta essas colocações no decorrer da crítica aos moralistas⁵⁹ que acreditaram que há apenas uma moral para todas as situações.

Já a respeito do campo do conhecimento jurídico, Durkheim foi destaque em criticar as escolas criminológicas italianas (determinismos calcados na justificativa de atributos inatos a desvios) e a alemã (apesar desta última ter contribuído para anexar elementos do conhecimento positivo na leitura do direito articulando com a moral, porém, teve uma visão restrita do direito como uma coação una e determinista e uma diferenciação vulgar entre direito, moral e costumes, por exemplo). (ALBUQUERQUE, 2011). Desta forma, a partir deste estatuto há a colocação de que leis são *atos sociais*, deste modo, objeto legítimo da sociologia, que têm como característica ser exterior aos indivíduos, opera independente de vontades individuais, são coercitivos e gerais, é perpassado via educação e internalizado ao longo do processo de socialização. (DURKHEIM, 2002).

4.1. A Moral em Émile Durkheim e suas contribuições

Durkheim (2002;2006;2012) propõe que tratemos a moral de forma distinta das abordagens filosóficas calcadas em idealismos, utilitarismos e racionalismos de forma superficial. A moral é muito mais complexa e não pode ser olhada por vias do advento apenas do plano das ideias, utilidade material, inclinações individualistas, muito menos apenas pela perspectiva da dominação monolítica ou de uma coerção una. Ela precisa ser tratada pelo viés

⁵⁹ Durkheim trava um debate contínuo com as ideias do utilitarismo e do kantismo que simplificaram a moral e propõe uma teoria moral sociológica para que haja o rompimento com essas visões simplistas, assim havendo a necessidade de olharmos para o que a moral é e não o que deveria ser. WEISS (2011).

científico, mais especificamente através da ciência positiva, vê-la enquanto um *fato social* e observar para que haja uma compreensão plena da moral.

Para Durkheim (2012) a moral é um bem e ao mesmo tempo um dever e a sociedade atua na conexão entre ambos, pois, eles estão acima dos anseios individuais. Ambos estão inseridos na mesma realidade e um não pode atuar separadamente de forma monolítica do outro, pois não existe apenas o dever pelo dever, ou o bem pelo bem, entretanto, são componentes distintos e a maneira de articulação opera de forma e intensidade diferentes conforme a sociedade e o contexto temporal.

A moral consiste sinteticamente em um conjunto de práticas de caráter obrigatório, a condução dela em nossas vidas opera de forma inconsciente, porém, isso não significa que na visão de Durkheim (2002;2012) que ela não seja estatutária de mudanças, bem pelo contrário, é na base moral que residem as grandes mudanças sociais que são processos lentos e complexos. A moral constitui o elemento de fazer parte de um todo, assim como a religião.

A moral não é construída por indivíduos em uma perspectiva de gozo individualista, ela é construída na coletividade e para ela. Essa coletividade serve também, ao contrário do que o senso comum e algumas ditas ciências apontam, para proteger o indivíduo. Assim, o que é construído nas regras da coletividade são coerentes com o contexto social, temporal e histórico, o indivíduo egoísta que não opera pela moral sofre sanções e ao mesmo tempo busca pelo infinito que nunca alcançará, assim, uma das “utilidades” da moral é apontar limites. Ela é nosso limite necessário, apresenta barreiras que não são de ordem material e sim uma camada que não enxergamos e é altamente eficiente, ela não advém de elementos individuais e naturais, pois se fosse assim ela nem seria necessária. (DURKHEIM, 2012).

Não é o intuito homogeneizar de forma trivial as consciências, porém, também possuímos uma consciência coletiva que desenha as sanções, e ela não é produzida por indivíduos. As pessoas sentem essas sanções e é no domínio dos símbolos que captamos a exteriorização da mesma. (DURKHEIM, 2002) Esse domínio simbólico é fundamental para pensarmos na articulação pelo viés científico da moral e do legal, as leis podem ser um dos objetos sociológico enquanto elemento simbólico, porém, não é a lei em si, e sim uma observação complexa, pois, leis são produzidas na coletividade e são fruto de um contexto e de um conjunto de condições.

A moral é inconsciente pois possui regras internalizadas, sanções e um elemento que não pode ser negado é que ela é “um bem”, amamos a moral porque está acima de nós, aqui reside o conceito de autoridade. (DURKHEIM, 2012; WEISS, 2011.) Há três elementos complexos e ramificados que auxiliam na compreensão da constituição moral:

espírito da disciplina, a adesão aos grupos sociais e a autonomia da vontade: **1) Espírito da disciplina:** A moral possui todas as características de um fato social, ela já está dada na sociedade guia às ações, ou seja, dá regularidade ao ordenamento social. Este elemento atrelado ao da autoridade constitui o espírito da disciplina: “O sentimento de regularidade e o sentimento de autoridade são os dois aspectos de um estado de espírito mais complexo, que podemos denominar de espírito da disciplina.” (DURKHEIM, 2012, p. 49).

Não podemos confundir regras com hábitos individuais, as ações dos laços coletivos constituindo em regras que são exteriores, gerais e coercitivas⁶⁰. No interior das regras temos os elementos da autoridade. “Por autoridade devemos entender a ascendência que exerce sobre nós toda força moral que reconhecemos como superior a nós.” (DURKHEIM, 2012, p. 44).

É a autoridade que prescreve as nossas ações morais, ou seja, não executamos elementos de uma moralidade por um gosto subjetivo ou por disposições inatas. O espírito da disciplina desenha a regularidade em nossas ações, ela já está pré-determinada e existe na medida em há uma autoridade. Essa disciplina não é sinônimo de repressão e sim de auxílio para que haja limites definidos, construindo um autocontrole que não advém de um individualismo calcado no egoísmo e sim na coletividade, nos coloca em um patamar que somos uma parcela de algo muito maior, a autoridade está na sociedade.

2) Adesão aos grupos sociais: é preciso que os homens tenham vontade de uma adesão (vinculação por vias da admiração) à sociedade. Assim, a natureza do indivíduo é diferente da natureza da sociedade, porém, uma não anula a outra, bem pelo contrário, há uma aparente dualidade contraditória que auxilia na formação de ambas. A argumentação de que há uma intocabilidade entre indivíduo e sociedade⁶¹ não representa a realidade visto que:

Muito ao contrário, há em nós uma variedade de estados que exprimem algo que é diferente de nós, a saber, a sociedade; esses estados são a sociedade que vive e age dentro de nós. Sem dúvida ela nos ultrapassa e nos transborda, porque é infinitamente mais vasta que nosso ser individual, mas, por outro lado, nos penetra por todas as partes. Ela está fora de nós e nos contém, mas ela também está em nós

⁶⁰ Tudo o que depende unicamente do indivíduo pode ser visto como um projeto, porém, aquilo que não depende apenas de um anseio individual é uma regra.

⁶¹ A mentalidade dos indivíduos é constituída por uma conjunção complexa entre ideias, práticas e sentimentos que advém da sociedade, constituindo o que é de mais significativo em nós interiormente e na condução de ações. Ou seja, aqui reside a importância em “separar” o indivíduo da sociedade, não porque eles não se tocam e sim porque há uma conexão forte na constituição individual que advém de elementos sociais, assim, essa separação é pertinente para não tomarmos os fatos sociais a partir de colocações internas e subjetivas. Para além de uma ideia de objeto científico, também há a colocação de que os seres egoístas vivem como se estivessem no todo e não pensam por vias de laços, ato este, impossível em sua plenitude prática, isso gera sofrimentos e conflitos negativos presentes em sociedade desintegradas.

e, por causa de boa parte de nossa natureza nos confundimos com ela. (DURKHEIM, 2012, p. 82).

Não há uma sociedade que possa viver sem moral, ela é substancial e obrigatória (DURKHEIM, 1999), porém, não são universais e únicas, pois há certas situações sociais que são conduzidas por determinada regra moral que a compõe. Durkheim conecta essas colocações a retomada da crítica aos moralistas que acreditaram que há apenas uma moral para todas as situações. (DURKHEIM, 2012).

Não há um grupo único na sociedade, vivemos em um conjunto de grupos e podemos operar nessa multiplicidade sem abrir mão de nenhuma. Assim, é colocado que por exemplo, família, pátria e humanidade, não precisam haver exclusões, ambas operam interconectadas constituíam bases para a evolução social, suas particularidades são fundamentais na execução de papéis em determinados contextos. Assim, para Durkheim (2012, p.85): “o homem não é moralmente completo se não for submetido a essa tripla.” Porém, esses três grupos não possuem o mesmo fim, segundo a visão durkheimiana há uma hierarquia necessária, visto que os fatores da esfera familiar não podem se sobressair em um contexto de fins nacionais, pois aquela está conectada mais intimamente a uma individualidade que pode acabar ocultando interesses pessoais, já a dimensão de nação é um bem maior, a coletividade, desta forma, a família é uma peça secundária do Estado.

Partindo desta colocação entre os grupos há uma reflexão importante acerca de ideais humanos e os ideais nacionais colocando se há a possibilidade da existência de uma moralidade “una” neste debate, visto que os ideais humanos são muito importantes, porém, são amplos e não possuem um corpo uno. Já os ideais nacionais, incluindo a ideia de que não possuímos Estados com moralidades iguais em relação a outros. Os ideais nacionais e humanos se tocam e essa interconexão tem que levar em conta as particularidades contextuais de cada Estado. Os pontos de vista distintos podem ser muito frutíferos para troca de conhecimentos no interior de uma ideia de divisão do trabalho⁶². (DURKHEIM, 2012).

3) Autonomia da vontade: com o auxílio da ciência apreendemos o que os elementos são e como são construídos, através de uma racionalização complexa da moral podemos

⁶² Durkheim coloca essa importância das trocas entre os Estados para finalizar o segundo elemento da moralidade, a adesão a um grupo social. Ou seja, a importância da coletividade, de relações sociais permeia tanto a vida das pessoas quanto ao corpo dos Estados. Porém, em toda a sociedade há uma moralidade maior, que no contexto exposto pelo autor é a que concerne às relações coletivas política (pátria) e é essa moralidade que deve ser ensinada nas escolas, visto que a criança já possui o agrupamento da família, a estou teria o papel mais amplo na construção da autonomia da moral.

compreendê-la e temos que pensar que a moral é obra coletiva. Possuímos uma autonomia⁶³, que até mesmo foi apontada por Kant, porém, separada do mundo da vida e não pode ser vista dessa forma, temos que olhar para a realidade. A autonomia é construída nas relações sociais e querer agir em conformidade com os elementos que estão dados na sociedade é um tipo de liberdade (querer aquilo que é racional), assim, este terceiro elemento apresenta a “inteligibilidade da moral” (DURKHEIM, 2012, p.124).

Porém, precisamos nos atentar com a autonomia, pois para Durkheim, ela não está presente em todas as sociedades, ela só está nas que oferecem condições para que ela se exerça, como: em sociedade complexas, políticas e com divisão do trabalho social. (WEISS, 2011).

Retornando ao elemento da disciplina que permeia todo o debate acerca da moral, Durkheim (2012) não a trata por um viés dicotômico simplista “boa ou má”, ela possui uma utilidade social, porém, não por uma perspectiva utilitarista e sim de que o meio em que vivemos nos dá um contexto de possibilidades, mas, ela de forma isolada não consegue dar conta da complexidade social, pois, não é possível a constituição de uma instituição disciplinadora apenas para satisfazer uma demanda, ela não pode ser estranha aos elementos internos dos indivíduos. Os limites desenhados em uma sociedade têm que estar em consonância com a possibilidade de cumpri-los.

A moral nasce no âmbito social, e para compreender esse elemento é preciso entendermos o que é a sociedade. Ela não pode ser vista como a simples soma de indivíduos e sim: “[...] é preciso que seja um ser *sui generis* com uma natureza especial, distinta daquela de seus membros, e sua personalidade própria diferente das personalidades individuais. Em uma palavra, é necessário que exista, na plena acepção do termo, um ser social. ” (DURKHEIM, 2012, p. 73). Desta forma, agimos moralmente não em causa própria e sim por algo maior, que é a sociedade, isso na acepção científica, porque na acepção teológica esse ser superior é de viés divino. A consciência moral nasce das relações, a associação entre os homens atua nessa troca e construção, calcada no corpo social constituído nas relações.

Em síntese, a moralidade que é um elemento complexo e produzido pela coletividade, pode ser expressa pelo direito em uma sociedade (DURKHEIM, 1999;2006), porém, não

⁶³ Defender a necessidade de autonomia não é defender uma individualidade pelo viés simplista e egoísta, bem pelo contrário, defender a autonomia e defender a sociedade que nos coloca limites e contenções que atuam em um projeto de suprimir a nossa própria natureza (vale apontar que a natureza individual e a social são diferentes, mas esta preenche à primeira atuando na preservação da vida moral) e nos constituir enquanto humanos na constituição da personalidade. Ou seja, não há uma lacuna vazia entre indivíduo e sociedade, e sim uma relação na qual os elementos da coletividade compõem aquilo que há de melhor no sujeito, fazendo com este prefira a sociedade ao invés de si.

podemos abordar os dois elementos enquanto sinônimos e nem de forma determinista. Desta forma, essa seção buscou apontar o conceito de moral em Durkheim de forma introdutória e captando os seus pontos fundamentais de constituição enquanto algo complexo produzida nas relações. No segmento seguinte deste trabalho procuraremos articular os elementos da moral em Durkheim com as leis instituídas juridicamente, que são fruto de uma moralidade.

4.2. Produções jurídicas como objeto sociológico

Conforme apontou Albuquerque⁶⁴ (2011) a conexão entre o pensamento de Durkheim e o Direito muitas vezes ficou fadado em manuais jurídicos a tipologias dos direitos repressivo e restitutivo, conforme o tipo de solidariedade, ou de que as leis são fatos sociais. Porém, há apreensões complexas que podemos fazer entre o pensamento de Durkheim acerca da moral e dos fenômenos jurídicos, principalmente na ideia da desconstrução do direito natural, ou da divisão de um Direito público e um privado de forma una, pois para Durkheim (1999) esse afastamento é errôneo na medida em que todo Direito é público e privado ao mesmo tempo. Também há a desconstrução de que as leis são um corpo instituído por indivíduos no sentido estrito do termo, conectada ao utilitarismo material e fixa universalmente. Assim como a moral, o direito também é mutável e não é universal, na medida em que isso seria um determinismo que empobrece o conhecido acerca de ambos⁶⁵.

Moral e direito não são sinônimos⁶⁶, porém, eles se tocam na sociedade, assim:

A moral tem o mesmo objeto que o direito: também ela tem a função de assegurar a ordem social. É por isso que, assim como o direito, ela consiste de preceitos que a coação torna obrigatórios quando necessário. Mas essa coação não consiste em pressão mecânica externa, tem um caráter mais íntimo e psicológico. Não é o Estado que a exerce, mas o conjunto da sociedade. A força necessária a ela não se concentra em mãos claramente definidas, dissemina-se por toda a nação. Nada mais é que a autoridade da opinião pública que ninguém, no topo ou na base da escala social, consegue evitar. Como não se fixa em fórmulas precisas, a moral é mais flexível e livre do que o direito, e é necessário que seja assim. (Durkheim, 2006, p. 65).

⁶⁴ Albuquerque (2011) trata dos elementos sistematizados por Durkheim que dizem respeito ao direito, moral, religião e o Estado.

⁶⁵ Na obra *As Regras do Métodos Sociológico* Durkheim (2002) discorre acerca do normal e do patológico que contribuíram para a sociologia jurídica e a concepção de normalidade dos crimes. Também há os apontamentos na obra *Da Divisão do Trabalho Social* (1999) em que versa sobre o tipo de solidariedade em uma sociedade e o seu tipo de direito, sendo a de tipo mecânica tendo a presença do direito penal e na mecânica uma multiplicidade (administrativo, civil, dentre outros).

⁶⁶ Albuquerque (2011) aponta em um conjunto de obras de Durkheim que há relação entre moral, religião, direito e economia. Os componentes são diferentes, determinismos não podem ser a chave de leitura, porém, ao mesmo tempo há trocas entre essas diferentes esferas.

Porém, a moral tem leis que são complexas e inerentes a ela mesma, visto que ela é constituída pela coletividade, um determinismo jurídico na constituição da leitura entre leis e moral não diz nada acerca do conhecimento de nenhum dos dois. Entretanto, a moral está conectada com todos os elementos da sociedade, seja a religião, a economia, as leis, ademais cada uma pode ter o seu processo de complexidade diferente. O fato delas não serem iguais não significa que não se toquem, na verdade é o contrário que ocorre.

Conforme apontou Bourdieu (2010) Não podemos pensar o Direito como algo constituído e guiado em si mesmo de forma monolítica, nem como fruto de uma ideologia ou de uma dominação em um sentido estrito, assim, é possível pensá-lo a partir da racionalização constituído por normativa e execução desenhadas em uma hierarquia interna fruto da dinâmica do campo jurídico. Porém, apesar dos campos terem a sua dinâmica interna própria eles podem ser influenciados e influenciarem outros campos. Entretanto, tal processo ocorre de forma complexa e guiado por um conjunto de *habitus* constituídos socialmente. Assim, há autonomia, porém, ela é relativa e pela perspectiva do poder simbólico há uma ideia ilusória de que possui uma autonomia absoluta.

Durkheim (2006) apontou que as leis não podem ser vistas enquanto um produto individual e operando a lei pela lei, na verdade elas são fruto de uma demanda social moral complexa que está situada em um contexto, possui determinadas condições de existência. Porém, sempre é preciso haver a ciência de que a moral é algo maior que as leis, pois nem tudo que é moral precisa estar instituído em códigos legais. Os entendimentos morais constituem os elementos do direito, um código de leis não teria nenhum tipo de autoridade caso a moral fosse contrária a ele. (ALBUQUERQUE, 2011)

Desta forma, como já foi apontado, a moral possui dois elementos sem os quais ela não poderia existir que é o de dever e o de bem. A moral, a religião e as leis estão mais conectadas nas sociedades mais "primitivas", no sentido de que é mais difícil de ver a separação entre elas. Os elementos jurídicos também possuem os componentes que apontam um dever, e ao mesmo tempo são vistos pela sociedade enquanto um bem. (DURKHEIM, 2004). Simplificar direito e coação também é um erro, visto que:

Tal é a finalidade do direito. O meio que permite atingi-la é a coação. Pode-se dizer que sobre esse ponto todos os moralistas da escola que estamos estudando são unânimes: todos fazem da coação a condição externa do direito. Mas existem coações de todo tipo: há as que um indivíduo exerce sobre outro, as que se exercem de forma difusa pelo conjunto da sociedade sob a forma de usos e costumes e da opinião pública, e as que são estabelecidas e concentradas nas mãos do Estado. É esta última forma que assegura a eficácia do direito. (DURKHEIM, 2006, p.62).

A força está presente no Direito, no sentido de operar com delimitações demarcadas, porém, a eficácia do Direito está inserida numa institucionalização/regulamentação via máquina Estatal, assim, o Estado opera na visão de Durkheim como um agente moral que se relaciona com os indivíduos, porém, está acima deles como instância reguladora e mantedora da justiça do bem coletivo. Quanto a “força” que está neste interior regulatório é uma construção, é um fato social que advém da própria coletividade e não em si mesma. Esse elemento não é fixo, ele permuta ao longo do processo histórico e do contexto, exemplo: em golpes de Estado que colocam a força como elemento supremo. (DURKHEIM, 2006). Assim como na moral, o sentimento de desprendimento tem que estar presente também no direito, na medida em que a coação sozinha não produz efeitos.

A visão weberiana, apesar de representar outro tipo de estatuto, também nos auxilia na ruptura com determinismos através da perspectiva da ação social. O Estado Moderno para Weber (2004) é constituído a partir das chaves da autoridade e da legitimidade. Assim, opera enquanto uma comunidade humana que no interior de determinado território é possuidora do monopólio do uso legítimo da força. As relações são construídas na racionalidade na medida em que a legitimidade indica as vozes autorizadas e consentidas ao mando que serão obedecidas pelos dominados. A dominação consiste no encontro da obediência no interior das regras específicas. A tipificação ideal da dominação do Estado Moderno é indicada por Weber como sendo o *racional-legal*, esta é instituída através de Leis, ou seja, há regras claramente definidas que são admitidas e acatadas. A condução deste tipo de dominação é de cunho impessoal e a prática da autoridade conta com o mecanismo burocrático na medida em que há um aparato administrativo hierarquizado que regulamenta a ação social que para Weber é dotada de sentido.

Naturalmente, a subsistência de toda "dominação", no sentido técnico que damos à palavra, depende, no mais alto grau, de auto justificação mediante o apelo aos princípios de sua legitimação. Destes últimos princípios existem três: a "validade" de um poder de mando pode expressar-se num sistema de regras racionais estatuídas (pactuadas ou impostas) que, como normas universalmente compromissórias, encontram obediência quando a pessoa por elas "autorizada" a exige. Neste caso, o portador individual do poder de mando está legitimado por aquele sistema de regras racionais, sendo seu poder legítimo, na medida em que é exercido de acordo com aquelas regras. Obedece-se às regras e não à pessoa [...]. (WEBER, 2004, p.197 e 198).

Bourdieu (2014) conecta os pontos da moral durkheimiana, da produção de sentido weberiana e da dominação em Marx para realizar a sua análise de compreensão do Estado Moderno (MICELI, 2014) incluindo a chave de leitura do poder simbólico.

O monopólio estatal não é apenas da violência física, mas conjuntamente simbólica, componentes também lidos pela chave da legitimidade. O Estado possui os mecanismos de ação social e também de controle e em momento algum ele pode ser analisado pela chave da neutralidade, ele é um espaço de lutas e jogos de poder, entretanto, constitui e é constituído por diversos campos, ele é uma espécie de *metacampo* (BOURDIEU, 2014, p. 363) na medida em que é um campo de poder que influencia/influenciado nas práticas e discursos de outros campos, como: os campos social, jurídico, administrativo e político atuando em sua organização e regulamentação. Entretanto, não é o intuito reificar o Estado ou olhá-lo monoliticamente como um espaço de reprodução da classe dominante, pois ele é um campo de lutas, conflitos e demandas por alterações de cunho social, o Estado faz os agentes e ao mesmo tempo é feito por eles, entretanto, ele é um campo de difusão moral e de práticas de compartilhamento de entendimento da sociedade.

Os componentes jurídicos presentes em uma sociedade são fruto de uma dinâmica maior que está na coletividade. Assim, analisando o direito podemos captar elementos da solidariedade social. Porém, Durkheim não nega que nem tudo que há na sociedade acaba se transformando em códigos jurídicos, há elementos que não têm essa necessidade, a sua determinação ocorre no plano dos costumes, porém, há outras que chegam ao patamar de uma regulamentação calcada em leis. Nessa última que importa na análise, visto que o direito advém também dos costumes, quando há divergências entre leis e costumes é porque estamos diante de um caso patológico. (DURKHEIM, 1999).

O Direito depende, portanto, simultaneamente de causas objetivas e de causas subjetivas. Ele não se relaciona apenas ao ambiente físico, ao clima, número de habitantes, etc., mas até mesmo a preferências, ideias, à cultura da nação. É a razão de ele ser variável, de tornar obrigatório num lugar o que é proibido em outro. (DURKHEIM, 2006, p. 56).

A conexão realizada neste trabalho foi no sentido de que a chave de leitura de Durkheim acerca das leis como objeto da sociologia é muito rica, na medida em que controlamos uma ideia determinista de leis em si mesmas, e a utilizamos enquanto um símbolo exterior de algo maior, a moral, que é constituída pela coletividade.

Podemos dizer, pois, de maneira geral, que a característica das regras morais é que elas enunciam as condições fundamentais da solidariedade social. O direito e a moral são o conjunto de vínculos que nos prendem uns aos outros e à sociedade, que fazem da massa dos indivíduos um agregado e um todo coerente. (DURKHEIM, 1999, p. 420).

Em suma, essa articulação entre a moral e o legal é muito rica para pensarmos que "o direito é um fenômeno sociológico" (DURKHEIM, 2006, p. 53), porém, precisamos ir além

das noções aparentes em letra de lei, assim como a moral precisamos conhecê-lo sociologicamente, através da observação complexa, renunciando a elementos subjetivos e o tratando enquanto um fato social, atentando às articulações de diversos elementos sociais que estão no plano da moral.

Acreditamos que esta conexão pela ótica durkheimiana entre a moral e as leis pode ser um tipo de chave de leitura para problematizarmos a temática recorrente na sociedade atual: a idade definida para imputação penal.

No interior desse debate há de um lado a perspectiva de categorização do que é ser criança e adolescente, ou seja, as formas como os papéis sociais foram definidos tendo como sustento a idade biológica não está fadada a uma característica natural e sim social, pois, mudou ao longo dos processos históricos e é diferente conforme a sociedade em que opera. Desta forma, é necessário desnaturalizar, pois a categoria idade não é universal ela é construída na relação, a marcação dela através de números não está presente em todas as sociedades, esta idade cronológica numérica surgiu na França no século XVI em um contexto de registros paroquiais (ARIÈS, 1981). Ademais há a perspectiva da juventude enquanto um *problema social* (LENOIR, 1998) refletindo na necessidade de sanções que advém de um conjunto de conhecimentos legitimados socialmente e mutáveis, ou ainda, olhar para um agrupamento de pessoas apenas pelo viés da idade biológica empobrece a pesquisa visto que os sujeitos são heterogêneos e possuem marcadores também ligados à raça, classe, e gênero. (BOURDIEU, 1983).

4.3. O campo jurídico como representação social: análise da idade biológica para imputação penal nas Leis no Brasil

Discorrer acerca da idade biológica para imputação penal no Brasil reside na questão de que as leis são símbolos que podem auxiliar a captar sanções (DURKHEIM, 2002). A categoria idade não pode ser vista apenas pelo viés biológico, a moralidade que define papéis, modos de agir inconscientes, marcadores de trajetórias no plano da ação e do simbólico, o estatuto de como indivíduos são tratados pela lei conforme a idade definida para imputação penal são construções coletivas. Tanto a moral quanto o direito têm o estatuto de assegurar o ordenamento social (DURKHEIM, 2006) e ambos são passíveis de alterações e novos delineamentos fruto das condições na qual estão inseridas, ainda, é pertinente colocar que as alterações morais, em condições normais, são processos complexos e lentos e estão inseridas em um contexto.

Partindo destes elementos levantamos o estatuto das produções jurídicas enquanto objeto sociológico a partir da perspectiva de que a Ciência do Direito que Bourdieu (2010) propõe de forma complexa e rigorosa toma o direito como objeto e rompe com duas perspectivas: a do formalismo e do instrumentalismo. Sendo a primeira a perspectiva de que o direito é um espaço autônomo dos outros elementos da sociedade, já a segunda é de que o direito é unicamente um instrumento utilizado pelos dominantes. Esses apontamentos são constitutivos da tentativa de juristas ora do desprendimento e ora da super-valorização do campo jurídico acerca do espaço social, assim, há uma tradição em colocá-lo em um patamar de produção universalizante e de neutralidade.

O campo jurídico é visto neste trabalho como objeto sociológico, assim precisamos contextualizá-lo historicamente e culturalmente e ir além de um estatuto de causa e efeito ou dominação monolítica. Desta forma, inicialmente vale frisar que cada sociedade tem uma forma de organizar os elementos entre o “é” e do “deve ser”, a chamada sensibilidade jurídica⁶⁷ (GEERTZ, 2008) e enquanto ciência precisamos nos atentar para a distinção entre estes elementos, pois o direito opera como normativa: como os elementos devem ser, já a Ciência do Direito opera na análise de como as coisas são. (TROPER, 2008).

Bourdieu (2010) propõe que situemos o direito de forma mais complexa e com sua devida contextualização histórica, pois o mesmo é fruto de um momento e um local social específico. Através do conceito de *campo jurídico* ele aponta a dinâmica interna deste espaço que possui um conjunto de lógicas próprias, hierarquias e de espaços de disputa pela produção da verdade. Porém, isso não significa que ele é autônomo em sua totalidade, pois ele atua com permutas com outros campos, como o social por exemplo:

O campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um corpus de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social. (BOURDIEU, 2010, p.212).

O monopólio interno dos preceitos jurídicos é um terreno de disputas e jogos de poder, assim, ele não é neutro e nem universal, possui mecanismos de exclusão do que estão “de fora” deste campo, devido a um processo de racionalização dos seus códigos internos.

⁶⁷ É um complexo de caracterizações e suposições construídas no local, e as ocorrências reais são externalizadas através de imagens. Segundo Geertz (2008) toda a sociedade tem os seus mecanismos de organização entre o “é” e o “deve ser”, porém, as formas de transmissão de controle são variadas.

Utilitarismos não cabem na explicação acerca dos símbolos e práticas na perspectiva legal e também não podemos olhá-lo enquanto um elemento separado da moralidade, política, economia e do contexto local e temporal do seu desenvolvimento, tais elementos podem apontar pontos mais profundos e estruturais da sociedade quando devidamente observados, situados e problematizados.

O *campo jurídico* é um tipo de espaço de representação social rico, complexo e de suma importância para a compreensão da estrutura e de relações sociais, assim, a sua apreensão pelo viés científico, seja através das ciências sociais ou da Ciência do Direito, sendo que aquela contribuiu fundamentalmente na construção da última. Tal apontamento não tem como objetivo colocar o direito como um corpo unilateral e autônomo em sua totalidade, bem pelo contrário, sua atuação e a conexão com outros campos sociais é diverso, é importante e possui um contexto espacial e temporal que deve ser analisado. O direito pode nos mostrar uma parte do que há, mas não o todo, é necessário pensar em uma articulação de diversos elementos sociais. (DURKHEIM, 1999).

Desta forma, este campo é um tipo de espaço de produção da verdade, tanto em nível prático quanto discursivo, que possui um conjunto de lógicas próprias e disputas internas, porém, ele toca e é tocado por outros campos, como: cultural, econômico, político, dentre outros. Conforme apontou Bourdieu (2010, p.237):

O direito consagra a ordem estabelecida ao consagrar uma visão do Estado, garantida pelo Estado. Ele atribui aos agentes uma identidade garantida (...) O direito é, sem dúvida, a forma por excelência do poder simbólico de nomeação que cria as coisas nomeadas e, em particular, os grupos; ele confere a estas realidades surgidas das suas operações de classificação toda a permanência, a das coisas, que uma instituição histórica é capaz de conferir a instituições históricas.

Não podemos esquecer das condições sociais em que opera um tipo de campo jurídico. O processo de categorização do mundo é fruto de uma estrutura estruturante e ao mesmo tempo estruturada, ou seja, produzida na coletividade conforme o delineamento histórico, há papel para o sujeito aqui, há estruturas de pensamento, porém, há limites contextuais práticos simbólicos nessa construção que são pré-existentes. Desta forma, há esquemas simbólicos de construção do mundo, de representações conforme um conjunto de esquemas que estão adequados a estrutura social. Aqui reside a construção da “universalidade prática do oficial” (BOURDIEU, 2010, p. 238), a *doxa*, os elementos que apontam uma visão dos “dominantes” como sendo a certa/aceita/a ser alcançada. As formações de categorizações apontam visões de mundo e classificações.

Desta forma, um dos intuitos deste trabalho é realizar um levantamento de um conjunto de condições para realizarmos uma reflexão de cunho sociológico acerca da idade biológica para imputação penal no cenário nacional, porém, não temos como intuito reificar o direito, e sim de que ele é um tipo de representação da realidade social e na medida em que o conectamos de forma complexa a conjuntura histórica, social e cultural podemos dar conta de problematizar pressupostos pertinentes. Desta forma, realizamos um arrolamento das principais leis e decretos tendo como recorte a idade biológica para imputação penal no Brasil para captarmos um conjunto de discursos indicativos e representativos para problematizarmos a realidade social.

4.3.1. Arrolamento de dispositivos legais no Brasil tendo como recorte a idade biológica para imputação penal

Partindo das considerações articuladas entre legal e moral a partir da ótica do *campo jurídico*: como um tipo de espaço complexo de construção de práticas e discursos realizamos o arrolamento das principais Leis e Decretos no cenário brasileiro tendo como recorte a idade biológica mínima para imputação penal. Desta forma, levantamos a hipótese de que tal temática transita entre os terrenos da moral e do legal, do campo político (além de outros campos) na medida em que o marcador biológico (apesar de em um primeiro momento aparentar ser singularmente natural, ele é social) mudou ao longo do processo histórico, e conforme a sociedade e o contexto em que opera.

Atualmente temos a idade definida para imputação penal de 18 anos, porém, através do ECA há mecanismos intitulados de socioeducativos e de proteção para abarcarem os adolescentes que cometeram crimes e atos infracionais e em contrapartida temos propostas de Emenda à Constituição para redução desta idade, assim, é notável um conjunto de jogos de disputa simbólicas, práticas e discursivas que transitam ao mesmo tempo no terreno da moral e dos campos jurídico e político. Temos como intuito através do arrolamento desses textos legais compreender como estes dispositivos ao longo do processo histórico marcaram a idade mínima para responsabilização penal.

No Período colonial vigorava no Brasil a lei do território português, as Ordenações Afonsinas e posteriormente as Manuelinas: “Nenhum dos dois ordenamentos chegou a ser eficaz em Portugal, quanto mais em suas colônias. ” (AZEVEDO,2007,p.4). De 1600 a 1830 as ordenações jurídicas eram denominadas de Filipinas, que era marcada por punições severas (AZEVEDO,2007) o indivíduo com menos de 17 anos não poderia sofrer apenas pena de

morte “natural⁶⁸”, porém, quem julgava deveria indicar outra pena dependendo da malícia do praticante. Entre os 17 e 20 anos o critério para o tipo de pena era o mesmo: a malícia. O juiz tinha autonomia na análise da aplicação e das atenuações das penas.

Em 1830 via Decreto é executado o Código Criminal do Império do Brasil apontando que não se julgarão criminosos os indivíduos com menos de 14 (quatorze) anos, entretanto, conforme consta no Art. 13: *“Se se provar que os menores de quatorze anos, que tiverem cometido crimes, obraram com **discernimento**, deverão ser recolhidos às casas de correção, pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda á idade de dezessete anos.”*(BRASIL, 1830. Grifo nosso).

Já quanto às circunstâncias atenuantes há dez tipos, porém, devido ao teor do trabalho recortamos apenas as seguintes: *“Ser o delinquente menor de vinte e um anos. Quando o réu for menor de dezessete anos, e maior de quatorze, poderá o Juiz, parecendo-lhe justo, impor-lhe as penas da cumplicidade.”*(BRASIL,1830). A pena que não poderia ser imposta em hipótese alguma aos menores de 21 anos, conforme aponta o artigo nº 45 é a pena de galés (trabalho forçado).

A partir da instauração do Regime Republicano houve a construção de um novo Código Penal que foi publicado em 1890, porém: “[...]pouco inovou no que dizia respeito à menoridade e a sua imputabilidade.” (SANTOS, 2010, p.215). Através do Decreto nº 847 há a promulgação do “Código Penal dos Estados Unidos do Brasil”. No Artigo 14 é apontado que não são criminosos os indivíduos menores de 9 anos, porém, quando a idade for entre 9 e 14 anos de idade o critério aplicado para imputação criminal é o **discernimento**.

Art. 30. Os maiores de 9 anos e menores de 14, que tiverem obrado com discernimento, serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que ao juiz parecer, contanto que o recolhimento não exceda a idade de 17 anos.(BRASIL, 1890)

Ou seja, há a manutenção do critério do discernimento, porém, há a inclusão do preceito da responsabilidade, na medida em que apenas o menor de 9 anos poderia ser considerado irresponsável, entre os 9 e os 14 anos haveria a avaliação de um juiz para captar o discernimento.

A “inovação” deste código é a criação das chamadas Casas de Recolhimento ou das Colônias Correcionais geridas pelo Estado⁶⁹, fruto da demanda de juristas, autoridade e em

⁶⁸ Por enforcamento e pelo fogo, também havia a chamada morte natural para sempre, que da mesma forma era feita por enforcamento, porém, o corpo ficava pendurado apodrecendo. (ROLIM,2008)

⁶⁹ No século XIX já havia institutos privados de recolhimento de menores, como os situados em São Paulo: Liceu do Sagrado Coração de Jesus e o Abrigo Santa Maria que tinham caráter religioso e de ensino técnico destinados em sua maioria para os filhos de operários e comerciantes, porém, também poderiam receber

certa medida da opinião pública para que houvesse espaços separados para os menores dos adultos (seja pelos abusos sofridos ou pela má influência, aumento estatístico da criminalidade e do elevação dos meninos em situação de rua que geravam um conjunto de pânico na população) os meninos que habitavam o espaço urbano em sua maioria eram presos pelo crime de “vadiagem”, além do mais, essas instituições pregavam a chamada pedagogia do trabalho, na medida em que o ócio não era condizente com a tentativa de uma nova roupagem das cidades emergentes de um regime produtivo voltado à indústria e ao comércio em larga escala. (SANTOS, 2010).

Porém, o Código Penal colocava que não havendo instituição própria para os menores eles poderiam ser colocados em instituições normais. Tal elemento segundo Santos (2010) apresenta um enorme descompasso entre a lei e as bases materiais do Estado.

Tanto no Código do Império quanto no da República a indicação da “capacidade de discernimento” era o fator marcador da aplicação da pena e tal elemento gerava um conjunto de polêmicas, pois, havia inconstância e subjetividade neste marcador. As famílias de adolescentes que eram considerados responsáveis e que obraram com discernimento fazia de tudo para indicar a incapacidade mental de seus filhos perante o juiz. “A definição mais corrente pregava: “o discernimento é aquela madureza de juízo que coloca o indivíduo em posição de apreciar com retidão e critério, as suas próprias ações.” (VIEIRA, 1906, apud, SANTOS, 2010, p. 217).

Na década de 1920 o Decreto nº 16.272, de 20 de Dezembro de 1923 que versava sobre a regulamentação, assistência e proteção aos “menores”, porém, que foi consolidado em 1927 através do Código de Menores Matos Leão⁷⁰. Assim, este decreto aponta que:

*O menor de 14 anos que que cometeu, ou seja, cúmplice de crime ou contravenção não será submetido a processo penal, apenas será **registrado, inclusive haverá registro das condições, físicas, mentais, econômicas e sociais**. Já quando a pessoa tiver a idade entre 14 e 18 anos será submetido a processo especial levando em consideração os apontamentos anteriores.* (BRASIL, 1923, grifo nosso)

Em 1927 há o primeiro Código de Menores (Decreto 17.943-A, de 12-10-1927, Código Mello Matos) que veio com o intuito de regular todos os âmbitos da vida dos menores de 18 anos, seja acerca dos crimes e contravenções, trabalho, lazer, a estrutura dos institutos

adolescentes incriminados judicialmente a partir da solicitação do Estado e de seu subsídio, porém, as instituições não acolhiam estes jovens marcados, havia muita relutância, foi neste cenário e também a partir de demanda de juristas e autoridades que surgiram as instituições públicas de recolhimento. No seu bojo estava um discurso de proteção e educação para conter os criminosos do amanhã e para que houvesse uma separação entre estes jovens e os adultos criminosos. (SANTOS, 2010) Ainda, essas instituições foram fixadas no Código Penal do Brasil, entretanto eram de âmbito Estadual, tendo estatutos próprios.

⁷⁰ Entre 1890 até 1923 houve um conjunto de projetos e decretos discorrendo acerca da punição e o marcador da idade biológica, porém, focamos neste primeiro decreto e no código de menores, pois, os textos são semelhantes.

disciplinares, assistência e proteção aos menores⁷¹, dentre outros⁷². O termo “menor”; fixou em 18 anos a idade para imputação penal; versou concomitantemente sobre os delinquentes e abandonados.

Entre os 14 e os 18 anos: **submetido a um processo dito especial tendo coletado suas informações físicas, mentais, morais e econômicas e também de seus pais**. Esse uso dos registros e sua aplicabilidade via conhecimentos e classificações pode ser problematizado através das contribuições de Foucault (1997) acerca dos mecanismos disciplinares construídos no contexto Iluminista no cenário europeu, ou seja, de ascensão da burguesia, a criação dos chamados corpos dóceis que estão em consonância com as necessidades econômicas, sociais e políticas do Estado Moderno, para conseguir isso era necessário não apenas controlá-los, mas também registrá-los e captar suas individualidades. Ou ainda, da sistematização de tipos de saberes que constituem verdades aceitas socialmente, na medida em que os mecanismos das tecnologias dos saberes advêm de relações de poder. (FOUCAULT, 1970).

Já quanto aos indivíduos com menos de 14 mantiveram o registro de suas condições. Entretanto, havia a exceção de que se o crime **fosse grave e a perversão moral** fosse verificada pelo juiz o menor de 18 e maior de 14 anos a aplicação do caso seria via código penal (instituição própria preferencialmente).

Neste instrumento legal passou a tratar de forma sistemática questões de controle social Estatal no âmbito dos “menores” que cometeram delitos e os abandonados. (AZEVEDO, 2007). Neste dispositivo é notável a classificação jurídica do termo “menor” cindindo a infância e a adolescência, na medida em que tal termo é empregado às crianças e adolescentes abandonados, ditos delinquentes e vítimas, assim, a conotação foi construída em uma perspectiva pejorativa. (CAVALIERI, 1978, apud, AZEVEDO, 2007). Entretanto,

⁷¹ Um fato que foi noticiado antes da consolidação do Código dos Menores e dado atenção pela opinião pública foi o caso do menino Bernardino de 12 anos que trabalhava como engraxate no Rio de Janeiro em 1926. Bernardino teve um desentendimento com um cliente que não queria realizar o pagamento e acabou jogando tinta no mesmo. Este chamou a polícia e Bernardino foi condenado a mais de um ano de prisão. Esta prisão era com outros condenados, todos adultos. O menino foi violentado e espancado, vindo a falecer. O menino antes de falecer foi resgatado e levado ao hospital e lá relatou os acontecimentos e os médicos repassaram à imprensa. Essas violações eram constantes, porém, nem todas tiveram uma atenção elevada da opinião pública e foi um dos elementos que auxiliaram na criação de espaços separados dos menores que cometiam atos infracionais dos adultos. A história do menino Bernardino faz parte do Arquivo S do Senado Federal. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920> > Acesso em: [09 mar.2017]

⁷² Outro ponto histórico instituído por este código foi a proibição da roda dos expostos: “Art. 15. A admissão dos expostos à assistência se fará por consignação direta, excluído o sistema das rodas.”

conforme apontou Vianna (1999) o Código de Menores apenas classificou juridicamente⁷³ algo que já estava em consonância com os discursos e as práticas policiais anteriores ao período de 1927, via recolhimento e identificação e adjetivação de meninos em situação de rua como os ditos “menores” e ainda o ponto da previsibilidade presente nos registros na medida em que haveria a necessidade de controlar estes criminosos em potencial, ou seja, a previsibilidade justificando as práticas das ações policiais.

Este Código fixou em 18 anos a idade biológica para imputação penal e também versou sobre os delinquentes e abandonados. Porém, entre os 14 e os 18 anos o indivíduo seria submetido a um processo dito especial tendo coletado suas informações físicas, mentais, morais e econômicas e também de seus pais. O Capítulo VII versa sobre os chamados “menores delinquentes” e mantém o texto de que os menores de 14 anos não responderão processo penal em hipótese alguma, porém, serão registrados. Entretanto, a partir das condições sociais conforme apontou no Artigo nº 79 de abandono as crianças poderiam ser colocadas em asilos, casa de educação, escola de preservação ou em guarda de pessoa idônea. Vale o apontamento da exceção colocada no Artigo nº 71:

*Se for imputado crime, considerado grave pelas circunstâncias do facto e condições pessoais do agente, a um menor que contar mais de 16 e menos de 18 anos de idade ao tempo da perpetração, e ficar provado que se trata de indivíduo **perigoso pelo seu estado de perversão moral** o juiz lhe aplicará o art. 65 do Código Penal, e o remeterá a um estabelecimento para condenados de menor idade, ou, em falta deste, a uma prisão comum com separação dos condenados adultos, onde permanecerá até que se verifique sua regeneração, sem que, todavia, a duração da pena possa exceder o seu máximo legal.* (BRASIL, 1927. Grifo nosso).

O Código Penal de 1940 coloca no Art. nº 23: “Os menores de dezoito anos são penalmente irresponsáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial” (BRASIL, 1940). Este dispositivo foi alterado pela Lei nº 7.209/1984 (em vigência), há a manutenção do texto no que concerne à menoridade disposto no Artigo nº 27.

No período ditatorial brasileiro um conjunto de dispositivos foram firmados via Decretos e Atos Institucionais, separamos o Decreto de Lei nº 1.004 de 1969. Com menos de 18 anos de idade é inimputável, porém, há exceção, conforme consta no Artigo 33: “*O menor de dezoito anos é inimputável salvo se, já tendo completado dezesseis anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento. Neste caso, a pena aplicável é diminuída de um terço até a metade.*”

⁷³ Outro instrumento jurídico que Vianna (1999) indica é o da tutela que antes de ser do campo jurídico ascendeu enquanto ponto simbólico que estava arraigado no tipo de relação estabelecida entre policiais e meninos em situação de rua, de classificações homogêneas de indivíduos diferentes, entretanto a sua condição de pobreza o colocava em um estatuto de homogeneidade que necessita de punição e ‘proteção’.

(BRASIL, 1969, grifo nosso). Elementos eram apresentados mediante relatório do juiz de desenvolvimento psíquico do indivíduo e propondo ações educativas para recuperação social.

Ao longo do processo histórico um conjunto de elementos foram tomando novos delineamentos na sociedade, a publicação da Declaração Universal do Direitos Humanos de 1948 e em 20 de novembro de 1959, a Declaração dos Direitos da Criança produzida pela ONU. (SOARES,2003). Após um conjunto de debates e críticas o Código de Menores foi reformulado e em 1979 publicaram a Lei nº 6.697 em substituição ao Primeiro Código da década de 1920, tendo o mesmo recorte da idade biológica do código anterior, também, ainda utiliza elementos pejorativos no atendimento à criança e ao adolescente infratores e abandonados, mas vai além na perspectiva de ampliar o tocante do controle incluindo descrições acerca da perda do pátrio poder, mecanismos de adoção, tutela, trabalho infantil, dentre outros.

Segundo Soares (2003) este código consagrou a Doutrina da Situação Irregular (abarcando da mesma forma o “menor” infrator e o abandonado), apontou um caráter extremamente tutelar conectado a fortes elementos de criminalização da pobreza, assim, através de mecanismos de controle de tipo aberto e generalistas a intervenção Estatal poderia ser utilizada em nome do risco e da moral em perigo, dando amplo poder de decisão ao juiz para além dos elementos jurídicos e penetrando onde as políticas sociais atuam ou inexistem.

Já em um contexto de redemocratização, é promulgada a Constituição de 1988 que mantém a idade para imputação penal: “Art. 228. *São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.*” (BRASIL, 1988)

Em 1990 até os dias atuais temos a Lei nº 8.069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), fruto de décadas de debates acerca dos direitos das crianças e adolescentes no cenário nacional. Tal instrumento legal contém medidas intituladas de socioeducativa para quem cometeu crimes ou atos infracionais (até os 12 anos a medida é chamada de proteção, já a partir desta idade é chamada de medida socioeducativa que conta com uma série de aplicações sanções como a internação em estabelecimento educacional.)⁷⁴

O ECA foi fruto de debates na década de 1980 de movimentos sociais e instituições acerca da demarcação das crianças e adolescentes enquanto “sujeitos de direitos” (BUDÓ,2013) e em contraposição ao modelo adotado pelo Código de Menores. Tal instrumento atua com discursos voltados a perspectiva da proteção das crianças e adolescentes

⁷⁴ Outras medidas que podem ser aplicadas conforme disposto no Art. 112 do ECA: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

enquanto sujeitos de direito (tentativa de ruptura com o abarcamento legal apenas das crianças pobres), também aponta a perspectiva de participação cidadã em conjunto com as esferas estatais. Há indicações de medidas de natureza socioeducativa para quem cometeu crimes ou atos infracionais. Porém, conforme apontou Budó (2013) apesar dos discursos veiculados pelo estatuto apresentarem na retórica um tipo de prevenção positiva ele não coincide com a realidade objetiva, sendo que: “(...) a regra nesse sistema vem sendo – como sempre foi, aliás – a antecipação da produção de carreiras criminosas.” (BUDÓ,2013, p.33).

QUADRO 6 – LEVANTAMENTO DE LEIS, DECRETOS E CÓDIGOS NO BRASIL (RECORTE IDADE BIOLÓGICA PARA IMPUTAÇÃO PENAL)

Leis, Decretos e Códigos	Descrição
Ordenações Filipinas (1600-1830)	Com menos de 17 anos não poderia sofrer apenas pena de morte “natural”, porém, quem julgava deveria indicar outra pena dependendo da malícia do praticante. ; Entre os 17 e 20 anos o critério para o tipo de pena era o mesmo: a malícia . O juiz tinha autonomia na análise da aplicação e das atenuações das penas.
O Código Criminal do Império (1830)	Inspirado no modelo Francês de 1810; Critério: discernimento (menores 14 anos); 14 aos 17anos: penas de cumplicidade 17 aos 21 anos: pena atenuada.
Código Penal dos Estados Unidos do Brasil - 1890 (República)	Inspirado no modelo Italiano (classificação em 4 categorias) Mantém o discernimento e inclui a perspectiva da responsabilidade versus a irresponsabilidade . Menores de 9 anos: irresponsável por seus atos Acima de 9 e menor que 14 anos: submetido a avaliação do juiz. Estabelecimentos disciplinares industriais: Casas de Recolhimento ou das Colônias Correcionais geridas pelo Estado.
Decreto nº 16.272 de 1923	O menor de 14 anos que que cometeu, ou seja cúmplice de crime ou contravenção não será submetido a processo penal, apenas será registrado , inclusive haverá registro das condições, físicas, mentais, econômicas e sociais . Já quando a pessoa tiver a idade entre 14 e 18 anos será submetido a processo especial levando em consideração os apontamentos anteriores . (BRASIL,1923, grifo nosso).
Código de Menores (Código de Menores Mello Mattos) - Decreto 17.943-A, de 12-10-1927	Instrumento legal passou a tratar de forma sistemática questões de controle social Estatal no âmbito dos “menores” que cometeram delitos e os abandonados; Termo “menor”; fixou em 18 anos a idade para imputação penal; Versou sobre os delinquentes e abandonados. Entre os 14 e os 18 anos: submetido a um processo dito especial tendo coletado suas informações físicas, mentais, morais e econômicas e também de seus pais . Mantém o registro : menos de 14 Exceção: se o crime for grave e a perversão moral for verificada pelo juiz o menor de 18 e maior de 14 anos aplica-se o código penal. (instituição própria preferencialmente).

Leis, Decretos e Códigos	Descrição
O Código Penal de 1940 ⁷⁵	Art. nº 23: “Os menores de dezoito anos são penalmente irresponsáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial” (BRASIL, 1940).
Decreto de Lei nº 1.004 de 1969 ⁷⁶ .	Com menos de 18 anos de idade é inimputável, porém, há exceção, conforme consta no Artigo 33 “O menor de dezoito anos é inimputável salvo se, já tendo completado dezesseis anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento. Neste caso, a pena aplicável é diminuída de um terço até a metade.” (BRASIL, 1969, grifo nosso). Elementos eram apresentados mediante relatório do juiz de desenvolvimento psíquico do indivíduo e propondo ações educativas para recuperação social .
Lei nº 6.697 de 1979 (Código de Menores)	Tendo o mesmo recorte da idade biológica do código anterior, também, ainda utiliza elementos pejorativos no atendimento à criança e ao adolescente infratores e abandonados, mas vai além na perspectiva de ampliar o tocante do controle incluindo descrições acerca da perda do pátrio poder, mecanismos de adoção, tutela, trabalho infantil, dentre outros.
Constituição de 1988	“Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.” (BRASIL, 1988).
Lei nº 8.069 de 1990. ECA	Edificação da perspectiva das crianças enquanto “sujeitos de direitos”; Até os 12 anos a medida é chamada de proteção, já a partir desta idade é chamada de medida socioeducativa que conta com uma série de aplicações de ações, como: liberdade assistida, internação em estabelecimento educacional, dentre outras, Elementos socioeducativos presentes no texto e proteção Retórica inversamente proporcional a realidade.

FONTE: A autora (2018).

Em conclusão, ao longo do processo histórico os textos legais transitaram entre marcadores diversos acerca da idade biológica como: a presença de malícia, do discernimento, responsabilidade, a fixação de registros da situação até adentrar na expressão socioeducativa. Operamos neste quadro descritivo das leis para pensarmos na idade biológica para imputação penal enquanto uma construção de cunho social.

Desta forma, o marcador para imputação penal mudou ao longo da trajetória brasileira, entretanto captamos pontos paradoxais em letra de lei em conexão com trabalhos que versaram sobre a questão da criminalização dos adolescentes e a construção da categoria do

⁷⁵ Dispositivo alterado pela Lei nº 7.209/1984 (em vigência), há a manutenção do texto no que concerne à menoridade disposto no Artigo nº 27.

⁷⁶ No período ditatorial brasileiro um conjunto de dispositivos foram edificados via decretos e Atos Institucionais, separamos inicialmente apenas este.

“menor”. Pontuamos algumas captações a seguir:

1) A valorização do trabalho e o perigo do ócio: Apesar da pena de trabalho forçado não poder ser aplicada a menores de 21 anos desde o Código Criminal do Império do Brasil de 1830 paradoxalmente as instituições especiais que são criadas no Regime Republicano via Código Penal de 1890, há conforme apontou Santos (2010) uma valorização do trabalho operando nos discursos e nas práticas das chamadas Casas de Recolhimento. Conforme indicou Viana (1999) no início do século XX a grande maioria das prisões no Rio de Janeiro dos meninos em situação de rua era pela dita vadiagem, de forma semelhante ocorriam as prisões em São Paulo no mesmo período. (SANTOS, 2010).

2) A categorização do menor: a demarcação do termo menor foi colocada em âmbito jurídico através do Código de Menores da Década de 1920, entretanto, segundo Vianna (1999) esta categoria advém das relações na abordagem policial anteriormente a este período, a questão é que tal terminologia estigmatizou um conjunto de crianças e adolescentes que não teriam o estatuto de pertencimento a esta faixa-etária, seriam os menores: os meninos de rua e os pobres.

3) Subjetividade e tutela: os marcadores ao longo dos textos apontam para avaliação da discricionariedade, responsabilidade e discernimento, tais marcadores são extremamente subjetivos, o que auxiliou para consagrar a Doutrina da Situação Irregular (SOARES, 2003), assim colocando em um bojo simbólico e de práticas os ditos menores (infratores e abandonados), posteriormente os marcadores de registro da situação do dito menor e inclusive a de seus pais também atuou para a legitimidade de uma tutela, na medida em que os elementos de pobreza e de moralidade nas condições de criação dos filhos poderia ser um critério a ser analisado acerca da “necessidade” de internamento destes adolescentes nas casas de recolhimento.

4) Supressão do termo *menor*: atualmente a retórica do ECA coloca as crianças e adolescentes que cometeram crimes e atos infracionais enquanto sujeitos de direitos, e tal instrumento abarca de forma ampla elementos de direitos e deveres para além do marcador do menor, há esforços em abolir este termo dos textos legais institucionais na medida em que carrega conotações pejorativas da criança e do adolescente que não acessa os elementos de direito⁷⁷. Atualmente, apesar do ECA apontar elementos socioeducativos e de abarcar termos mais democráticos e de inclusão das crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direito,

⁷⁷ O Ministério Público do Estado do Paraná, por exemplo, possui um glossário em sua página na internet de termos que podem ser utilizados para se referir a crianças e adolescentes sem entrar nesta lógica menorista. Tal conteúdo está disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1504>> Acesso em 05 ago. 2017

ainda temos um conjunto de entraves: “Contudo, a implementação das políticas sociais básicas vem conflitando com o sistema econômico hegemônico na atualidade, de modo que os níveis assistenciais e correccionais dessa legislação parecem ser encarados como prioridade.” (BUDÓ, 2013, p.80).

A demanda pela alteração deste dispositivo legal na atualidade gera um conjunto de debates que vão além da esfera jurídica, ou do marcador biológico ela é política e indica disputas acerca da classificação. São políticas no sentido não apenas institucional mas de relações de poder e de uma moralidade vigente.

4.4. Disputas Pela Ordem e as Demandas por Punição: Análise Das PEC's Sobre Maioridade Penal

Um dos fios condutores da temática da redução da maioridade penal são os debates e os projetos desenvolvidos no âmbito Federal que são discutidos na Câmara e no Senado, assim, através de PEC'S e PL'S a perspectiva da inimputabilidade penal ganha corpo político e jurídico em um espaço institucionalizado.

Levantamos a hipótese de que esses projetos representam um tipo de disputa para construir um ordenamento que engloba campos múltiplos e está no interior do *metacampo*: o Estado.

O Estado pode tomar tais medidas transcampos porque se constituiu progressivamente como uma espécie de metacampo de um campo em que se produz, se conserva, se reproduz um capital que dá poder sobre as outras espécies de capital. (BOURDIEU, 2014, p.363).

No interior do Estado há disputas que estão inscritas na lógica da burocratização e do aparato administrativo, seja pela perspectiva weberiana de legitimidade e da inclusão que Bourdieu (2014) realizou do *simbólico* presente no interior dessas disputas. Há dinâmicas profissionais e relações próprias, entretanto, que realizam trocas e disputas. O anseio pela alteração do dispositivo legal da idade mínima para imputação está no interior de um contexto social que mudou ao longo do processo histórico. Também, interligamos a temática nos âmbitos da moral e do legal, pois, o marcador da idade vai além de uma perspectiva biológica, é moral e está em constante disputa inserida em marcos legais e nas representações sociais. Desta forma, pensamos em campos múltiplos, no caso desses projetos existentes no interior do Estado são compostos por figuras políticas que já estão na estrutura interna e trabalham com o manejo dos seus *capitais* para legitimar o seu ponto de vista.

Falar de campo político é dizer que o campo político (e por uma vez citarei Raymond Barre) é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social.(BOURDIEU, 2011,p.195).

As PEC's da maioria objetivam alterar o Artigo nº 228 da Constituição Federal: *“São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.”* (BRASIL,1988). Levantamos 43 PEC'S no período entre 1993 até o atual momento (Quadro nº8) havendo a predominância da indicação de 16 anos como idade mínima para imputação penal.

Já as PL's que discorrem acerca da temática têm o intuito de alterar o ECA que é a legislação especial indicada no Art. nº 228 da CF, segundo levantamento realizado no ano de 2015 pela Câmara dos Deputados: há em média 300 PL's para alterar o ECA, sendo que mais de 50 delas pretendem aumentar as penas de internação, como a PL Nº 5454/2013: *da ex-deputada Andreia Zito, que amplia de três para oito anos o tempo máximo de internação em unidades socioeducativas para o menor de 18 anos que cometer atos infracionais equiparados a crimes hediondos*⁷⁸.

Este número elevado de projetos ensejam um conjunto de debates e nos indicam um tipo de problema de cunho social, que conforme nos ensinou Lenoir (1998) advém de um interesse público em categorizar grupos conforme o contexto de inscrição. As informações presentes nas justificativas das PEC's apontam “pragmaticamente” que tal medida representaria um melhoramento para os problemas de segurança pública, declínio dos crimes, a resolução da impunidade, dentre outros. Nas declarações inscritas no corpo dos projetos há a clara indicação de uma proposta de ordenamento social. Desta forma, conectamos este campo ao conceito de controle social do tipo perverso que indica o viés de busca por punição e contenção de perigos aparentemente iminentes. Os jogos em âmbito institucionalizado estão em consonância com interesses inerentes ao campo de que fazem parte, entretanto, realizam permutas com o campo social.

⁷⁸ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/492094-ECA-COMPLETA-25-ANOS-QUASE-300-PROPOSTAS-NA-CAMARA-TENTAM-MUDAR-A-LEI.html>> Acesso em: [01 fev 2018]

4.4.1. Exposição das PEC'S 171/1993 e 33/2012

Não temos o intuito de analisar de forma profunda os conteúdos das PEC's que são extremamente extensas (elaboramos uma tabela para melhor visualização dos projetos), porém, não poderíamos ignorar a riqueza de informações que constam nas justificativas dos Deputados e Senadores de seus Projetos, e como esses textos são um tipo de *representação da realidade social* (BECKER 1999) e através dos discursos podemos captar redes de percepções da sociedade, conforme nos ensinou Foucault (1996) os discursos nunca são neutros, eles trazem em seu bojo elementos do saber e do poder e estão em conexão com a estrutura social. No corpo desta pesquisa é possível captar conexões entre os discursos emitidos nos projetos de lei, nas opiniões veiculados pelos meios de comunicação, com os textos jurídicos do período Imperial no Brasil e dos dois Códigos de Menores, assim como com as falas dos adolescentes que responderam o questionário e foram entrevistados.

Daremos maior atenção a PEC nº 171/1993 (que ensejou este projeto de pesquisa) e a 33/2012 que foi a última a tramitar no senado e é extremamente atual na medida em que está aguardando realização de Audiência Pública para dar prosseguimento regimental.

O Projeto de 1993 está disponível no portal da Câmara e tramita em conjunto com uma árvore de apensos⁷⁹ e constantemente retoma os trâmites processuais, fato ocorrido em 2015 que gerou um conjunto de debates e protestos favoráveis e contrários à redução da maioridade penal para 16 anos de idade.

No corpo da justificativa da PEC 171/1993 de autoria do Deputado Federal Benedito Domingo (PP/DF) há a indicação de que não faz mais sentido a idade mínima de 18 anos para responder via Código Penal visto que a capacidade mental do jovem seria mais elevada do que a de um da década de 1940:

Observadas através dos tempos, resta evidente que a idade cronológica não corresponde à idade mental. O menor de dezoito anos, considerado irresponsável e, conseqüentemente, inimputável, sob o prisma do ordenamento penal brasileiro vigente desde 1940, quando foi editado o Estatuto Criminal, possuía um desenvolvimento mental inferior aos dos jovens de hoje da mesma idade. (BRASIL, 1993, p.3).

Há um apelo do desenvolvimento biológico e ao mesmo tempo a sua negação através da indicação de que os meios de comunicação e a sociabilidade mais complexas entre os

⁷⁹ Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=41E1835200EBF7E5C72B12D141CDF463.proposicoesWeb2?codteor=1318614&filename=Avulso+-PEC+171/1993> Acesso em [02 fev. 2018].

adolescentes o colocam em um patamar de conhecimento sobre os seus atos. A externalização de que já há “consciência”: de que o adolescente já faz distinção entre “certo e errado” é categoria recorrente desde as leis concernentes no período Imperial no contexto brasileiro e também está presente tanto nos questionários quanto nas entrevistas aplicadas.

Também há uma justificativa pelo posicionamento de que constantemente há notícias envolvendo adolescentes e o crime, entretanto, não há o apontamento de alguma pesquisa e dados produzidos por institutos: “o noticiário da imprensa diariamente publica **que a maioria** dos crimes de assalto, de roubo, de estupro, de assassinato e de latrocínio são **praticados por menores** de dezoito anos, quase sempre aliciados por adultos.” (BRASIL,1993, p.4. Grifo nosso). Segundo Bourdieu (2011) o campo jornalístico está presente em uma diversidade de campos, principalmente no político, ele tem o estatuto de produzir efeitos diretos neste campo. Acerca da temática da redução da maioridade penal há pesquisas que abordaram profundamente a correlação entre o campo político (construção de projetos em esfera federal) e as notícias veiculadas pelos meios de comunicação envolvendo crimes praticados por adolescentes. Assim, como indicou Budó (2013) a quantidade e a veiculação sensacionalista desses acontecimentos são diretamente proporcionais à quantidade e tramitações de projetos em âmbito federal.

Coexiste o discurso de punição e proteção na medida em que um dos objetos da proposta é despertar a consciência, a participação social e a cidadania tendo sua gênese no respeito a ordem jurídica. Atrelar a juventude ora a necessidade de proteção e ora enquanto um perigo iminente para si e para a sociedade (BODÊ DE MORAES;PESCAROLO, 2008) já é recorrente nos discursos e práticas no Brasil, assim como a prática paradoxal de visibilização e invisibilização (ABRAMO, 1997) inscrita nas ações e discursos na história do país de tratamento da adolescência. A criminalização não exclui o discurso humanitário.

O Deputado autor do projeto também lança três trechos bíblicos⁸⁰ em sua justificativa, para fundamentar a responsabilização individual e o castigo como fruto de atos errados, como:

A uma certa altura, no Velho Testamento o profeta Ezequiel nos dá a perfeita dimensão do que seja a responsabilidade pessoal. Não se cogita nem sequer de idade: "A alma que pecar, essa morrerá" (EZ, 18). A partir da capacidade de cometer o erro, de violar a lei surge a implicação: pode também receber a admoestação proporcional ao delito - o castigo.(BRASIL,1993, p, 4).

⁸⁰ Indica o exemplo de Salomão de que temos que colocar as crianças no caminho certo e assim quando forem velhos não desvirtuarão, ou ainda o exemplo de David que visualmente era modesto mas que incorporou forças para proteger o seu povo.

Há o apelo pela ordem social e de que há a necessidade de frear as ações desses adolescentes criminosos que já sabem o que fazem e que geram medos, entretanto, sem abrir mão de um discurso de reabilitação.

Caso não se contenha o engano que ainda subsiste, talvez nos venha a ser difícil calcular que tipo de país teremos nos próximos cinco ou dez anos, quando já não apenas teremos que nos preocupar com a reabilitação de jovens, mas já estaremos vendo as idades menores contaminadas e o pavor em nossas ruas, escolas e residências marcando indelevelmente a vida nacional.(BRASIL,1993, p.4).

Essa coexistência entre o discurso de punir o criminoso e o discurso do coração do legislador foi indicado por Foucault (1997) na problematização da moderação das penas, no sentido de que há espaço para a punição em nome da defesa da sociedade para combater delinquências em nome da lei, mas incorporar o dispositivo de uma externalização de sensibilidades inerentes ao: “homem razoável que faz a lei e não comete crimes.” (FOUCAULT, 1997, p. 77).

Há uma árvore de apensos ao Projeto nº 171/1993 propondo à redução para 16 anos de idade contendo teor similar, entretanto há modificações nas justificativas ou na forma de avaliação do indivíduo que cometeu um crime, ou ainda, dependendo do tipo de crime indicando: as perspectivas da consciência e da necessidade de punição mais severa, também, há comparativos com aberturas no Direito Civil como justificativa para diminuição da idade concernente ao Direito Penal. Por exemplo, a PEC nº 37/1995 de autoria do Deputado Federal Telmo Kirst (PPB/RS):

Depois que a Constituição federal, em seu art. 14, inciso TI, letra "c", passou a permitir o voto aos maiores de dezesesseis anos, vejo-me obrigado a trazer ao Congresso Nacional a presente proposta de emenda à Constituição, estabelecendo a maioridade penal nessa mesma idade. (BRASIL,1995, p.8)

Também há recorrência na perspectiva do perigo que os adolescentes representam: “A violência urbana demonstra que os menores de dezoito anos têm sido os mais perigosos e frios homicidas[...]” (BRASIL,1995, p.14) Ou ainda, da indicação binária do bem e do mal conforme consta na PEC nº 301/1996 (BRASIL, 1996, p.20) de autoria do Deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ): “Sabemos que a mudança da idade não irá prejudicar àqueles que levam uma vida regrada dentro dos princípios morais e da boa convivência, independente da condição social de que desfrutam.”

Há PEC's que indicam a continuidade de estabelecimentos próprios para os adolescentes para que não sejam violados pelos adultos, mas acima de tudo, para que não sejam influenciados pelas práticas criminosas e o estilo de vida dos adultos encarcerados.

A comparação com outros países que possuem uma idade inferior em seus textos legais penais também está presente, como na PEC 426/1996: “Nos países do chamado *Common Law*, como a Inglaterra e os Estados Unidos, as cortes de justiça destes vêm aplicando penas até mesmo para crianças de sete ou oito anos de idade, porque elas demonstram uma periculosidade sem igual.” (BRASIL, 1996, p.30).

Outro elemento presente nas justificativas é o apontamento da impunidade através da ótica da ineficiência e abrandamento do ECA, PEC 68/1999:

Todos os dias os veículos de comunicação trazem estampadas em suas páginas policiais notícias de crimes perpetrados por menores de 16 a 18 anos. E isto por quê? Porque são cientes de sua impunidade, em face de uma legislação penal protecionista e paternal. (BRASIL, 1999, p. 46)

Na conjuntura dessas justificativas há a indicação daquele “bem maior” a sociedade e que a medida da redução seria um passo fundamental para melhorar a segurança pública nacional, PEC 531/1997: “Além de providência justa, seguramente contribuirá para diminuição da criminalidade em nosso País.” (BRASIL, 1997, p.36).

Atualmente, a PEC que está em discussão no Senado é a nº 33/2012 de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP): encontra-se na “Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania” aguardando a realização de uma Audiência Pública que será realizada no ano de 2018, entretanto, sem data prevista. No interior desta PEC realizaram uma consulta pública no site do senado, através de votação popular via internet, sendo que: 12.153 pessoas votaram favoráveis a esta proposição e 2.823 foram contrárias⁸¹.

Esta PEC indica que em casos excepcionais e extraordinários haveria uma norma complementar de execução do Ministério Público para os casos de crimes cometido entre os 16 e os 18 anos de idade. Assim, o MP analisaria o ato e o histórico pessoal do indivíduo:

*O Ministério Público, analisando o histórico pessoal do menor, com diversas e reiteradas práticas de crimes violentos, diversas oportunidades e tentativas de recuperação por meio da aplicação das medidas sócio educativas previstas na lei, implementadas pelo juízo competente, **julgue que aquele específico menor, pela prática daquele exato crime, não mereça mais a proteção legal do ECA.** (BRASIL, 2012. grifo nosso).*

Esta PEC que indica o MP como responsável por analisar o ato e a pessoa declara um despreço pelo ECA na promoção da impunidade, mas, coexiste o discurso protecionista de que os adolescentes são utilizados em demasia por adultos para cometer crimes. A

⁸¹ Votos apurados até 07/02/2018 00:08:20. Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=106330>> Acesso em: [07 fev. 2018]

representatividade no MP nesta PEC é bem semelhante aos discursos firmados nos dois Códigos de Menores na história brasileira, desta forma, a perspectiva de mensurar a trajetória de vida e de seus familiares através de uma análise de tipo aberto e generalista (SOARES,2003) legitimando a tutela do Estado no que concerne a uma parcela de adolescentes, aqueles pobres e negros.

O autor do projeto utiliza três notícias veiculadas pelos meios de comunicação para embasar seu texto, como:

É o caso, por exemplo, de Genilson Torquato, de Jaguaratama, no Ceará, hoje já maior de idade e livre, assassino confesso de 11 pessoas, dos 15 aos 18 anos. Ou do adolescente de Maringá, conhecido como o “Cão de Zorba” que confessou ter matado 3 pessoas e teria encomendada a morte de mais 4. (BRASIL, 2012).

A PEC 33/2012 é mais atualizada e tem uma justificativa com informações mais substanciais, utiliza a jurisprudência e também pesquisas, como a realizada pelo Conselho Nacional de Justiça, intitulada “Panorama Nacional, a Execução das Medidas Socioeducativas de Internação”, o CNJ levantou, de julho de 2010 a outubro de 2011 o índice de reincidência de adolescentes internados com um índice de mais de 43% de reincidência e das outras medidas socioeducativas há um índice de reincidência de mais de 50%:

*[...] Mas os números revelam que a tendência à reincidência é muito alta. E um dos motivos para é a **sensação de impunidade**, que o espírito do ECA atualmente transmite. Para determinados menores infratores e mesmo para adultos que deles se aproveitam, nada valem as boas intenções da Lei. Ao contrário, ali encontram abrigo seguro para seguirem na prática de delitos, literalmente “valendo à pena” continuar na prática de delitos, na medida em que a sanção aplicável não **impõe o devido temor**.(BRASIL,2012. Grifo nosso).*

Há a indicação na justificativa, assim como naquelas do início da década de 1990, de que os jovens da atualidade têm um conhecimento fruto dos meios de comunicação e das sociabilidades que aumentaram a sua capacidade de conhecimento, discernimento e consciência, o autor do Projeto realiza um comparativo até mesmo entre os adolescentes do campo e da cidade:

Um adolescente em grandes centros do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Fortaleza, ou mesmo capitais menores como Boa Vista ou Porto Velho, não podem ser comparados, em termos de informação, de conhecimento ou mesmo dos exemplos de vida ao seu redor, com meninos e meninas isolados nos rincões mais distantes do país, presos ao convívio de pouquíssimas pessoas, numa sociedade carente de educação, cultura, informação, enfim; os condicionantes de uma razoável formação moral e intelectual. (BRASIL,2012)

Esse nível de consciência pode ser mensurado cientificamente segundo o deputado: através de um levantamento dos antecedentes pessoais:

[...] seu histórico familiar, as condições sócio-econômicas e culturais que lhe foram impostas, as oportunidades para sua recuperação, enfim; as características extraordinárias que justificariam a desconsideração de sua inimputabilidade. Tudo isso a ser apurado em procedimento em que lhe seja assegurada a ampla defesa técnica por advogado e todas as oportunidades do contraditório. (BRASIL, 2012)

Ao mesmo tempo em que há a demanda de uma classificação padronizada e extensiva também há a necessidade de individualização de quem comete crimes, tal elemento vai “representar um peso muito grande em toda a história do direito penal moderno.” (FOUCAULT, 1997, p.83). O criminoso na leitura do direito penal segundo Foucault (1997) é colocado em um estatuto de natureza no sentido de que ele rompeu com o pacto social e não está mais apto ao seu interior, logo é um “anormal” (FOUCAULT, 1997, p.85). Quando o assunto é crime e adolescência os agentes são colocados duplamente neste estatuto de natureza.

O despreço pelo ECA é notável, este instrumento legal gera um conjunto de debates e é visto por uma diversidade de agentes sociais como um dispositivo de impunidade, tal visão é corrente até mesmo nos cenários escolares, como apontado por exemplo pela pesquisa de Bittencourt e Castro (2015) ao analisarem qualitativamente a perspectiva de um conjunto educadores da rede pública no Distrito Federal sobre o ECA: há uma variedade de opiniões que indicam a concepção de que o Estatuto é condescendente com crimes cometidos por adolescente e ainda pode ser visto como um instrumento que incentiva práticas criminosas na medida em que não há punição, apenas proteção. Tal concepção também é corrente nos cenários políticos institucionais, como na pesquisa desenvolvida por Campos (2009) que abordou os Projetos de Lei em âmbito Federal e os discursos midiáticos sobre a redução da maioridade penal, há a presença de discursos de deputados que externalizam o ECA como instrumento que deveria possuir mais “deveres” e não apenas “direitos”, assim, há um julgamento social de que o ECA é um instrumento que corrobora com a impunidade de adolescentes. Ou ainda, como apreendemos no questionário, ele nem é citado quando o assunto é “necessidade” de recrudescimento punitivo.

O despreço pelo ECA não é de hoje, por exemplo, na pesquisa publicada em 1999 no cenário de Curitiba demandada pela UNESCO (SALLAS, 1999) aponta um conjunto de visões negativas sobre este instrumento legal, seja os policiais apontando que o ECA atrapalha o seu trabalho prático da polícia devido aos seus elementos de proteção encarada por eles como excessiva. Ou ainda, um conjunto de pais entrevistados na mesma pesquisa apresentam uma perspectiva semelhante ao dos policiais de que há uma proteção excessiva do estatuto que acaba atrapalhando o processo “educacional” dos próprios filhos por não ser permitido

castigos físicos. Já os profissionais da educação apresentam conhecimento sobre o estatuto, a maioria pensa ser importante a manutenção de direitos, entretanto, uma parcela expressiva de entrevistados: 18,4% apresentaram uma visão semelhante à dos pais e policiais de que o estatuto corrobora com a impunidade por ser protetor em demasia.

Em síntese, as análises iniciais desses projetos constituem em um tipo de reverberação de ordem que está em disputa, temos as velhas dicotomias atuando do “bem e do mal”, a necessidade de conter perigos que afetem a ordem social, da eficácia da previsibilidade, a coexistência de discursos de proteção e salvação com o perigo que esses agentes representam.

Os discursos são construídos na coletividade e são trocados (FOUCAULT, 1996), entretanto não são fundados em si mesmos, há condições externas que realizam a sua constituição. Todo o apanhado teórico e histórico levantado no corpo desta pesquisa são alguns dos braços dessas condições externas que colocaram os adolescentes (levando em conta o recorte de raça e classe) em um estatuto problemático pejorativo e a demanda pela redução da maioria penal como um elemento necessário para melhorar a segurança pública e acabar com a impunidade. Essa indicação é feita nas PEC's mesmo sem a utilização estudos e dados no corpo das justificativas. Bourdieu ao discorrer acerca do campo político levanta exemplos na conjuntura francesa na década de 1990 de fixação de pautas alarmistas por alguns agentes políticos, os chamados “demagogos racionais” (BOURDIEU, 2011, p.211), que através da sua posição na estrutura de poder utilizam pautas polêmicas e prováveis para ter mais visibilidade pública. Pela quantidade de PEC's e PL's e a sua recursividade no cenário nacional pensamos que há uma ponte entre os nossos políticos e os expostos pelo contexto do sociólogo francês.

QUADRO 7 - LEVANTAMENTOS DAS PEC'S SOBRE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL DE 1993-2018.

ID	Nº e Ano da PEC	Inimputabilidade
1	PEC Nº 171/1993	16 anos.
2	PEC Nº 37/1995	16 anos.
3	PEC Nº 91/1995	16 anos.
4	PEC Nº 301/1996	16 anos.

ID	Nº e Ano da PEC	Inimputabilidade
5	PEC Nº 386/1996	16 anos no caso de crimes contra a pessoa, o patrimônio e de crimes hediondos.
6	PEC Nº 426/1996	16 anos.
7	PEC Nº 531/1997	16 anos.
8	PEC Nº 633/1999	Estabelece que o menor entre 16 (dezesseis) e 18 (dezoito) anos de idade, sendo ou não emancipado, poderá responder a processo judicial.
9	PEC Nº 68/1999	16 anos.
10	PEC Nº 133/1999	16 anos.
11	PEC 150/1999	16 anos.
12	PEC Nº 167/1999	16 anos.
13	PEC 169/1999	14 anos.
14	PEC Nº 260/2000	17 anos.
15	PEC Nº 321/2001	Estabelece que a maioridade penal será fixada em lei, devendo ser observados os aspectos psicossociais do agente, aferido em laudo emitido por junta de saúde que avaliará a capacidade de se autodeterminar e de discernimento do fato delituoso.
16	PEC Nº 377/2001	16 anos.
17	PEC Nº 582/2002	16 anos.
18	PEC Nº 64/2003	16-18 anos casos excepcionais*crimes hediondos, latrocínio e narcotráfico.
19	PEC Nº 179/2003	16 anos.
20	PEC Nº 242/2004	14 anos.
21	PEC Nº 272/2004	16 anos.
22	PEC Nº	16 anos com parecer em contrário de junta médico jurídica, na forma de Lei,

ID	Nº e Ano da PEC	Inimputabilidade
	302/2004	ratificado pelo juízo competente.
23	PEC Nº 345/2004	12 anos.
24	PEC Nº 489/2005	Prévia avaliação psicológica, podendo o juiz concluir pela sua imputabilidade, a partir do grau de maturidade verificado pelo juiz.
25	PEC Nº 48/2007	16 anos.
26	PEC Nº 73/2007	Capacidade de entender o caráter delituoso do fato e de autodeterminar-se conforme esse entendimento através de laudo médico e psicológico.
27	PEC Nº 85/2007	16 anos - nos crimes dolosos contra a vida, jovem será avaliado por uma equipe multiprofissional constituída pela autoridade judiciária e emancipado para efeitos penais, se ficar constatado, mediante laudo emitido pela equipe designada pelo juiz, que, ao tempo da ação, ele tinha consciência do caráter ilícito do fato e condições de determinar-se de acordo com esse entendimento.
28	PEC Nº 87/2007	É considerado imputável o menor de dezoito anos que praticar crime doloso contra a vida, ou inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, ou imprescritível. Entretanto, partir da comprovação de incapacidade do menor de dezoito anos de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, poderá o juiz considerá-lo inimputável.
29	PEC Nº 125/2007	Estabelece que a imputabilidade será determinada por decisão judicial, baseada em fatores psicossociais e culturais do agente, e nas circunstâncias em que foi praticada a infração penal.
30	PEC Nº 399/2009	14 anos para crimes praticados com violência ou grave ameaça à integridade das pessoas.
31	PEC Nº 57/211	16 anos.
32	PEC Nº 74/2011	15 anos *crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados.
33	PEC Nº 33/2012	16 anos* a partir da análise do Ministério Público.
34	PEC Nº 223/2012	16 anos.
35	PEC Nº 228/2012	16 anos * crimes cometidos com violência ou grave ameaça, hediondos e contra a vida.
36	PEC Nº 21/2013	15 anos.
37	PEC Nº 273/2013	16 anos nos casos de crime hediondos e propõe a emancipação penal após avaliação por equipe multidisciplinar, integrada pelo Ministério Público e

ID	Nº e Ano da PEC	Inimputabilidade
		designada pelo Órgão judiciário; que avaliará sua maturidade emocional, mental e intelectual e determinará a sua consciência.
38	PEC N°279/2013	16 anos.
39	PEC N° 332/2013	Permite que o magistrado possa determinar, por sentença, que o menor infrator, até completar dezoito anos, cumpra medida socioeducativa e, após, continue a responder pelo crime cometido nos termos da legislação penal vigente.
40	PEC N° 349/2013	O agente, ao completar 18 anos, deve responder de acordo com o código penal pelos crimes praticados na adolescência.
41	PEC N° 382/2014	Não há inimputabilidade em casos de crimes hediondos.
42	PEC N° 438/2014	Relativização da inimputabilidade a partir da iniciativa do Ministério Público.
43	PEC N° 115/2015	16 anos *crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.

Fonte: A autora (2018)⁸²

4.4.2. Reflexões sociológicas acerca da demanda pela ordem a partir de bases punitivas

Nos discursos emitidos através das pesquisas de opinião veiculadas pelos meios de comunicação, nas PEC's e PL's há indicações de que a redução da maioria penal é necessária para sanar um conjunto de problemas da segurança pública, conter uma impunidade generalizada e restabelecer ou criar um ordenamento mais eficaz.

Realizamos a leitura da manutenção da ordem enquanto uma tipologia de controle social. Partindo de uma tipologia ideal no sentido weberiano, nas concepções teóricas adotadas, há dois tipos de controle social: o normal e o perverso. Para a compreensão do primeiro tipo adotamos as contribuições de Durkheim acerca da manutenção da ordem social que é construída na coletividade ao longo do processo de socialização. A moralidade é estruturada a partir dos laços coletivos, desta forma:

(...) indivíduos que por terem interesses comuns se associam, não é somente para defenderem esses interesses, é para se associarem, para não mais se sentirem perdidos em meio a adversários, para terem o prazer de comungar, de não fazerem se não um

⁸² Levantamento realizado a partir dos portais eletrônicos no site da Câmara e do Senado Federal e do trabalho desenvolvido por Campos (2009).

com muitos, quer dizer, em definitivo, para levarem em conjunto uma mesma vida moral. (DURKHEIM, 1978, p. 11).

O tipo de solidariedade está conectada a forma de controle existente na sociedade, desta forma, o tipo mecânico está calcado em bases repressivas e punitivas, aqui o direito penal tem o predomínio, já no tipo orgânico a associação é fundamentada em elementos restitutivos tendo um direito mais cooperativo maior espaço, como: civil, comercial, administrativo, dentre outros. (BODÊ DE MORAES, 2003).

Apesar de Durkheim ter abordado diretamente e indiretamente ao longo de suas obras os mecanismos de controle e solidariedade constituídas na coletividade a popularização do conceito em si foi através dos estudos de Ross (GURVITCH, 1965) que foi influenciado pelo pragmatismo norte-americano indicando que um emaranhado complexo de instituições e relações produzem regras que auxiliam na vida em comum, operando na manutenção do ordenamento. Porém, esta manutenção da ordem não é utilizada a partir de moldes conservadores de ausência de conflito, bem pelo contrário, as rupturas sociais estão no interior do controle social.(GURVITCH,1965). As elaborações de regras construídas na coletividade estão em consonância com a leitura que realizamos do legal e da moral pela ótica durkheimiana, essas regras não são contrárias a uma iniciativa/autonomia individual e têm como corolário um bem-estar da coletividade. (BERLATO; BODÊ DE MORAES, 2013).

Somos estatutários de que os conflitos são positivos e o controle social não é algo estático, entretanto, o tipo perverso de controle social não atua na produção da ordem através das bases coletivas, ele está fundamentado na desigualdade e é construído a partir da manutenção de privilégios: “Controle social perverso é um tipo específico de controle social que, utilizando-se de critérios discriminatórios como raça/etnia, classe, gênero, idade, indumentária e questões geo-espaciais, funciona através de processos de criminalização do Outro.”(BERLATO,2008, p.8).

Quando pontuamos os controles sociais normal e perverso não queremos dizer que haja “anomia” no tipo perverso e uma “estrutura social” na normal. Conforme apontou Elias (2000) partindo dos ensinamentos de Durkheim: a anomia e a estrutura social coexistem, ou melhor, a anomia é um tipo de estrutura social. Elias (2000) levanta este ponto para se contrapor a uma visão que colocou a estrutura social no terreno da previsibilidade e regularidade e em contraposição/oposição aos elementos anômicos. Entender este último como um tipo de estrutura social nos auxilia na sua compreensão no interior de um tipo de realidade social. Polaridades como: “a boa ordem” e a “má ordem” não dão conta de compreender as perspectivas construídas na coletividade.

A temática da redução da maioria penal através de discursos de criminalização de um conjunto de adolescentes pode ser pensada pela perspectiva do controle social perverso na medida em que na prática cotidiana a terminologia do controle foi apropriada pela justiça criminal, assim, a manutenção da ordem indicando como vinculada diretamente à repressão policial e criminal. (BERLATO; BODÊ DE MORAES, 2013) Esse discurso oficial penetra no senso comum, constituindo uma *doxa* daquilo que precisamos alcançar para manter a ordem.

Atrelar jovem e violência além de ser um *roteiro típico* (COELHO, 2005) é um dos frutos da cultura do medo por tentar objetificar um sentimento através de uma classe de pessoas. O medo, assim como o controle social, tem vias variáveis, desta forma, há o medo normal, aquele que nos dá dicas de limites, ele é positivo. Mas temos também um medo exacerbado, que pode tornar-se uma patologia não apenas biológica, mas também social. Delumeau (2002) que estudou de forma profunda a história do medo no Ocidente apontou a maneira como ao longo do processo histórico as causas da sua exacerbação acarretaram em uma procura em objetificá-lo no “outro”, como: os estrangeiros, supostos criminosos e bruxas. O que temos atualmente segundo Glassner (2003) é uma cultura do medo, pois há uma acentuação de que corremos perigo, e continuamos a procurar uma materialização deste mal no outro, e a procura por soluções “mágicas” que deem conta desse problema.

Ao longo da análise das PEC’S captamos esse anseio por uma nova ordem necessária no interior da segurança pública, na PEC nº 171/1993 há até indicações bíblicas para ilustrar moralmente que os caminhos que se desvirtuam são passíveis de castigos.

O controle social perverso tem como um de seus elementos fundamentais a punição. Os dispositivos modernos aliam a economia política e o poder de punir em níveis discursivos e práticos. Estes dispositivos na realidade não diminuíram a punição e sim a sistematizaram com uma roupagem de regulação, assim, o corpo social e o poder de punir estariam entrelaçados. (FOUCAULT, 1997). A punição opera enquanto uma técnica de gestão governamental e esta técnica alimenta as inseguranças sociais que diante de um contexto de desregulamentação e precarização do trabalho e de crises econômicas projeta os seus medos e distribui o seu rancor ora nos grupos que utilizam da assistência social e ora os crimes e delitos de rua, isso, associando ambos, ou ainda, almejando por uma tutela do Estado que opere no sentido de conter os perigos iminentes via encarceramento. (WACQUANT, 2015).

A linguagem de que o adolescente está impune e representa um perigo é uma figura caricatural do infrator como inimigo da sociedade, inimigo da ordem:

Efetivamente a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social; a sociedade tem o direito de se levantar em peso contra ele, para puni-lo. Luta desigual: de um só lado de as forças, todo o poder, todos os direitos. E tem mesmo que ser assim, pois aí está

representada a defesa de cada um. **Constitui-se assim um formidável direito de punir, pois o infrator torna-se o inimigo comum.** Até mesmo pior que um inimigo, é um traidor pois ele desfere seus golpes dentro da sociedade. Um “monstro”. Sobre ele, como não teria a sociedade um direito absoluto? Como deixaria ela de pedir sua supressão pura e simples? E se é verdade que o princípio dos castigos deve estar subscrito no pacto, não é necessário, logicamente, que cada cidadão aceite a pena extrema para aqueles que dentre eles que os atacam como organização? (FOUCAULT, 1997, p.76. Grifo nosso).

As concepções de punição andam juntas com às de proteção e assistência, Wacquant (2015) a partir da análise do modelo norte-americano indica a chamada “insegurança social” atuando no aparelho burocrático do Estado, o segmento social é reduzido para dar lugar mais expressivo ao segmento penal. Até mesmo os setores assistenciais são constituídos por lógicas punitivas. Na realidade brasileira podemos conectar com políticas públicas voltadas para a juventude que têm como marcadores os binômios pobreza-crime, exemplo do PRONASCI. (KULAITIS,2017).

Budó (2013a) ao analisar acórdãos do Superior Tribunal de Justiça acerca de crimes cometidos por adolescentes indicou uma recorrência nos julgamentos não apenas a partir do delito mas da situação de vulnerabilidade do adolescente, assim, se há a equação por exemplo de que o jovem está inserido em uma “família desestruturada” a privação de liberdade não é indicada apenas enquanto punição, mas também enquanto uma “ajuda”. O paradigma da proteção e da visão punitiva focada no menorismo (apesar de ter sido suprimida dos textos legais através do ECA ainda persiste nas práticas e discursos institucionais) coexistem e os recortes de raça e classe são determinantes na condução dos elementos de ordenamento:

A relação direta estabelecida discursivamente entre pobreza e criminalidade é uma das leituras mais comuns no tema da violência no Brasil. Na esfera da infância e juventude essa concepção está ainda mais enraizada, pois o adolescente pobre é compreendido sob a ótica tutelar: de vítima da sociedade a vitimizador; de criança em perigo a adolescente perigoso. (BUDÓ, 2013a, p.2)

Há uma dupla regulação atuando: de um lado uma roupagem de política social e do outro a política penal. (WACQUANT,2015). Para Garland (2005) os instrumentos de punição são muito mais políticos do que jurídicos. A partir das reflexões e apanhados realizados neste trabalho essa demanda por punição realmente não é só jurídica, ela é política, moral, social e possui complexidades de estereótipos construídos ao longo do processo histórico, nos problemas de bem-estar social estrutural, no acesso à justiça, dentre outros.

A polícia, os tribunais e a prisão não são meros apêndices técnicos, destinados ao cumprimento da ordem legal (como a criminologia afirmaria), mas sim veículos para a produção política da realidade e para a vigilância das categorias sociais desfavorecidas e difamadas e dos territórios que lhes são reservados. (WACQUANT, 2015, p.17)

Assim, o controle social perverso almeja por um tipo de ordenamento construído em preconceitos arraigados no processo histórico. Os perigos iminentes surgem como pautas de campanhas eleitorais e como produtoras de visibilidade de figuras políticas. A demanda pela redução da maioria penal extrapola os limites do Estado, é um debate inserido na opinião comum, inscrita no senso comum. De tempos em tempos agendas conservadoras adotam discursos para o melhoramento da segurança pública através do recorte da redução da maioria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem acerca da demanda pela redução da maioridade penal é sensível por um conjunto de elementos. Indicamos que está em um cenário de disputas que não é inerente unilateralmente ao campo jurídico, opera também nos espaços políticos institucionais, midiáticos e do senso comum. Entretanto, as produções jurídicas e os projetos institucionais são fontes muito ricas para problematizarmos os elementos históricos e a atual demanda pela alteração de dispositivos legais em nome da manutenção da ordem social por um viés punitivo.

Partindo deste bojo utilizamos três segmentações centrais na construção do campo desta pesquisa para a abordagem da maioridade penal: 1) A opinião de um conjunto de adolescentes de Curitiba e RM; 2) Levantamento dos dispositivos legais ao longo da história do Brasil acerca da idade biológica para imputação penal; e 3) Elaboração de uma listagem das PEC's existentes de 1993 até o atual momento que buscam alterar o Art. nº 228 da CF acerca da inimputabilidade dos menores de 18 anos.

Ao utilizar questionários e entrevistas como instrumentos de coleta para captar a opinião de um conjunto de adolescentes de Curitiba e RM procuramos problematizar através de uma sociologia de cunho reflexivo os elementos discursivos presentes na percepção desses atores, levantando duas questões centrais:

1) Como estes adolescentes manejam o seu recurso discursivo para sustentar o seu ponto de vista sobre a redução da maioridade penal: seja ele favorável, contrário, dependendo da situação?

Captamos semelhanças nos elementos discursivos dos que opinaram favoravelmente à redução e os que marcaram que são favoráveis dependendo do crime quanto à justificativa de seu posicionamento de que com 16 anos de idade as pessoas já têm capacidade de discernimento, consciência e que precisam “pagar” pelos seus atos. Há evocações de discursos projetados ao indivíduo, no sentido de que ações individuais demandam punições. Do outro lado, os que demonstraram serem contrários à redução elencaram uma perspectiva mais estrutural do que individual, por exemplo a utilização argumentativa do papel institucional e das relações de raça e classe no aparato do sistema prisional no Brasil. Os respondentes demonstraram a opinião de que há uma impunidade generalizada concernente aos crimes cometidos por adolescentes.

Nas entrevistas a indicação majoritária também foi dos favoráveis, entretanto, a conjunção “mas” esteve presente para advertir que apesar de serem favoráveis há problemas

estruturais no cenário brasileiro que tornam esta medida problemática, como a situação precária dos presídios.

A chave da impunidade também apareceu em demasia tanto nos questionários quanto nas entrevistas, há às indicações de que adolescentes saem ilesos quando cometem crimes e guiam suas ações a partir da perspectiva de que *“Porque quem é de menor acha que não vai dar nada”*. (E2) Assim como nos instrumentos que coletaram a opinião dos adolescentes as PEC's também apontaram essa compreensão de uma impunidade que precisa ser suprimida, entretanto, há a necessidade de ponderar essa compreensão pois impunidade e a inimizabilidade não são sinônimas. (ESTEVÃO, 2007). O adolescente não responde seus crimes perante o Código Penal, entretanto, é responsabilizado a partir do ECA que possui um conjunto de medidas, inclusive da privação da liberdade.

Na realização das entrevistas indagamos se os respondentes conhecem o ECA e o que pensam sobre, apenas três respondentes afirmaram conhecer o ECA e concomitantemente emitiram uma opinião, dois entrevistados apesar de terem indicado que são favoráveis a maioria penal indicaram que o ECA é importante socialmente, entretanto, frisaram que é importante para proteger às crianças. Já o entrevistado E5 proferiu uma frase representativa acerca de uma reprovação por parte da população acerca do ECA: *“ Sim e acho muito insuficiente, porque o tempo de ficar preso é muito curto para qualquer crime, isso causa indignação da gente, da população.”*

2) Quais as mudanças ou permanências eles pensam que haverá caso haja a aprovação da redução da maioria penal para 16 anos de idade?

A maioria das expressões indicaram uma diminuição dos crimes, isso pelo medo da punição, assim, resolveria os problemas indicados acerca da impunidade. Também, verificamos expressões genéricas indicando o melhoramento da sociedade, o ordenamento e até mesmo a “limpeza”. Conforme conexão com as contribuições de Mary Douglas (1991) atreladas a uma perspectiva moral é notável esta demanda pela ordem e pela limpeza vinculada ao medo do contágio a partir de demarcações estigmatizantes que almejam por um controle via punição que não faça distinção entre adolescentes e adultos.

Nas entrevistas também foi constante a indicação de que haveria uma diminuição dos crimes cometidos por adolescentes, também um ponto interessante foi a reflexão de articulação entre Direito Civil e Penal exposto pela respondente E2: *“Acho que iria dar para tirar a carteira né? Acho que as outras partes da vida poderiam melhorar.”*

Uma série de apontamentos expressos nos questionários e nas entrevistas indicaram uma consonância com dispositivos legais ao longo da história do país: como a perspectiva do

discernimento e da consciência como marcadores da imputabilidade penal. Assim, há discursos de perspectiva individuais do crime e sua punição seria um bem para a sociedade.

Realizamos uma leitura articulada entre as percepções dos adolescentes e documentos legais e institucionais. As leis foram tratadas enquanto um objeto sociológico em consonância com uma moralidade vigente. Os mecanismos legais estão no interior do Estado, que é um *metacampo* (BOURDIEU, 2014) na medida em que é um campo de poder que influencia/influenciado nas práticas e discursos de outros campos, como: os campos social, jurídico, administrativo e político atuando em sua organização e regulamentação. Ao analisar Leis, Decretos e Códigos do Período Imperial até o momento e em consonância com o contexto histórico, apreendemos quatro elementos centrais para reflexões acerca do paradigma do adolescente enquanto perigoso e ao mesmo tempo vulnerável inscritas na história do país e também para pensarmos em rupturas, permanências e demandas para que pontos fixados em outros períodos retornem no ordenamento penal.

Assim, ao longo da análise dos Código Legais captamos quatro elementos centrais: 1) **A valorização do trabalho e o perigo do ócio:** no primeiro capítulo desta pesquisa indiquei a minha inspiração pela temática que foi através da análise via material jornalístico de entrevistas com moradores de uma área ocupada por bases policiais em Curitiba, a chamada UPS, o ócio dos jovens apareceu como um indicativo problemático quanto à segurança na região. Ao longo da construção desta dissertação foi possível captar este medo do ócio e da importância do trabalho no Regime Republicano as chamadas Casas de Recolhimento destinadas aos infratores com menos de 18 anos de idade estava calcada no trabalho como caminho à regeneração. (SANTOS, 2010). Conforme apontou Viana (1999) no início do século XX a grande maioria das prisões no Rio de Janeiro dos meninos em situação de rua era pela dita vadiagem, de forma semelhante ocorriam as prisões em São Paulo no mesmo período. (SANTOS, 2010). 2) **A categorização do menor:** a construção do termo menor foi colocada em âmbito jurídico através do Código de Menores da Década de 1920, entretanto, segundo Vianna (1999) este marcador advém das relações na abordagem policial anteriormente a este período, a questão é que tal terminologia estigmatizou um conjunto de crianças e adolescentes que não teriam o estatuto de pertencimento a esta faixa-etária, seriam os menores: os meninos de rua e os pobres. 3) **Subjetividade e tutela:** os marcadores ao longo dos textos apontam para avaliação da discricionariedade, responsabilidade e discernimento, tais classificações são extremamente subjetivas, o que auxiliou para consagrar a Doutrina da Situação Irregular (SOARES, 2003) assim colocando em um bojo simbólico e de práticas os ditos menores (infratores e abandonados), posteriormente os marcadores de

registro da situação do dito menor e inclusive a de seus pais também atuou para a legitimidade de uma tutela, na medida em que os elementos de pobreza e de moralidade nas condições de criação dos filhos poderia ser um critério a ser analisado acerca da “necessidade” de internamento destes adolescentes nas casas de recolhimento. **4) Supressão do termo *menor*:** atualmente a retórica do ECA coloca as crianças e adolescentes que cometeram crimes e atos infracionais enquanto sujeitos de direitos, e tal instrumento abarca de forma ampla elementos de direitos e deveres para além do marcador do menor, há esforços em abolir este termo dos textos legais institucionais na medida em que carrega conotações pejorativas da criança e do adolescente que não acessa os elementos de direito⁸³. Atualmente, apesar do ECA apontar elementos socioeducativos e de abarcar termos mais democráticos e de inclusão das crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direito, ainda temos um conjunto de entraves: “Contudo, a implementação das políticas sociais básicas vem conflitando com o sistema econômico hegemônico na atualidade, de modo que os níveis assistenciais e correccionais dessa legislação parecem ser encarados como prioridade.”(BUDÓ, 2013, p.80).

O binômio crime e pobreza ainda impera nos discursos e nas práticas, inclusivamente no que diz respeito à infância e adolescência que estão inscritas na ótica tutelar de que ao mesmo tempo em que são vítimas também representam um perigo, Budó (2013a) ao analisar acórdãos do STJ apreendeu um conjunto de elementos nos julgamento que atrelaram uma condição vulnerável do adolescente infrator (exemplo a “família desestruturada”) como justificativa para privação da liberdade, não apenas para punir, mas para proteger. Assim, esses jovens a partir de sua condição social e de raça transitam neste binário de “vítimas a algozes.” (BODÊ DE MORAES, 2005, p.5). Conforme indicou Lenoir (1998) as fontes de categorizações sociais, até mesmo as aparentemente “naturais” como: idade, raça e sexo, na verdade são construções sociais. Há um conjunto de marcadores corporais que atuam nessa classificação do espaço social na qual emergem. Essas marcações estão conectadas a contextos institucionais advindas de um conjunto de especialistas que detém um estatuto do “saber” para fundamentar características, essas zonas podem ser representadas por: espaços médicos, escolares, proteção social, etc.

Essas pontuações binárias estão no interior de uma perspectiva da adolescência enquanto uma fase problemática, isso está inscrito em sua “gênese” atrelada ao conhecimento médico, classificações em âmbito escolar, controle Estatal, previsibilidades na área da

⁸³ O Ministério Público do Estado do Paraná, por exemplo, possui um glossário em sua página na internet de termos que podem ser utilizados para se referir a crianças e adolescentes sem entrar nesta lógica menorista. Tal conteúdo está disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1504>> Acesso em 05 ago. 2017

criminologia. (PERROT, 1991). Por exemplo às concepções do médico italiano Cesare Lombroso (2007) que foi de extrema importância na antropologia criminal do final do século XIX e início do XX é representativo para essas concepções de medicina e crime em uma idealização negativa desses sujeitos, na medida em que atrelava crianças e jovens inclinados ao delito, a sensibilidades, a paixões, a vícios e fortemente influenciáveis.

Ao longo da história do Brasil o tratamento da infância e da adolescência esteve marcada com distinções fortes de raça e classe e suas bases discursivas e práticas atuaram na conexão ao mundo do trabalho como moralizante, o ócio da juventude representaria um perigo na demarcação de futuros adultos íntegros na construção de uma nação. Frutos de uma base escravocrata e de fortes disparidades sociais. (PRIORE,2010;2010a). As abordagens policiais e o tratamento nos códigos legais como o Código de Menores foram representativos na construção da adolescência pobre e negra como passível de tutela do Estado. (SANTOS,2010;VIANNA,1999). Assim, conforme indicou Wacquant (2014) acerca do contexto-norte americano, também condizente com a construção do neoliberalismo na América Latina o braço do Estado que influencia nas bases ditas de assistência e ao mesmo tempo punitivas coexistem e ainda lançam mão da qualidade da primeira para dar maior espaço social a segunda.

Há uma inscrição da trajetória brasileira nos discursos e práticas institucionais que indicam o adolescente enquanto um ser perigoso e ao mesmo tempo vítima (BODÊ DE MORAES;PESCAROLO, 2008) e há aplicação de forças em políticas públicas que fazem da equação pobre e crime um discurso oficial de contenção de perigos iminentes através da intervenção direta. Assim, este tipo de controle foi apontado enquanto um elemento perverso por não estar solidificado nas bases coletivas e de solidariedade de manutenção da ordem social e sim através de mecanismos de: estereótipos, medos e punições.

O ECA representou um tipo de mudança no olhar acerca do “menor” inscrito no Código de Menores e procurou trabalhar com retóricas dos sujeitos de direitos e de medidas socioeducativas destinadas a atos infracionais. Entretanto, foi no ano de 2005 através da criação das Secretarias e Conselhos Nacionais específicos como a SNJ e o CONJUVE que o vocabulário da juventude enquanto “sujeitos de direito” ganhou maior visibilidade e aceitação. (NOVAES,2015). Entretanto, apesar dos avanços nas práticas e nos discursos inscritos no corpo social ainda há binômios estigmatizantes concernentes a adolescentes e no seu interior a equação crime e pobreza inscritos em PPJ's, exemplo o PRONASCI que coloca como a equação pobreza, juventude e crime estão atreladas no discurso que prega uma

previsibilidade de carreiras criminosas, assim, a legitimidade da ação policializada⁸⁴ na abordagem de jovens pobres. (KULAITIS,2016). A recursividade de projetos institucionais que demandam a redução da maioria penal também é representativa para pensarmos nesta demanda punitiva calcada em uma ordem do tipo perverso.

Ao analisar as PEC's que constam nos arquivos do Senado e na Câmara Federal de 1993 até o atual momento levantamos 43 projetos indicando a necessidade de redução da maioria penal com justificativas calcadas em binômios do “bem e do mal”, a externalização de que ao mesmo tempo que em o adolescente é perigoso ele precisa de cuidados, as indicações de impunidade generalizada e de que os adolescentes cometem crimes em demasia.

Há narrativas nas nos projetos institucionais que indicam o perigo geral que a impunidade dos adolescentes representa para a sociedade, como a PEC nº 37/1995 do Deputado Federal Telmo Kirst (PPB/RS): “A violência urbana demonstra que os menores de dezoito anos têm sido os mais perigosos e frios homicidas[...]” (BRASIL,1995, p.14).

Apesar das indicações de impunidade e dos discursos das PEC's que explicitamente indicam que os adolescentes são os que mais matam, há dificuldade em encontrar dados concretos acerca dos crimes cometidos por adolescentes, na verdade, não apenas neste recorte, no cenário nacional não há bancos de dados centralizados, amplos e concretos para que possamos dimensionar um conjunto de elementos da segurança pública. Segundo o sociólogo e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Arthur Trindade⁸⁵: *[...] a falta de dados no Brasil é um reflexo do fato de os homicídios afetarem majoritariamente os moradores de bairros pobres. “A maioria das vítimas são jovens negros. A falta de dados é resultado do descaso dos governos com os dramas dessas famílias.”*

Entretanto, através do cruzamento de dados expostos, não que seja o ideal visto que as esferas estaduais nem sempre atualizam seus dados por disputas políticas⁸⁶, nos Conselhos Nacionais, Universidades, Fóruns, Institutos e os dados fornecidos pelos Ministério da Saúde por exemplo podemos traçar uma dimensão do problema.

⁸⁴ Exemplo destas concepções podem ser verificadas em: “Entre a Vitimização e a Criminalização: Juventude, Segurança Pública e Controle Social perverso” (KULAITIS,2016); “Juventude Medo e Violência” (BODÊ DE MORAES, 2005) e “Quem tem medo dos jovens?”(BODÊ DE MORAES; PESCAROLO, 2008).

⁸⁵ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/falta-de-dados-sobre-homicidios-e-reflexo-do-descaso-dos-governos>> Acesso em: [12 fev. 2018]

⁸⁶ Entrevista com Arthur Trindade e Julio Jacob expondo essas dificuldades no acesso aos dados e dos entraves nas esferas estaduais fruto de disputas políticas. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/falta-de-dados-sobre-homicidios-e-reflexo-do-descaso-dos-governos>> Acesso em: [12 Fev. 2018]

Desde de 2014 o Conselho Nacional de Justiça conta com um banco de dados: o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL), ele é preenchido nas próprias Varas de Infância e Juventude no ato da emissão de guias de internação provisória, execução de medidas socioeducativas e internação-sanção⁸⁷.

Nos mecanismos de busca do CNJ selecionamos “guias agrupadas por ato infracional” no ano de 2015⁸⁸ somando os homicídios privilegiados, qualificados e simples há 7.318⁸⁹ guias, já no mesmo ano o número de mortes violentas intencionais no Brasil, disponibilizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foi de aproximadamente 58.459.⁹⁰

Conforme publicação do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016: dessas mortes violentas intencionais em 2015 mais de 50% dos mortos são jovens entre 15 e 24 anos de idade e mais de 70% do número total são negros.

GRÁFICO 2: INFOGRÁFICO MORTES VIOLENTAS EM 2015



FONTE: Fórum Nacional de Segurança Pública⁹¹

⁸⁷ Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84034-traffic-de-drogas-e-o-crime-mais-cometido-pelos-menores-infratores>> Acesso em: [12 fev. 2018]

⁸⁸ Recortamos este ano devido ao período em que a PEC nº 171/1993 retomou a agenda, entretanto, nos anos posteriores não há muita variação nos números. O CNJ também disponibiliza dados de outros atos infracionais, entretanto, recortamos os homicídios pela indicação constante nas PEC'S nos adolescentes enquanto os que “mais matam”.

⁸⁹ Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/cnaclnovo/publico/graficos.jsf>> Acesso em [12 fev. 2018].

⁹⁰ Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/estatisticas/tableau-ocorrencias/>> Acesso em [12 fev. 2018].

⁹¹ Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Anuario_Site_27-01-2017-RETIFICADO.pdf Acesso em [12 fev.2018]

O Atlas da violência produzido pelo IPEA em conjunto com o FNSP a partir dos dados levantados pelo Ministério da Saúde indica: “[...] uma vez que, entre 2005 e 2015, observou-se um aumento de 17,2% na taxa de homicídio de indivíduos entre 15 e 29 anos.[...] Mais de 318 mil jovens foram assassinados entre 2005 e 2015.” (IPEA, 2017, p. 25), conforme consta em porcentagem no infográfico acima: em 2015 foram 31.264 homicídios de jovens entre 15 e 29 anos. Segundo Kulaitis (2017) temos um conjunto de elementos que indicam que os jovens são os que mais morrem no cenário nacional, entretanto, indicar que são os que mais matam ainda está longe ser uma realidade tangível.

Captamos uma consonância entre os discursos apreendidos nos questionários e nas sondagens de opinião indicadas na pesquisa expostas pelos meios de comunicação, também se articulamos com a quantidade elevada de PEC’s e PL’s que apontam um tipo de demanda pela redução da maioridade penal. Entretanto, não achamos frutífero olhar estes indicativos pelo viés de uma homogeneização de opiniões, o debate é mais complexo.

Bourdieu (2010) chama de *doxa*, este ponto de vista que é legitimado pelas estruturas de poder, ou seja, é o ângulo dos dominantes que é externalizado e naturalizado no senso comum e nas redes simbólicas. Ou seja, este elemento está no interior das classificações, que são relações de poder e possuem conflitos. O almejo pela redução indica um tipo de visão como sendo a “certa/aceita/aquilo que precisamos alcançar”. Entretanto, essa inclinação não é um elemento de supressão do subjetivismo ou um cálculo de escolha racional. Outro conceito pelo viés de Bourdieu (2010) pode nos auxiliar nesta desconstrução é a concepção de *habitus*: uma disposição incorporada que não exclui as capacidades inventivas dos agentes e nem é fruto de um cálculo de escolha racional, ele está em conexão com o campo em que atua na medida em que nos situamos no sentido do jogo, assim, há um conjunto de esquemas interiorizados pelos agentes que auxiliam e como conduzem seus discursos, os pensamentos e práticas que condizem com o campo em que opera. Ou seja, há sistemas de relações que fazem e são feitos pela realidade social, conforme os apontamentos de Wacquant e Bourdieu (1995, p. 88):

La realidad social existe, por decirlo así, dos veces, en las cosas y las mentes, en los campos y los habitus, dentro y fuera de los agentes. Y cuando el habitus entra en relación con un mundo social del cual es producto, se encuentra como pez en el agua y el mundo le parece autoevidente.

Em suma, conectamos a discussão histórica da problematização da adolescência, refletimos sobre os elementos morais, jurídicos e políticos acerca de idade biológica para

imputação penal e procuramos apreender a opinião de um conjunto de adolescentes de Curitiba e RM por considerarmos que o debate da redução está no tocante de campos múltiplos, inscritos em rupturas e recursividades ao longo do processo histórico. Há indicativos de ser um elemento em constante disputa inscrito em um anseio de ordenamento social calcado na punição como instrumento de defesa da sociedade e ao mesmo tempo um problema de cunho individual.

Essa tensão entre indivíduo e sociedade foi notável ao longo de todo o trabalho, conforme colocações de Elias (1994) através da chave da *interdependência* indicou que temos que fazer uma ponte entre ambos os conceitos, pois a supervalorização de um ou de outro compromete a compreensão da realidade social, precisamos pensá-los de forma articulada, entretanto, cada um com sua particularidade.

Abordar uma opinião que constantemente retoma os espaços sociais vai além de uma leitura de cunho individual, os mecanismos macroestruturais e institucionais estão presentes nessas concepções que não alimentam apenas discursos, mas também práticas concretas, como aquelas desenvolvidas em âmbito estatal através de projetos e de políticas públicas. Essas construções são realizadas na interação, ou ainda, pensando em uma chave de leitura durkheimiana na coletividade. Os indivíduos interdependentes estão no terreno da singularidade (individual) e da pluralidade (social). (ELIAS, 1994). Entretanto, não há o intuito de uma supressão das subjetividades, os respondentes, assim como os atores que construíam projetos e códigos legais são agentes, ou seja, são operadores práticos que exteriorizam a interiorização e vice versa de forma ativa e complexa. (BOURDIEU, 2004;2010). Os conceitos operacionalizados nesta pesquisa a partir de Bourdieu e das indicações da coletividade através de Durkheim foram as chaves de leitura que utilizamos para romper com um reducionismo de percepções voltadas unilateralmente para o indivíduo.

As indicações de uma demanda punitiva estão inscritas em um contexto social e operam em um conjunto de campos, no interior destes há jogos de linguagens e manejos de capitais que não são fruto de um cálculo de escolha racional e sim de um tipo de *habitus* incorporado que dá conta das vias estruturais e da agência. As retóricas do perigo, impunidade e ao mesmo tempo da proteção possuem uma bagagem histórica e estão inscritas na atual demanda pela manutenção da ordem no cenário nacional: via controle social que chamamos de perverso.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1996. [pág. 1-53].

_____. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.5, p. 73-90, 1997. Disponível em <<http://educacaointegralejuventude.sites.ufms.br/files/2017/05/Considera%C3%A7%C3%B5es-sobre-a-Tematiza%C3%A7%C3%A3o-Social-da-Juventude-no-Brasil.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. *Jovens e cidadania: a tematização da juventude na ação social e no debate político contemporâneo*. Trabalho apresentado no XXI Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia(ALAS) Grupo de Trabalho nº 20 - Juventude: temas e perspectivas São Paulo, Brasil 1 a 4 de setembro de 1997a. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1620/129.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 01 jul 2017.

ABRAMS, Philip. The Historical Sociology of Individuals: Identity and the Problem of Generations. In: _____. *Historical sociology*. Cornell University, Ithaca: 1982. Disponível em: <<https://archive.org/stream/151604965PhilipAbramsHistoricalSociologyBookosOrg/151604965-Philip-Abrams-Historical-Sociology-Bookos-org#page/n3/mode/2up>> Acesso em: [03 jan. 2018].

ALBUQUERQUE, José L. Coelho. O fenômeno jurídico em Emile Durkheim. In OLIVEIRA, Márcio de & WEISS, Raquel (orgs.). *David Emile Durkheim: a atualidade de um clássico*. Curitiba: UFPR, 2011.

ÁLVARES, Débora. Redução da idade penal passa na Câmara e segue para o Senado. *Folha de São Paulo*. 19 Ago. 2015. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1671019-reducao-da-maioridade-penal-e-aprovada-na-camara.shtml>> Acesso em 04 jul. 2017.

ÀRIES, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AZEVEDO, Maurício Maia. *O Código Mello Mattos e Seus Reflexos na Legislação Posterior*. Monografia promovida pelo Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=b2498574-2cae-4be7-a8ac-9f3b00881837&groupId=10136> Acesso em 25 abr.2017.

BITTENCOURT, Cleonice Pereira do Nascimento; CASTRO, Márcia Helena. *Percepção de Educadores sobre o ECA, numa perspectiva do educar para e em direitos humanos*. Trabalho apresentado no GT 13, VI EDIPE (Encontro Estadual de Didática e Práticas de Ensino, Goiás, ago 2015. Disponível em: <<http://www2.uucseh.ueg.br/ceped/edipe/anais/viedipe/PDF/GT13%20Dialogos%20pdf/GT13%20PERCEPCAO%20DE%20EDUCADORES%20SOBRE%20O%20ECA.pdf>> Acesso em 28 jul.2017

BECKER, Howard S. Sobre Metodologia. In: _____. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais*. 4ª Ed. Hucitec: São Paulo, 1999.

_____. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de pensar o social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BATESON, Gregory. *Mente e Natureza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1986. [p. 31-40.]

BERLATO, Fabia. *Controle Social Perverso: Análise de uma Política de Segurança Pública*. Dissertação de mestrado em sociologia. Curitiba: UFPR. 2008. Disponível Em: <[http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/22173/Controle%20social%20perverso%20\(Diss.%20Fabia\).pdf;jsessionid=8AF153192394F64738E41FB0653E40C9?sequence=1](http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/22173/Controle%20social%20perverso%20(Diss.%20Fabia).pdf;jsessionid=8AF153192394F64738E41FB0653E40C9?sequence=1)> Acesso em: 05 fev. 2018.

BODÊ DE MORAES, Pedro Rodolfo.; *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. *Juventude, medo e violência*. Curitiba: Digit. Ciclo de Palestras Direito e Psicanálise, 2005. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_juventude_medo_pedro_bode.pdf> Acesso em: [05 mai. 2017]

_____.; PESCAROLO, Joyce Kelly. *Quem tem medo dos jovens?*. Revista Igualdade do Ministério Público do Paraná. Vol I, Livro 42 Igualdade. Ano XIV, nº XLII. Curitiba, 2008.

_____. BERLATTO, Fábila. *Controle social (verbete)*, In Dicionário de Sociologia. Porto Alegre/RS: Global Ed., 2013 (no prelo).

BOURDIEU, Pierre. *A opinião pública não existe*. Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em Les Temps Modernes, 318, janeiro de 1973. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%BAblica_N%C3%A3o_Existe_\(Pierre_Bourdieu\).pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%BAblica_N%C3%A3o_Existe_(Pierre_Bourdieu).pdf)> Acesso em 04 jul 2017.

_____. *Coisas Ditas*. Brasiliense: São Paulo, 2004.

_____. *O Campo Político*. Grandes Conferências de Lyon, Universidade Lumière-Lyon 2, quinta-feira, 11 de fevereiro de 1999. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011. [pp. 193-216] Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6274/5133>> Acesso em 25 jan. 2018.

_____. *A “juventude” é apenas uma palavra*. In: _____. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Editora Fim de Século, 2003.

_____. *A miséria do mundo*. 7. ed. Vozes, Petrópolis: 2008 [p. 693-732]

_____. *O Poder Simbólico*. Bertrand. 14ª Ed. Rio de Janeiro. 2010. [p.209-254].

_____. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____.; WACQUANT, Loic J. D. *Respuestas: por una antropología reflexiva*. Grijalbo, México: 1995.

_____.; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. *A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes 2ª Ed, 2000.

BRASIL, Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude. **Diário Oficial**, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm> Acesso em [25 ago. 2017]

_____. Lei de 16 de Dezembro de 1830. Manda Executar o Código Criminal. **Diário Oficial da União, Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm> Acesso em: [10 fev.2017].

_____. Decreto nº847 de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. **Diário Oficial, Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: [10 fev. 2017].

_____. Decreto nº 16.272 de 20 de Dezembro de 1923. Aprova o regulamento de assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes. **Diário Oficial, Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16272-20-dezembro-1923-517646-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: [10 fev. 2017].

_____. Decreto nº 17.943 -A de 12 de Outubro de 1927. Consolida as Leis de Proteção aos Menores. **Diário Oficial, Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm> Acesso em: [10 fev.

_____. Lei nº 6.697 de 10 de Outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial, Brasília**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm> Acesso em: [10 fev. 2017].

_____. Constituição de República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial, Brasília**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: [03 fev.2017].

_____. Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF. Disponível em:

_____. Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de Dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial, Brasília**, Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm> Acesso em[3 fev. 2017]

_____. Câmara dos Deputados. In: Árvore de apensados de **Projetos de Emenda à Constituição que Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal**: 171-A, DE 1993 de autoria do Deputado Sr. Benedito Domingos. Propostas apensadas: 37/95, 91/95, 301/96, 386/96, 426/96, 531/97, 68/99, 133/99, 150/99, 167/99, 169/99, 633/99, 260/00, 321/01, 377/01, 582/02, 64/03, 179/03, 242/04, 272/04, 302/04, 345/04, 489/05, 48/07, 73/07, 85/07, 87/07, 125/07, 399/09, 223/12, 228/12, 273/13, 279/13, 332/13, 349/13, 382/14 e 438/14. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=41E1835200EBF7E5C72B12D141CDF463.proposicoesWeb2?codteor=1318614&filename=Avulso+-PEC+171/1993> Acesso em [02 fev. 2018].

_____. Lei nº 7.209 de 11 de julho de 1984. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. **Diário Oficial. Brasília**. Disponível em: [<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7209-11-julho-1984-356852-exposicaodemotivos-148879-pl.html>]. Acesso em: [14 abr. 2018].

_____. Senado Federal. *Minuta da Proposta de Emenda à Constituição nº 33 de 2012* de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/111035.pdf>> Acesso em [02 fev. 2018].

BUDÓ, Marília de Nardin. *Mídias e discursos do poder: a legitimação discursiva do processo de encarceramento da juventude pobre no Brasil*. Tese de doutorado em Direito. Curitiba, UFPR. 2013. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/34641/R%20-%20T%20-%20MARILIA%20DE%20NARDIN%20BUDO.pdf?sequence=1>> Acesso em [5 fev. 2017]

_____. *Vulnerabilidade, Exclusão, Seletividade: O Menorismo Vivo Nas Decisões Do Stj Sobre O Ato Infracional*. In: Anais do XXII do Encontro Nacional do Conpedi, Curitiba: Boiteux, 2013a. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=faf02b2358de8933>> Acesso em [10 fev 2018]

CÂMARA REJEITA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL. *Carta Capital*. 01 Jun. 2015. Política. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/camara-rejeita-reducao-da-maioridade-penal-7021.html>> Acesso em 04 Jul. 2017.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Mídia e Política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados*. Opin. Pública vol.15 no.2 Campinas Nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762009000200008&script=sci_arttext&tlng=ES> Acesso em [28. jul.2017].

CELLARD, André. A análise documental. In: Jean Poupart Jean-Pierre Deslauriers Lionei-H. Groulx Anne Laperriere Robert Mayer Álvaro Pires. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.[p.295-334].

COELHO, Edmundo Campos. A Criminalização da Marginalidade e a Marginalização da Criminalidade. In: *A Oficina do Diabo e Outros Estudos Sobre a Criminalidade*. Rio de Janeiro: Record. 2005. [p. 284 – 287].

CURITIBA, Plano Municipal da Criança e do Adolescente 2014-2017. *Prefeitura Municipal de Curitiba*. Out, 2013. Disponível em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/baixarMultimedia.aspx?id=9577>>Acesso em: [10. jan. 2018].

DELUMEAU, Jean. *A história do medo no ocidente* (1300 – 1800). São Paulo: Cia das Letras. 2002.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 1991.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Définition du fait moral*. In: Les classiques des sciences sociales. Chicoutimi. 2002. Disponível em <http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/textes_2/textes_2_09/definition_fait_moral.pdf> Acesso em:[28 jul. 2017]

_____. *A educação moral*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. [p.17 a 129]

_____. *Educação e Sociologia*. Edições 70: São Paulo, 2015.

EISENSTEIN, Evelyn. *Adolescência: definições, conceitos e critérios*. Rev. Adolescência e Saúde. volume 2 nº 2 junho 2005. Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Uamdxb4jcwJ:www.adolescenciaesaude.com/audiencia_pdf.asp%3Faid2%3D167%26nomeArquivo%3Dv2n2a02.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 25 ago. 2017.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Volume II. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 1993. Parte II [pág. 192-297]

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Zahar. Rio de Janeiro. 1994.

_____. Nota sobre os conceitos de "estrutura social" e "anomia". In: _____. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Zahar, Rio de Janeiro: 2000.

FEIXA, Carles. *De jóvenes, bandas y tribus*. 4 Ed. Barcelona: Ariel, 2008.

_____.; LECCARDI, Carmem. *O conceito de geração nas teorias sobre juventude*. Soc. estado., Brasília, v. 25, n. 2, p. 185-204, Aug. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200003> Acesso em: [15 dez. 2017].

FERREIRA, Teresa S.; FARIAS, Maria A. *Adolescência através dos séculos*. Psicologia: Teoria e Pesquisa Abr-Jun 2010, Vol. 26 n. 2, pp. 227-234. Disponível em

<<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n2/a04v26n2>> Acesso em [10 ago. 2017]

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. . *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2003. [p. 64 – 89].

GARLAND, David. *La Cultura Del Control*. Gedisa, Barcelona, 2005. [pág. 9-31]

GLASSNER, Barry. *Cultura do medo*. Ed Francis. São Paulo. 2003.

FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1977.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Ano 10, São Paulo 2016. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Anuario_Site_27-01-2017-RETIFICADO.pdf Acesso em [12 fev.2018]

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 35ª Ed. Vozes: Petrópolis, 1997.

_____. *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural no Collège de France ´pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Arqueologia do Saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008

GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. [Cap. 8]

GROSSMAN, Eloisa. *A construção do conceito de adolescência no Ocidente*. Adolescência e Saúde. Rio de Janeiro, n.3, v.7, p. 47-51, 2010. Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=235#> Acesso em [07 jul. 2017]

GURVITCH, G. El control social, In Gurvitch, G. & Moore, W.E. *Sociologia del siglo XX*. Barcelona: Editorial El Ateneo, 1965. (págs. 240 – 263).

HOFFMAN, Ana Paula. *Redução Da Maioridade Penal Na Visão Dos Adolescentes Que Cumprem Medida Sócio-educativa De Liberdade Assistida No Município De São José / SC*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Trabalho de Conclusão de curso apresentado para obtenção de título de bacharel em serviço social. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial285342.PDF>> Acesso em [26 jan. 2018]

IBGE. *Censo Demográfico de 2010*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: [10 jan. 2018].

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2013*. 2ª Ed, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>] Acesso em: [10. jan. 2018].

KULAITIS, Leticia. *Entre a Vitimização e a Criminalização: Juventude, Segurança Pública e Controle Social perverso*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Setor de Ciência Humanas e Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43226/R%20-%20T%20-%20LETICIA%20FIGUEIRA%20MOUTINHO%20KULAITIS.pdf?sequence=3&isAllowed=y>> Acesso em: 03 jun. 2017.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick et al. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.59-106.

LEVI, Giovanni; SCHMIT, Jean-Claude. **Introdução**. In: LEVI, Giovanni; *História dos jovens: da antiguidade à era moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, v.1, 1996.

LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. Ed Ícone. São Paulo. 2007.

LUCENA, Clédna Dantas. *Redução da maioridade penal e os direitos dos adolescentes: ideologias e resistências políticas*. Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Mossoró. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre no Curso de Pósgraduação em Serviço Social e Direitos Sociais – PGSSDS, da Faculdade de Serviço Social da UERN. 2016. Disponível em: <<http://www.uern.br/controladepaginas/ppgssd-dissertacoes/arquivos/2528cledna.pdf>> Acesso em [29 jan.2018]

MANNHEIM, Karl. The problem of Generations. In_____,: *Essays on the Sociology of Knowledge*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1952. [p.p.276-322.] Disponível em: <<http://www.history.ucsb.edu/faculty/marcuse/classes/201/articles/27MannheimGenerations.pdf>> Acesso em: [15 dez. 2017]

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças da elite durante o Império. In: (Org) PRIORE, Mary Del. *História das Crianças no Brasil*. 7 Ed, São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. 2.V. São Paulo: E.P.U, EDUSP, 1974. [p.211-217].

MEAD, Margareth. *Adolescência y cultura en Samoa*. 4ª edição. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1973.

MICELI, Sérgio. Materialismo Simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

MILLS, Wright C. Sobre o Artesanato Intelectual. In: MILLS, Wright C. *Sobre o Artesanato Intelectual e Outros Ensaios*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2009.

NOVAES, Regina. *Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias*. In: ALMEIDA, Ma. Isabel Mendes de, EUGENIO, Fernanda (orgs.) Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 105-120. Disponível em: <<https://seminariostematicos.files.wordpress.com/2011/06/os-jovens-de-hoje-regina-novaes.doc>> Acesso em: [19 dez. 2017]

_____. *Políticas Públicas de Juventude: entraves, balanços e perspectivas*. Revista Coletiva FUNDAJ, v. 17, p. 4, 2015. Disponível em: <<http://www.coletiva.org/index.php/artigo/politicas-publicas-de-juventude-entraves-balancos-e-perspectivas/>> Acesso em: [20 dez. 2017]

OS ARGUMENTOS de 18 adolescentes contra a redução da maioria penal. **Pragmatismo Político**. 09 Jul. 2015. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/07/os-argumentos-de-18-adolescentes-contr-a-reducao-da-maioridade-penal.html>> Acesso em: [26 jan. 2018].

PASSARINHO, Nathalia. Após manobra, Câmara aprova proposta para reduzir maioria. **G1**, Brasília. 02 Jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/apos-rejeitar-pec-camara-aprova-novo-texto-que-reduz-maioridade.html>> Acesso em 10 Jul. 2017.

PAIS, José Machado. *A construção sociológica da juventude: alguns contributos*. Análise Social, vol. XXV, nº105-106, p.139-165, 1990. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/A_construcao_sociologica_da_juventude_0.pdf> Acesso em [03 jun. 2017]

_____. *Culturas Juvenis*. 2ª Ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003.

PERROT, Michelle. A família Triunfante. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada: da Revolução Francesa a Primeira Guerra*. V. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: VVAA. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 215 - 253.

PRIORE, Mary Del. *História das Crianças no Brasil*. 7 Ed, São Paulo: Contexto, 2010. [p.7-16]

_____. O Cotidiano da Criança Livre no Brasil Entre a Colônia e o Império. In: (Org) PRIORE, Mary Del. *História das Crianças no Brasil*. Editora Contexto. 7 Ed, São Paulo: 2010a

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias**. V. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ROLIM, de Moraes Laura. **Idade Penal: aspectos relevantes da punibilidade no ordenamento jurídico brasileiro**. Dissertação de mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2008. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp064190.pdf>> Acesso em: [25 abr. 2017].

SALLAS, Ana Luisa Fayet. **Os jovens de Curitiba: desencantos e esperanças – juventude, violência e cidadania**. Brasília: Unesco, 1999. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001308/130867porb.pdf>> Acesso em [20 jun. 2017].

_____. **Etnografias no FACEBOOK: estudo comparativo sobre culturas juvenis no Brasil e México, seus limites e possibilidades**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Disponível em <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401913131_ARQUIVO_AnaartigoABACulturasJuvenis.pdf> Acesso em [20 ago. 2017]

_____; BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Por uma Sociologia da Juventude - releituras contemporânea**. Revista Política e Sociedade nº 8, abril. 2006 Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1803/1562>> Acesso em [14 jul. 2017]

SANTOS, Marco Antônio Cabral. Criança e Criminalidade no início do século XX. In: (Org) PRIORE, Mary Del. **História das Crianças no Brasil**. Editora Contexto. 7 Ed, São Paulo: 2010.

SOARES, Janine B. **A construção da responsabilidade penal de adolescentes no Brasil: uma breve reflexão histórica**. Ministério Público RS. Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id186.htm%3E>> Acesso em: [03 fev. 2017]

TAYLOR, Charles. **Imaginários sociais modernos**. Lisboa: Edições Texto & Grafia. 2010. p.11-55

TRINDADE, Arthur. Falta de dados sobre homicídios é reflexo do descaso dos governos. **Carta Capital**, 4 dez. 2017, Sociedade. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/falta-de-dados-sobre-homicidios-e-reflexo-do-descaso-dos-governos>> Acesso em: [12 Fev. 2018]

TROPER, Michel. **A Filosofia do Direito**. Martins, São Paulo: 2008. [Cap. 2]

TUROLLO, Reynaldo. 87% querem a redução da maioria penal; número é o maior já registrado. **Folha de São Paulo**. 06. Out. 2015. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1616762-87-querem-reducao-da-maioridade-penal-numero-e-o-maior-ja-registrado.shtml>> Acesso em 04 Jul. 2017

UNICEF. **Situação mundial da infância** - 2011. Brasília (DF): Escritório da Representação do UNICEF no Brasil; 2011. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/br_sowcr11web.pdf> Acesso em: [25 mai. 2017]

VIANNA, Adriana de Resende. ***O Mal que se Adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920***. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. 1999.

WACQUANT, Loïc. ***Notas para esclarecer a noção de habitus***. Revista brasileira de sociologia da emoção. João Pessoa, n.16, v.6, 2007. Disponível em <<http://paginas.cchla.ufpb.br/rbse/WacquantArt.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

_____. ***Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica***, p. 156. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 139-164, dec. 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n2/v26n2a09.pdf>> Acesso em [01 fev. 2018]

_____. ***Bourdieu, Foucault E O Estado Penal Na Era Neoliberal***. Revista Transgressões: Ciências Criminais em Debate, vol 3, nº 1, Natal, Maio de 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/viewFile/7188/5313>> Acesso em: [02 fev. 2018].

WEBER, Max. ***Ciência e política: duas vocações***. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

_____. ***Economia e sociedade***. Volume II, São Paulo. Editora UNB, 2004.

_____. Max Weber: ***sociologia***. In: COHN, Gabriel (Org.). 7. Ed. São Paulo: Ática. 2003. P. 106-108.

WEISS, Raquel. Emile Durkheim e a revolução copernicana no conceito de moral. In OLIVEIRA, Márcio de & WEISS, Raquel (orgs.). ***David Emile Durkheim: a atualidade de um clássico***. Curitiba: UFPR, 2011.

WELLER, Wivian. ***A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim***. Soc. estado., Brasília, v. 25, n. 2, p. 205-224, Aug. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200004&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: [15 dez. 2017].

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO SOBRE A PERCEPÇÃO DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Análise das opiniões de adolescentes em Curitiba e Região Metropolitana acerca da redução da maioridade penal

Universidade Federal do Paraná Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Mestranda: Emanoele D. Savagin

Prezadas e prezados,

Tal questionário faz parte de um trabalho de dissertação de mestrado da Universidade Federal do Paraná do Programa de Pós-Graduação em Sociologia sobre a idade para imputação penal no Brasil elaborado pela aluna Emanoele D. Savagin, desta forma, temos como objetivo conhecer as opiniões sobre a temática da redução da maioridade penal no cenário brasileiro a partir da visão dos jovens (de 14 a 18 anos de idade) tendo como recorte espacial a cidade de Curitiba e Região Metropolitana. O questionário é curto e de fácil preenchimento, há questões que precisam ser preenchidas e outras apenas de selecionar as opções fornecidas. Ainda, informamos que o questionário é anônimo, desta forma, não precisa fornecer nome e nem realizar nenhum tipo de cadastro.

Agradecemos a todos e todas pela participação.

***Obrigatório**

1. Qual é a sua idade*:

- 14 anos
- 15 anos
- 16 anos
- 17 anos
- 18 anos

2. Com qual gênero você se identifica *

- Feminino
- Masculino

3. Em relação a cor da sua pele, você se declara:

- Branco(a)
- Negro(a)
- Amarelo(a) (de origem oriental)
- Indígena

4. Você estuda em instituição de ensino: *

Pública
Privada
Não Estuda

5. Qual série você cursa? _____

6. Em qual turno você estuda:

Manhã
Tarde
Noite
Integral

7. Você exerce atividade remunerada?

Sim
Não

8. Caso a resposta da questão anterior seja positiva em qual regime você executa suas atividades?

Menor aprendiz
Estágio
Outro:

9. Em qual Cidade você mora? _____

10. Em qual bairro você mora? _____

11. Quantos integrantes há em sua família? (contando com você)

2 membros
3 membros
4 membros
Mais de 4 membros

12. Renda bruta familiar:

Até 1 salário mínimo (R\$ 937,00)
De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 937,00 a R\$ 2.811,00)
De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.811,00 a R\$ 5.622,00)
Acima de 6 salários mínimos (acima de R\$ 5.622,00)

13. Você tem alguma religião? Se sim, qual?

Questionário central acerca da redução da maioridade penal: leia as perguntas e marque as alternativas ou preencha quando solicitado:

14. Você já teve algum conflito com a lei, foi preso(a), sofreu alguma abordagem policial ou conhece algum adolescente que tenha passado por isso? (nesta questão há a possibilidade de marcar mais de uma opção caso seja positiva ou negativa e também conheça alguém) *

Sim (já tive conflito com a lei)

Não (nunca tive conflito com a lei)

Conheço adolescente(s) que já tiveram ou têm conflito com a lei

15. Você sabe qual é a idade mínima para uma pessoa ser presa nos termos do código penal?

Não

Sim

16. Você sabia que no Brasil tem projetos que querem mudar a idade para que um indivíduo seja preso nos termos do Código Penal? *

Sim (caso marque esta opção: responda a próxima pergunta)

Não (caso marque esta opção: pule uma pergunta)

17. Por quais meios você já foi informado acerca da possibilidade de redução da maioridade penal no Brasil: (pode marcar mais de uma opção)

Internet (redes sociais)

Internet (blogs e portais de periódicos eletrônicos)

Jornais impressos Revista impressa Televisão

Escola (professores)

No seu círculo de amizades e familiar Outros

18. Qual é a sua opinião sobre a redução da maioridade penal de 18 anos para 16 anos? *

A favor

Contra

Depende do crime

Não tenho opinião formada/ não pensei a respeito

19. Justifique a sua resposta da questão anterior:*

20. Caso a resposta do item anterior seja o terceiro item (depende) - qual tipo de crime você acha que deve haver a redução da maioridade: (pode marcar quantos quiser)

Assalto/Roubo/furto

Depredação de patrimônio

Homicídio

Estupro

Sequestro
Tráfico de drogas
Consumo de drogas
Outro:

21. Se aprovarem a redução da maioridade penal para 16 anos de idade qual tipo de resultado você acha que haverá na sociedade, você acha que haverá alguma mudança? Quais? *

APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

ROTEIRO

Apresentação: [Agradecimento] Eu faço mestrado em sociologia na UFPR e estou pesquisando sobre a opinião de adolescentes acerca da proposta de redução da maioridade penal no Brasil. Ainda, quero salientar que não há uma posição “certa” ou “errada” sobre esse tema, este não é o intuito da pesquisa, o sentido geral de tudo isso é saber o que vocês pensam sobre este tipo de alteração nas leis no Brasil.

Então, atualmente a idade definida para que um indivíduo responda através do código penal por crimes e delitos é de 18 anos de idade, entretanto têm projetos no Senado e no Congresso que querem reduzir essa idade para 16 anos. Nesta entrevista trabalharemos com cinco questões centrais.

- **Primeira parte:**

Nome:

Idade:

Estuda:

Trabalha:

Bairro:

- **Questões:**

- 1) Qual é a sua opinião sobre a redução da maioridade penal de 18 anos para 16 anos?
- 2) Por quais motivos você tem esse posicionamento?
- 3) Se aprovarem a redução da maioridade penal para 16 anos de idade qual tipo de resultado você acha que haverá na sociedade, você acha que haverá alguma mudança? Quais?
- 4) Você sabe o que é o ECA? O que você pensa sobre este Estatuto?
- 5) Você já foi abordado pela polícia ou conhece algum adolescente que foi?